



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
LINHA DE PESQUISA 1: CONTABILIDADE E MERCADO FINANCEIRO
DOUTORADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FRANCISCA APARECIDA DE SOUZA

**A ADOÇÃO DAS *INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS* (IFRS)
E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO CONTÁBIL**

BRASÍLIA (DF)
2019

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Adalene Moreira Silva

Decana de Pós-Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

FRANCISCA APARECIDA DE SOUZA

**A ADOÇÃO DAS *INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS* (IFRS)
E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO CONTÁBIL**

Tese submetida à apreciação da banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis – PPGCont da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva

**BRASÍLIA (DF)
2019**

FRANCISCA APARECIDA DE SOUZA

**A ADOÇÃO DAS *INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS* (IFRS)
E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO CONTÁBIL**

Tese submetida à apreciação da banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis – PPGCont da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciências Contábeis.

Aprovada em: 08/04/2019

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Universidade de Brasília-UnB
Orientador

Professor Doutor Ernani Ott
UNISINOS
Examinador (Membro externo)

Professor Doutor Ivam Ricardo Peleias
Fundação Álvares Penteado - FECAP
Examinador (Membro externo)

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves
Universidade de Brasília-UnB
Examinador (Membro interno)

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama
Universidade de Brasília-UnB
Examinador (Suplente)

**BRASÍLIA (DF)
2019**

Ao meu marido e companheiro Marcelo Shell.
Às minhas queridas irmãs Ana Paula e Anelice.
Aos meus sobrinhos Mariane, Renato, Artur,
Ana Claudia e César Henrique.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele nada seria possível.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis – PPGCont da Universidade de Brasília (UnB).

Em especial aos professores Dr. César Augusto Tibúrcio Silva e Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves pela oportunidade e confiança.

Aos membros da banca professores Dr. Ernani Ott, Dr. Ivam Ricardo Peleias e Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (DCCA).

Às secretárias Sara e Inêz pela atenção e carinho.

Aos colegas Ludmila, Sérgio Nazaré, Bruno Vinícius, Daniele, Adolfo Henrique (UFRJ), Tatiana, Taís Lara, Igor, Aparecido, Valto Veiga, Bruno (Correios) e ao meu esposo Marcelo Shell pelo auxílio na pesquisa.

A todos que de alguma forma me auxiliaram na pesquisa.

Aos colegas de turma, Josimar, Rafael, Ilka, Mariana, Wagner, Emerson, Paulo Sérgio, Edmilson, Carlos Vicente, Alex, Helder, Selene, Sérgio Nazaré, Maria Lizete, Charline, Gustavo, Joaquim, Karla, Lucas, Aline, Emerson (2ª turma), Gustavo (2ª turma). Nunca me esquecerei dos momentos difíceis e das alegrias que passamos juntos.

À Rosana Tibúrcio pela revisão do texto.

Ao meu querido marido que sempre me apoiou.

A todos que torceram pelo meu sucesso.

A toda a minha família, em especial aos meus maravilhosos sobrinhos e às minhas queridas irmãs, pelas tantas vezes que deixamos de passear para que eu pudesse estudar.

Ao amigo Jailton Pontes pela revisão do *abstract*.

A todos aqueles que, porventura, eu tenha esquecido, mas aos quais sou eternamente agradecida.

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”
(Theodore Roosevelt)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar como a adoção, em 2008, ao padrão *International Financial Reporting Standards* (IFRS) afetou o processo de comunicação contábil no Brasil. Para isso, foram escolhidos três aspectos diferentes do processo de comunicação descrito na teoria de Shannon (1948). O primeiro aspecto versa sobre como a adoção das novas normas afetou o trabalho do preparador – que corresponde ao transmissor – da informação contábil. O segundo aspecto, tem como foco a mensagem contábil e analisou como a IFRS afetou a mensagem e, nesse caso, optou-se por analisar o relatório de administração. O terceiro aspecto refere-se à análise de como a adoção do padrão IFRS impactou o receptor da mensagem, elegendo, para tanto, analistas de crédito. Os procedimentos metodológicos deste estudo variaram conforme o aspecto do processo de comunicação estudado e foram os seguintes: questionários/entrevistas individuais, com roteiro semiestruturado, aplicados aos profissionais contábeis de empresas de capital aberto e aos analistas de créditos dos maiores bancos brasileiros; análise de similaridade entre os relatórios da administração das empresas listadas na B3, antes e depois da convergência. Os principais resultados mostraram que os codificadores/transmissores da informação passaram por curso de qualificação e capacitação das IFRS. Também foi possível identificar o interesse das empresas no quesito qualificação, pois a maioria custeou curso de capacitação para a equipe da contabilidade. Todos os analistas pesquisados também passaram por curso de capacitação sobre as IFRS, custeados pelas instituições financeiras onde atuam. Entre os pronunciamentos que afetaram a análise de crédito estão: o CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 6 - Operações de arrendamento mercantil; CPC 30 – Receitas; e o CPC 46 - Mensuração a valor justo. O resultado da similaridade entre os anos de 2007 e 2008, mostrou que em média as estruturas dos relatórios da administração foram mantidas; contudo, as diferenças nas intralinhas – palavras – dos textos apresentaram significância estatística. Em relação aos potenciais determinantes que explicam a similaridade entre os textos – considerando a adoção das IFRS, os coeficientes das variáveis, tamanho da organização, a variação do patrimônio líquido de 2007 para 2008, a empresa de auditoria ser uma das *big*, os setores de utilidade pública e bens industriais –, apresentaram coeficientes positivos com significância estatística na análise de regressão que teve, como variável dependente, o grau de similaridade 50% entre os dois textos. As três fases do processo de comunicação contábil exploradas no estudo foram, de alguma forma, impactadas pela adoção das IFRS, seja pela necessidade de capacitação de preparadores/transmissores e de usuários/receptores da informação contábil, seja pela necessidade de contratação de funcionários e assessoria para implantação da norma, ou seja, também, pela alteração nos relatórios da administração. Este estudo pretende contribuir com a área de pesquisa que aborda o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil, tratando, contudo, a contabilidade como um do processo de comunicação.

Palavras-chave: IFRS. Comunicação contábil. Teoria da Comunicação. Convergência.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze how the adoption in 2008 of the International Standard Financial Reporting Standards (IFRS) affected the accounting process in Brazil. For this, three different aspects of the communication process were chosen, described in Shannon's theory (1948). The first aspect is about how the adoption of the new standards affected the preparer's work - which corresponds to the transmitter - of the accounting information. The second aspect focuses on the accounting message and analyzed how the IFRS affected the message and, in that case, it was decided to analyze the management report. The third aspect concerns the analysis of how the adoption of the IFRS standard affected the recipient of the message, thereby choosing credit analysts. The methodological procedures of this study varied according to the aspect of the communication process studied and were the following: questionnaires / individual interviews, with semi-structured script, applied to accounting professionals of companies of the Brazilian stock exchange and credit analysts of the largest Brazilian banks; analysis of similarity between the management reports of companies listed in B3, before and after convergence. The main results showed that the information encoders / transmitters underwent qualification and training in IFRS. It was also possible to identify the interest of the companies in the qualification question, since most of them funded the training course for the accounting staff. All analysts surveyed also underwent a training course on IFRS, funded by the financial institutions where they operate. Among the statements that affected the credit analysis are: CPC 02 - Effects of changes in exchange rates and translation of financial statements; CPC 6 - Leasing operations; CPC 30 - Revenue; and CPC 46 - Measurement at fair value. The result of the similarity between the years 2007 and 2008 showed that on average the structures of the management report were maintained; however, the differences in words of the texts presented statistical significance. Regarding the potential determinants explaining the similarity between the texts - considering the adoption of IFRS, variable coefficients, size of organization, change in shareholders' equity from 2007 to 2008, the audit firm is one of the big, the sectors of public utility and industrial goods - presented positive coefficients with statistical significance in the regression analysis that had, as a dependent variable, the degree of similarity 50% between the two texts. The three phases of the accounting communication process explored in the study were in some way impacted by the adoption of IFRS, either by the need to train preparers/transmitters and users / recipients of accounting information, or by the need to hire employees and advise for implementation of the standard, that is, also by the change in management's reports. This study aims to contribute to the research area that addresses the impact of the adoption of international accounting standards in Brazil, however, treating accounting as one of the communication process.

Keywords: IFRS. Accounting Communication. Communication theory. Convergence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Processo de Comunicação Contábil	17
Figura 2 - Implicações do padrão IFRS nos estágios da comunicação contábil	23
Figura 3 – teoria matemática da comunicação proposta por Shannon	27
Figura 4 - Modelo unidirecional da comunicação contábil	34
Figura 5 – Modelo transacional e interativo da comunicação contábil	34
Figura 6 - Fase do processo de comunicação contábil analisada – Transmissor/codificador .	42
Figura 7 – Fase do Processo de Comunicação Contábil analisada - Mensagem.....	46
Figura 8 - Fase do processo de comunicação contábil analisada - Receptor/decodificador ..	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabulação cruzada entre capacitação custeada pela empresa e os problemas operacionais para adoção das normas internacionais de contabilidade.....	70
Tabela 2 – Tabulação cruzada entre capacitação por conta própria e os problemas operacionais para adoção das normas internacionais de contabilidade.....	70
Tabela 3 – Tabulação cruzada entre o ano das primeiras demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade e os problemas operacionais .	71
Tabela 4 – Tabulação cruzada entre gênero e problemas operacionais.....	73
Tabela 5 – Tabulação cruzada entre gênero e Pronunciamentos difíceis de serem implementados	74
Tabela 6 – Tabulação cruzada entre capacitação custeada pela empresa e problemas operacionais.....	75
Tabela 7 – Tabulação cruzada entre capacitação custeada por conta própria e problemas operacionais.....	76
Tabela 8 – Estatísticas de descritivas das linhas (sentenças) e intralinhas (palavras) resultantes do cálculo da similaridade entre os RA's de 2007 e 2008	77
Tabela 9 – Frequência das melhorias na análise econômico-financeira das empresas devido à adoção das IFRS	84
Tabela 10 – Frequência das dificuldades na análise econômico-financeira das empresas devido à adoção das IFRS	85
Tabela 11 – Frequência dos Pronunciamentos CPC que afetaram a análise de crédito	86
Tabela 12 – Tabulação cruzada entre a opinião dos respondentes sobre a informação contábil e as dificuldades na análise de crédito devido à adoção das IFRS.....	89
Tabela 13 - Teste estatístico entre as melhorias e as dificuldades na AEF devido à adoção das IFRS - A	89
Tabela 14 – Teste estatístico entre as melhorias e as dificuldades na AEF devido à adoção das IFRS - B	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pronunciamentos CPC's referendados pela CVM nos anos de 2007 e 2008	49
Quadro 2 – Teste de normalidade dos resíduos – JB	56
Quadro 3 - Pronunciamentos CPC's apontados como os mais difíceis de serem implementados	66
Quadro 4 - Resultados dos testes de hipóteses de associação entre as categorias	77
Quadro 5 - Resultados dos testes de hipóteses da regressão	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Amostra segregada por gênero.....	60
Gráfico 2 – Amostra segregada pela mais recente formação acadêmica do respondente	60
Gráfico 3 – Amostra segregada por área de atuação	61
Gráfico 4 – Amostra segregada por tempo de atuação na área contábil.....	61
Gráfico 5 – Capacitação dos funcionários custeada pelas empresas	62
Gráfico 6 – Qualificação custeada pelo próprio profissional	63
Gráfico 7 – Ano que a empresa preparou os Demonstrativos Contábeis em IFRS pela 1ª vez	63
Gráfico 8 – Equipe de Contabilidade após adoção das IFRS	64
Gráfico 9 – Dificuldades operacionais na adoção dos Pronunciamentos CPC	65
Gráfico 10 -Percepção sobre a preparação da informação contábil após a adoção das IFRS .	67

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADR	<i>American Depositary Receipt</i> ou Recibos Depositários Americanos
AEF	Associação de Educação Financeira
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ASB	<i>Auditing Standards Board</i>
BACEN	Banco Central do Brasil
BANRINSUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BRB	Banco Regional de Brasília
CEF	Caixa Econômica Federal
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DC	Demonstrativos Contábeis
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
FIV	Fator de Inflação da Variância
GC	Governança corporativa
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
LC	Liquidez Corrente
ONGs	Organizações Não Governamentais
RA	Relatório da Administração
SFAC	<i>Statements of Financial Accounting Concepts</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVOS	21
1.1.1 Objetivo geral	21
1.1.2 Objetivos específicos	21
1.2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	21
1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA	24
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	25
2 REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1 TEORIA DA COMUNICAÇÃO	26
2.2 A CONTABILIDADE E A COMUNICAÇÃO	29
2.3 O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO CONTÁBIL	33
2.4 DISCURSO CORPORATIVO	36
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	42
3.1 PESQUISA COM PREPARADORES DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	42
3.1.1 População e amostra	42
3.1.2 Instrumento de pesquisa	44
3.1.3 Procedimentos adotados	44
3.1.3.1 Teste estatístico do qui-quadrado (χ^2) para independência ou associação	45
3.1.4 Limitação da pesquisa com os preparadores da informação	45
3.2 PESQUISA SOBRE A SIMILARIDADE DOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO	46
3.2.1 População, amostra e procedimentos	46
3.2.2 Variáveis	49
3.2.3 Hipóteses	51
3.2.4 Cuidados metodológicos com a regressão – testes de robustez	55
3.3 PESQUISA COM ANALISTAS DE CRÉDITO	56
3.3.1 Instrumentos de pesquisa, amostra e procedimentos	56
3.3.2 Teste estatístico do qui-quadrado (χ^2) para independência ou associação	57
3.3.3 Limitações da pesquisa com os receptores da informação	58
4 RESULTADOS	59
4.1 RESULTADOS DOS QUESTIONARIOS APLICADOS AOS PREPARADORES	59
4.1.1 Análises dos dados	59
4.1.1.1 Questões para contadores e auditores	59
4.1.1.2 Tabulações cruzadas entre as respostas dadas às questões	67

4.1.1.3 Análises dos resultados dos testes estatísticos.....	72
4.2 RESULTADOS DA SIMILARIDADE ENTRE OS RA	77
4.2.1 Análises dos dados	77
4.2.2 Determinantes que explicam a similaridade entre os Relatórios da Administração.....	79
4.2.2.1 Análises de dados	79
4.2.2.2 Resultados da regressão.....	80
4.3 RESULTADOS DA PESQUISA COM ANALISTAS DE CRÉDITO	83
4.3.1 Análises dos dados	83
4.3.2 Tabulações cruzadas entre as respostas dadas às questões.....	87
4.3.3 Análises dos resultados dos testes estatísticos.....	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS	101
APÊNDICE B – TESTE DE MÉDIA DIFERENÇAS TOTAIS DE LINHAS, LINHAS E INTRALINHAS	107
APÊNDICE C – EMPRESAS DA AMOSTRA.....	108
APÊNDICE D – CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS.....	109
APÊNDICE E – COEFICIENTE DE VARIÂNCIA	110
APÊNDICE F – TABULAÇÃO CRUZADA	111
APÊNDICE G – TABULAÇÃO CRUZADA	112
APÊNDICE H – TABULAÇÃO CRUZADA	113
APÊNDICE I –TABULAÇÃO CRUZADA	114
APÊNDICE J – TABULAÇÃO CRUZADA.....	115
APÊNDICE K – TABULAÇÃO CRUZADA	116
APÊNDICE L – TABULAÇÃO CRUZADA	117
APÊNDICE M – TABULAÇÃO CRUZADA.....	118
APÊNDICE N – TABULAÇÃO CRUZADA	119
APÊNDICE O – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS	120
APÊNDICE P – RESULTADO DA REGRESSÃO	121
APÊNDICE Q – TABULAÇÃO CRUZADA	122
APÊNDICE R – TABULAÇÃO CRUZADA.....	123
APÊNDICE S – TABULAÇÃO CRUZADA	124

1 INTRODUÇÃO

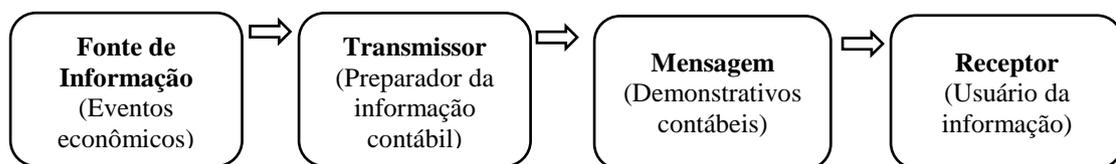
A comunicação contábil implica em um amplo processo de criação e compartilhamento de significado (JACK; DAVISON; CRAIG, 2013). Nesse processo é realizada a codificação de fatos contábeis, sua consolidação e a produção de uma mensagem, usualmente apresentada em demonstrativos contábeis. Por esse motivo, a contabilidade é dita como a linguagem dos negócios.

Para Dias Filho (2000) a contabilidade é um processo de comunicação. Por esse motivo, é relevante compreender como ocorre esse processo, visando melhorar a comunicação das informações produzidas. Nesse sentido, segundo Bedford e Baladouni (1962), a estrutura subjacente da teoria da comunicação pode ser utilizada para descrever o processo contábil.

Shannon (1948) propôs um modelo de processo de comunicação composto por uma fonte de informação que produz a mensagem; pelo transmissor, que codifica essa mensagem por um canal pelo qual a mensagem é enviada; pelo receptor, que decodifica a mensagem; e pelo destino, que é o destinatário da mensagem. Esse modelo clássico de comunicação proposto de Shannon (1948) é apresentado a partir do item 2.1.

Segundo Merkl-Davies e Brennan (2017), o modelo de Shannon (1948) corresponde ao senso comum sobre como as pessoas se referem à comunicação como meio de transmissão de informação entre indivíduos ou entidades. Logo, esse modelo é útil em situações práticas vivenciadas pela contabilidade, como é o caso, por exemplo, da análise do efeito da adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Sendo assim, o modelo de comunicação de Shannon (1948), com adaptações para um modelo próprio de comunicação contábil, é apresentado na Figura 1.

Figura 1– Processo de Comunicação Contábil



Fonte: Adaptado da teoria de comunicação de Shannon e Weaver (1962).

Nesse caso, a fonte de informação na comunicação contábil é o evento econômico (CHAMBERS, 2006); o transmissor é o profissional que faz a codificação da mensagem e a transmite às partes interessadas (TOLER 1963; DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2001); a

mensagem é enviada por meio dos demonstrativos contábeis; e, por fim, o receptor é o usuário da informação a quem esta é destinada (ver Figura 1).

Portanto, segundo alguns pesquisadores (TOLER, 1963; SALTER III, 1975; DIAS FILHO, 2000; DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2001; HUSSEY; ONG, 2005) é possível usar a teoria de Shannon (1948) para tratar de questões relacionadas à comunicação na contabilidade.

Nessa pesquisa o processo de comunicação contábil é definido como sendo a codificação de eventos econômicos e a transmissão da mensagem ao receptor por meio de relatórios contábeis. Sendo assim, o processo de comunicação contábil é constituído por fonte de informação; codificador/transmissor da mensagem; mensagem e decodificador/receptor (ver Figura 1).

Por sua vez, o processo de codificação é definido como sendo os procedimentos de observação, classificação e avaliação de documentos pelo contador –preparador/transmissor –, e a sua decisão quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação. A codificação da mensagem é apresentada, como se observa na segunda fase da Figura 1, quando o preparador/transmissor produz a informação.

No processo de comunicação contábil as normas de contabilidade são utilizadas pelos contadores na fase de preparação/codificação – reconhecimento, mensuração, divulgação – da mensagem.

Recentemente, ocorreram mudanças no processo de comunicação contábil decorrentes das alterações nas normas brasileiras de contabilidade que passaram a adotar o padrão IFRS. Essas mudanças incluem, por exemplo, a adoção do *Impairment*, além de mudanças na concepção do valor justo, do ativo intangível e novos demonstrativos, dentre outras.

As IFRS são normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) com o intuito de criar uma linguagem comum internacional para as empresas de diversos países. No Brasil, a Lei 11.638/07 alterou a Lei 6.404/76 no que se refere à forma de elaborar e divulgar as demonstrações contábeis das empresas do País, implantando as IFRS em 2008, e após um período de transição tornou-se obrigatória em 2010 (SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014). Importante ressaltar que o recorte temporal deste estudo – 2007/2008 – deve-se ao fato de serem os anos da promulgação da Lei 11.638/07 e da implantação das IFRS no Brasil.

A adoção das IFRS afetou o processo de preparação dos demonstrativos contábeis, do conteúdo da mensagem dos relatórios e, muito provavelmente, influenciou na interpretação da informação por parte dos usuários. Assim, a adoção das normas internacionais de contabilidade representa uma das mais importantes mudanças na contabilidade brasileira.

Um dos impactos mais evidentes ocorridos a partir da adoção das IFRS foi a quebra de paradigma na prática contábil, uma vez que se abandonou a simples aplicação de regras e passou-se a enfatizar os princípios na aplicação das normas contábeis (ANTUNES *et al.*, 2012). Enquanto as regras incluem critérios específicos, como por exemplo, restrições de escopo, exceções e orientação para a implementação da norma, os padrões baseados em princípios referem-se a entendimentos fundamentais sobre transações e eventos econômicos (CARMONA; TROMBETA, 2008).

Sabe-se que as normas contábeis baseadas em princípios determinam como decidir o que deve ser feito; são diretrizes que exigem o julgamento de contadores e auditores para a contabilização de transações e eventos econômicos; não especificam como fazer, não existem regras detalhadas que mostram como classificar, mensurar, reconhecer e divulgar cada evento econômico (BENSTON; BROMWICH; WAGENHOFER, 2006; BRADBURY; SCHRÖDER, 2012). Em resumo, os princípios além de especificarem diretrizes, exigem julgamentos nas suas aplicações (BARTH *et al.*, 2007).

Supõe-se que a adoção do padrão IFRS como norma brasileira de contabilidade tenha impactado os departamentos contábeis das empresas brasileiras de diferentes maneiras; alguns menos que outros, pois pressupõe-se que empresas que preparavam seus relatórios de acordo com a contabilidade internacional antes da adoção das IFRS no Brasil, já contavam com profissionais contábeis capacitados. Afinal, segundo Carmona e Trombeta (2008), a abordagem baseada em princípios envolve mudanças na especialidade dos contadores e, portanto, em sua formação educacional, em programas de treinamento e nos modelos de negócios de empresas de contabilidade.

Logo, a convergência para as IFRS deveria trazer reflexos ou implicações para os departamentos contábeis das empresas, os contadores, auditores, gerentes, analistas financeiros, e todos aqueles envolvidos com a contabilidade, pois esse padrão alterou o processo de preparação e, por consequência, a informação e a mensagem divulgada.

Nesse sentido, o julgamento do profissional é necessário à aplicação das IFRS e o conhecimento dos preparadores dos relatórios contábeis sobre essas normas deve impactar no processo de comunicação da contabilidade como, por exemplo, a falta de conhecimento adequado na mensuração de ativos financeiros a valor justo pode afetar a etapa de codificação da mensagem e a própria mensagem, com estimativas sub ou super avaliando esses ativos e o resultado contábil do período.

Nesse estudo analisou-se o efeito da adoção das IFRS do ponto de vista do processo de comunicação e, para tanto, utilizou-se os conceitos, os elementos e o fluxo da teoria matemática

da comunicação de Shannon (1948). Acredita-se que esses conceitos subjacentes, incluindo seus elementos – transmissor, mensagem, receptor – auxiliam na apresentação de evidências de modificações no processo de comunicação da contabilidade com a adoção das IFRS. Isso ocorre no Brasil, provavelmente, em razão da exigência de mais conhecimento técnico sobre as IFRS e capacidade de julgamento no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de elementos patrimoniais e, também, de um melhor desempenho por parte dos profissionais em decorrência das mudanças ocorridas após a utilização dessas novas normas contábeis.

Cabe destacar que alguns elementos e o fluxo do processo de comunicação contábil não se alteraram com a adoção das IFRS: os eventos econômicos continuam sendo a fonte de informação; o preparador da informação – contador ou auditor – ainda é o codificador e transmissor da mensagem, que continua sendo enviada por meio de demonstrativos contábeis; e o receptor permanece sendo o usuário da informação.

Contudo, as IFRS modificaram o processo de codificação, na maneira de observar, analisar e preparar a mensagem e ao exigir do preparador capacidade de julgamento. De igual modo, os modelos de reconhecimento, mensuração e divulgação alteraram o conteúdo da mensagem que, como consequência, passou a exigir dos usuários da informação mais conhecimento e capacidade de interpretação.

É importante destacar que a Estrutura Conceitual em vigor no Brasil (CPC 00 R1, 2011) não apresenta em nenhuma parte do seu texto a palavra comunicação ou derivação, apesar de usar, exhaustivamente, a palavra informação. Porém, na versão aprovada em 2018 (IASB, 2018, seção 7) existe uma preocupação com a comunicação da informação contábil, pois o termo comunicação aparece diversas vezes como, por exemplo, nos itens 7.4 dessa versão; isso representa um resgate desse vocábulo por parte do regulador.

Nesse contexto, este estudo avança na pesquisa sobre o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil, ao analisar seus efeitos em cada um dos componentes do processo de comunicação contábil: na fase da produção dos relatórios pelo preparador; na mensagem enviada, mediante a análise do relatório da administração; e no receptor, por meio de pesquisa com analistas de crédito, conforme será detalhado mais adiante.

Diante do até então exposto, esse estudo se propôs a responder a seguinte questão: **como a adoção ao padrão IFRS afetou o processo de comunicação contábil no Brasil?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar como a adoção ao padrão IFRS afetou o processo de comunicação contábil no Brasil.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar se o preparador/transmissor da mensagem participou de curso sobre as normas internacionais de contabilidade.
- Verificar se os analistas estão aptos a interpretar as novas informações decorrentes da adoção das IFRS;
- Averiguar se na percepção dos analistas a adoção das IFRS melhorou a informação contábil transmitida pelos transmissores da informação;
- Identificar os IFRS mais complicados de serem implementados na empresa e a sua relação com o perfil do preparador/transmissor da mensagem;
- Verificar os obstáculos operacionais no ambiente organizacional da contabilidade observados na adoção das IFRS pelas empresas.
- Identificar os potenciais determinantes que explicam as diferenças entre os textos dos relatórios da administração dos anos de 2007 e 2008 decorrentes da adoção das IFRS.

1.2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A comunicação é um dos elementos mais importantes no processo contábil; entretanto, poucos pesquisadores vêm explorando diretamente o tema (PARKER, 2013). Apesar das diversas pesquisas existentes até o momento sobre a adoção das IFRS, não foram identificados estudos nacionais ou internacionais que trataram do assunto sob a ótica do preparador da informação contábil, da mensagem encaminhada e do receptor dessa mensagem, abrangendo os principais elementos da teoria da comunicação proposta por Shannon (1948).

Conforme afirmado anteriormente, e detalhado adiante, a teoria proposta por Shannon (1948) demonstra como ocorre o fluxo de informação. Crê-se que essa percepção permite

visualizar a fluidez da informação que surge na contabilidade e segue o caminho até o seu destino/usuário.

Em geral, os estudos existentes sobre a adoção das IFRS abordam apenas um dos pontos da teoria matemática de Shannon (1948). Nurunnabi (2017) pesquisou o preparador/codificador da mensagem – mensuração, reconhecimento, divulgação – ao examinar a percepção de auditores sobre a implementação das IFRS em Bangladesh. Os resultados desse estudo evidenciaram que entre os fatores que prejudicaram a adoção das normas internacionais naquele país estava a baixa qualificação dos contadores.

Por sua vez, Gonçalves *et al.* (2014) verificaram a mensagem, ao pesquisarem se a adoção às IFRS impactou a relevância das informações contábeis no Brasil. Os resultados desse estudo evidenciaram que as informações contábeis se tornaram mais relevantes após a convergência às normas internacionais de contabilidade.

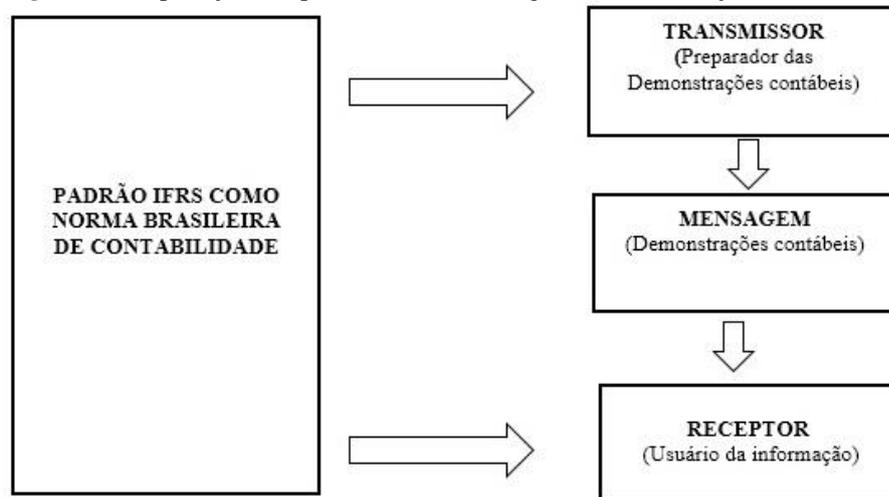
Observa-se que essas duas pesquisas ora destacadas tratam de pontos da teoria da comunicação de Shannon (1948): a primeira do transmissor e a segunda da mensagem. Nessa pesquisa foram abordados, ao mesmo tempo, os três principais pontos dessa teoria: transmissor, mensagem e receptor.

Outras pesquisas já demonstraram a influência sobre a comunicação da informação ocorrida após uma mudança contábil. Por exemplo: Bierstaker, Kop e Lombardi (2016) investigaram se os profissionais da área contábil detinham o conhecimento para aplicar o padrão IFRS de reconhecimento da receita. O resultado mostrou que sessenta por cento dos 176 profissionais investigados de empresas dos Estados Unidos, que elaboravam as suas demonstrações segundo o US-GAAP e IFRS, responderam as questões relacionadas ao padrão sobre o reconhecimento da receita de forma incorreta. Por sua vez, os participantes da pesquisa que responderam corretamente as questões haviam recebido orientação sobre as IFRS. Esses pesquisadores concluíram, portanto, que os profissionais que prepararam relatórios sem orientação adequada poderiam ter afetado a comunicação entre a contabilidade e os usuários das informações contábeis.

Considerando que a qualificação do preparador/transmissor da mensagem pode influenciar no conteúdo da mesma (DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2001), entende-se que o conhecimento do profissional a respeito das IFRS deve interferir no processo de comunicação contábil, na preparação da mensagem – mensuração, reconhecimento e evidenciação – e, por consequência, na mensagem enviada e na interpretação dessa mensagem pelo destinatário. Sendo assim, observa-se que o normativo contábil permeia, reflete e implica nas fases do

processo de comunicação da contabilidade (ver Figura 2), seja na preparação e no conteúdo, bem como na interpretação dessa mensagem.

Figura 2 - Implicações do padrão IFRS nos estágios da comunicação contábil



Fonte: elaboração própria.

Segundo Shannon e Weaver (1962) a comunicação entre o transmissor e o receptor deve ocorrer sem ruídos; por essa lógica, a comunicação entre a contabilidade e o seu público-alvo ocorre quando a informação é interpretada de maneira adequada, sem erros, sem os ruídos que prejudiquem esse comunicado.

Autores, tais como Salter III (1975), Bailey III, Bylinksi e Shields (1983), Johnson (1991), Dias Filho (2000), Dias Filho e Nakagawa (2001) exploraram a compreensibilidade das informações contábeis, e esse tema é relevante na pesquisa contábil, assim como os estudos que evidenciaram as divergências nas interpretações de expressões de incertezas encontradas nas IFRS em diferentes grupos de profissionais (DOUPNIK; RICHTER, 2003; ALMEIDA, 2008; DUH; HUANG, 2012). Essas divergências na tradução e entendimento de expressões de incertezas encontradas nas IFRS podem produzir um ruído de linguagem e impedir que a contabilidade e seus públicos-alvo se comuniquem.

Se a comunicação contábil é ineficiente na construção da mensagem; no atingimento de seus públicos-alvo e na interpretação dos significados pretendidos pelos codificadores aos decodificadores das mensagens, as mensurações, os cálculos sofisticados e a promulgação de padrões de alta qualidade pouco agregam à contabilidade (PARKER, 2013).

O IASB expressou preocupação com a comunicação da informação contábil em sua alteração da Estrutura Conceitual (IASB, 2018). Nesse documento, o IASB afirma que para a contabilidade fornecer informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis, os padrões

dessa divulgação devem ir além de cumprimentos de requisitos; que a contabilidade deve desenvolver padrões que orientem a comunicação dos relatórios contábeis.

Segundo o IASB (2018) a comunicação das informações contábeis realizada por meio de orientações por padrões, refletem características qualitativas fundamentais relacionadas à: representação fidedigna; melhoria de compreensibilidade e comparabilidade dessas informações.

Esse estudo se propõe a contribuir com as pesquisas que tratam dos efeitos da convergência às normas internacionais de contabilidade ocorrida no Brasil em três fases da comunicação contábil: a) à luz dos preparadores da informação – codificador/emissor da mensagem –; b) da mensagem enviada; e c) do usuário da informação – receptor/descodificador da mensagem –, considerando os conceitos subjacentes da teoria matemática da comunicação de Shannon (1948): transmissor, mensagem e receptor.

1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Os pressupostos adotados nesta pesquisa é que a contabilidade é um sistema de informação composto por codificador/preparador da mensagem/informação; mensagem; decodificador/receptor dessa mensagem, e que existe um fluxo de informação que emerge da contabilidade – classificação, mensuração e reconhecimento – que é enviada – divulgação – para o usuário da informação.

Alguns estudos (JOHNSON, 1991; DIAS FILHO, 2000; DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2001; EVANS, 2004; ALMEIDA, 2008) abordaram a comunicação da contabilidade com foco na compreensibilidade da linguagem contábil pelo usuário da informação, que na teoria matemática da comunicação refere-se ao problema da decodificação da mensagem pelo receptor, que é a última fase do processo de comunicação da contabilidade.

As pesquisas que buscam verificar a qualidade e o *value relevance* da informação contábil também são classificadas como estudos que tratam da comunicação da contabilidade (MERKL-DAVIES; BRENNAN, 2017), cujo foco da análise está na mensagem. Barth *et al.* (2007), Barth, Landsman e Lang (2008), por exemplo, investigaram se a aplicação dos *International Accounting Standards* (IAS) estava associado à alta qualidade da informação contábil e, Barth *et al.* (2012) e Barth *et al.* (2018) verificaram o aumento na qualidade da informação contábil após a adoção das IFRS. Por sua vez, Rodríguez García *et al.* (2016) e

Elbakry *et al.* (2017) investigaram o *value relevance* da informação contábil antes e após a convergência às IFRS.

Essa pesquisa objetivou investigar o relatório da administração (RA) em vez dos demonstrativos contábeis, uma vez que o RA é um dos meios pelos quais a entidade se comunica com o seu público e se utiliza das informações contábeis nessa comunicação, e quanto ao receptor da mensagem foram escolhidos os analistas de crédito. Essa escolha deve-se à importância que as instituições financeiras e de investimentos representam para o desenvolvimento econômico do País, como intermediador de recursos financeiros para todos os setores da economia e, ainda, à importância que o risco de crédito representa nas transações de empréstimos, financiamentos e investimentos, sendo uma das questões mais relevantes para essas instituições.

O estudo tem como delimitação geográfica a adoção das IFRS no Brasil. Essa escolha surgiu naturalmente por conveniência e por se entender que esse processo ainda carece de pesquisas sob essa ótica.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está dividido em cinco capítulos para o adequado desenvolvimento do estudo.

Capítulo um - A introdução aborda os aspectos gerais do tema e expõe a problemática da adoção das IFRS no processo de comunicação contábil. Nesse contexto, mostra a importância do tema e o problema a ser pesquisado, bem como o objetivo geral e específicos, a delimitação do estudo e a estrutura do trabalho.

Capítulo dois - Trata do referencial teórico, no qual são explorados os aspectos da teoria matemática da comunicação de Shannon (1948); a contabilidade e a comunicação; o processo de comunicação contábil e seus elementos; e por fim o discurso corporativo, bem como os estudos desenvolvidos sobre a comunicação contábil.

Capítulo três – Apresenta as metodologias que nortearão as pesquisas.

Capítulo quatro - Apresenta os resultados dos questionários aplicados aos contadores e auditores; os resultados da similaridade entre os relatórios da administração; e por fim os resultados dos questionários aplicados aos analistas de crédito

Capítulo cinco - Apresenta as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA DA COMUNICAÇÃO

A comunicação é um processo de envio e recebimento de mensagens, ou a transferência de informações de uma mente para outra (CRAIG, 1999). É um processo físico de transmissão de signos ou sinais da fonte para o receptor por meio de um canal que liga esses dois elementos. Entretanto, a comunicação não é apenas uma questão de transferir sinais de uma pessoa para outra, mas de transmitir significância, de estabelecer na mente do outro o que foi observado, ou o produto da observação, o que foi registrado ou processado (CHAMBERS, 2006). A comunicação trata-se de gerar mensagens, de um conjunto de estímulos que faz com que o receptor atribua significados semelhantes aos previstos pelo transmissor (SALTER III, 1975).

A comunicação também pode ser entendida como sendo um processo de transmissão de informações do remetente para o receptor, por meio de um código conhecido por ambos, para que o que foi enviado seja interpretado adequadamente; se a mensagem não for compreendida, a comunicação não terá sido realizada.

De acordo com Craig (1999), Littlejohn e Foss (2010), Chung *et al.* (2013), Marabella (2014), Merkl-Davies e Brennan (2017), não existe uma teoria única que englobe todos os aspectos da comunicação.

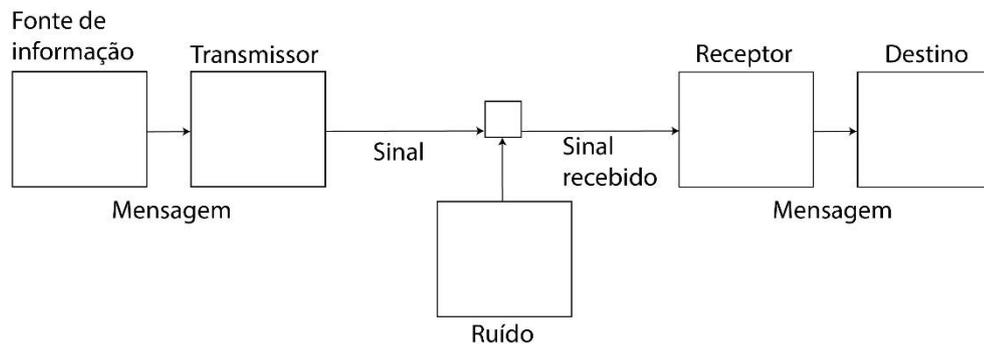
Craig (1999) reuniu as teorias da comunicação dentro de sete tradições de pesquisa:

- a) a retórica – a arte do discurso, da persuasão;
- b) a semiótica – o estudo dos signos;
- c) a fenomenológica – a interação com o outro, o significado, a interpretação;
- d) a cibernética – o processamento de informação;
- e) a sociopsicológica – a expressão, interação e fluência;
- f) a sociocultural – a produção ou a reprodução de ordem social, valores e crenças;
- g) a crítica – reflexão discursiva, conflito, poder.

Além dessas sete tradições, Merkl-Davies e Brennan (2017) adicionaram a tradição matemática, cuja teoria proposta por Shannon (1948) estuda a transmissão da mensagem.

Shannon (1948) utilizou uma abordagem matemática para resolver os problemas de ruídos (ver Figura 3) na transmissão de informações nas telecomunicações, em seu estudo intitulado *A Mathematical Theory of Communication*.

Figura 3 – teoria matemática da comunicação proposta por Shannon



Fonte: Adaptado de Shannon (1948) e Shannon e Weaver (1962).

O referido diagrama com os seus elementos e funções permite visualizar o processo de comunicação da contabilidade (BEDFORD; BALADOUNI, 1962) por isso, o modelo de Shannon e Weaver (1962) foi adaptado para demonstrar esse processo contábil neste estudo.

A teoria matemática da comunicação de Shannon (1948) pressupõe um sistema de comunicação formado por cinco partes (ver figura 3), a saber:

- a) Fonte de informação – produz uma mensagem ou uma sequência de mensagens a serem comunicadas ao receptor;
- b) Transmissor – opera a mensagem para produzir um sinal – codificação da mensagem – adequado para a transmissão pelo canal;
- c) Canal – é o meio usado para transmitir o sinal do transmissor para o receptor;
- d) Receptor – executa a operação inversa daquela feita pelo transmissor, ao decodificar a mensagem enviada por sinal;
- e) Destino – pessoa para quem a mensagem decodificada é destinada, ou seja, quem a recebe.

O objetivo da teoria de Shannon (1948) é reproduzir em determinado ponto, precisa ou aproximada, uma mensagem selecionada em outro ponto; pois essa reprodução é um problema de engenharia e não de semântica da comunicação. Nesse caso, para a teoria de Shannon a compreensão da mensagem pelo receptor é irrelevante (SHANNON, 1948; GLEICK, 2013), pois o foco é a transmissão da mensagem sem ruídos.

Weaver (1953) adicionou contribuições à pesquisa de Shannon (1948) e os estudos desses dois autores foram publicados juntos em formato de livro (GLEICK, 2013). Weaver (1953) abordou os três níveis de problemas que podem ocorrer com a comunicação: o técnico, o semântico e a eficácia. Os problemas técnicos estão relacionados com a precisão da transferência do conjunto de símbolos do remetente para o receptor; os semânticos estão preocupados com o significado desses símbolos, ou seja, com a interpretação do receptor, se o

significado pretendido pelo remetente foi alcançado; quanto à eficácia, os problemas estão relacionados com o quanto a comunicação influencia o comportamento do receptor.

Hendriksen e Breda (1999) afirmam que a semântica é importante na comunicação da contabilidade, uma vez que o ideal é que a mensagem contábil seja compreendida tanto por seus preparadores, quanto pelos usuários dessa mensagem.

O estudo de Shannon (1948), que teve como objetivo principal resolver o problema de ruído na comunicação, também apresentou um diagrama do fluxo da comunicação com os seus respectivos elementos e funções, conforme ilustrado na figura 3, e permitiu entender como ocorre o fluxo de transmissão de informações desde a produção/codificação da mensagem até o seu destino/receptor.

Segundo Merkl-Davies e Brennan (2017) a perspectiva de transmissão de informação teve origem no modelo de comunicação de Shannon (1948), e esse modelo corresponde ao senso comum ao se referirem à comunicação como meio de transmitir informações entre indivíduos ou organizações.

Craig (1999) argumenta que embora existam muitas teorias da comunicação, todas são relevantes, assim como a teoria da comunicação desenvolvida por Shannon (1948). Segundo Noorden, Maher e Nuzzo (2014) o trabalho de Shannon é um dos dez mais citados do mundo em artigos, livros e monografia de todas as áreas do conhecimento.¹

Para Merkl-Davies e Brennan (2017) o modelo Shannon (1948) e Shannon e Weaver (1962) contém todos os componentes de um sistema de comunicação, mas descreve a comunicação como sendo estática e unidirecional, pois não captura a interação, ou seja, falta nesse modelo o *feedback* do receptor para o remetente. O *feedback* na comunicação da contabilidade é abordado, por exemplo, em pesquisas que tratam do conteúdo informacional.

Embora os estudos de Shannon (1948) e de Shannon e Weaver (1962) buscassem sanar um problema técnico de ruído na telefonia, alguns autores, tais como Toler (1963), Salter III (1975), Dias Filho (2000), Dias Filho e Nakagawa (2001) e Hussey e Ong (2005) utilizaram os conceitos dos elementos desse modelo de comunicação em pesquisas, que abordam a comunicação contábil.

O ruído na comunicação contábil devido à adoção das IFRS ocorreu, provavelmente, por divergências na tradução de uma língua para outra de determinadas expressões encontradas nas normas.

¹ Em pesquisa junto ao Google acadêmico é possível verificar que a obra de Shannon e Weaver (1964): *A Mathematical Theory of Communication*, já foi citada mais de cem mil vezes em artigos acadêmicos, o que demonstra sua importância para a ciência. (Nota da autora).

Doupnik e Richter (2003) compararam as interpretações de expressões de incertezas encontradas nas IFRS, realizadas por contadores certificados dos Estados Unidos e por auditores da Alemanha. As evidências demonstraram divergências entre esses significados para os dois grupos de profissionais como, por exemplo, as traduções do inglês para o alemão de expressões que indicam probabilidades – alta e baixa – resultaram em diferenças significantes.

Essas divergências poderiam gerar diferentes resultados entre empresas localizadas nos Estados Unidos e na Alemanha, pois um mesmo fato contábil poderia apresentar diferentes mensurações, contrariando a proposta do IASB de uma contabilidade globalmente única. Essas divergências de significados de um país para outro, ocasionadas pelas diferenças na cultura linguística ou pela tradução das expressões (DOUPNIK; RICHTER, 2003), podem propiciar entendimentos diversos e interpretações inadequadas das demonstrações contábeis (ALMEIDA, 2008).

Almeida (2008) verificou a percepção das empresas que emitem Recibos Depositários Americanos, tradução livre de *American Depositary Receipt* (ADR), dos bancos brasileiros e dos alunos do programa de pós-graduação de mestrado e doutorado da Universidade de São Paulo (USP) sobre as expressões de incerteza existentes nas IFRS, e o resultado comparativo da percepção dos três grupos evidenciou diferença significativa para as expressões *reasonable* e *assurance*.

Duh e Huang (2012) evidenciaram resultados semelhantes às pesquisas de Doupnik e Richter (2003) e Almeida (2008), ao investigarem as interpretações dos profissionais de auditoria de Taiwan para quatorze expressões de incertezas encontradas nas IFRS. Os resultados indicaram interpretações diversas para as expressões, e que o nível educacional dos participantes da pesquisa ajudou na redução da variação das interpretações.

Espera-se que a informação contábil tenha conteúdo reconhecido tanto por seus preparadores quanto por seus usuários (HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999) evitando possíveis ruídos que possam interferir no objetivo da mensagem, para que a comunicação seja realizada e a finalidade da contabilidade de gerar informações úteis aos tomadores de decisão seja alcançada.

2.2 A CONTABILIDADE E A COMUNICAÇÃO

Um dos principais objetivos da contabilidade é comunicar, sendo que a informação contábil é comunicada às partes interessadas por meio de diversos canais, tais como os

relatórios anuais e trimestrais ou mesmo a *internet*, que utiliza uma variedade de representações incluindo narrativas, fotos, tabelas e gráficos (SIKKA, 2013).

A comunicação contábil é valorizada porque dá visibilidade ao andamento dos negócios (SIKKA, 2013) como, por exemplo, permite conhecer e analisar os resultados decorrentes de decisões da aplicação de capital na entidade e a previsibilidade de resultados futuros e implica num amplo processo de geração de informação e compartilhamento de significados (JACK; DAVISON; CRAIG, 2013).

Merkel-Davies e Brennan (2017) apresentaram a definição de comunicação contábil para cada uma das tradições de pesquisa em comunicação, conforme a seguir:

a) Matemática – é a transmissão de mensagens da empresa direcionada às partes interessadas;

b) Sociopsicológica – é o processamento de informações por usuários internos e externos à organização e, nesse caso, o foco é no processo psicológico subjacente à comunicação contábil como, por exemplo, a motivação, a apresentação e a seleção de informações;

c) Cibernética – é um sistema complexo de interações entre organizações e os usuários da informação;

d) Semiótica – é a mediação por meio de signos e símbolos em documentos narrativos corporativos;

e) Retórica – é o uso da narrativa em documentos corporativos para persuadir o público;

f) Fenomenológica – é o processo de dar sentido e fazer sentido na produção e interpretação de mensagens constantes nos documentos narrativos das organizações;

g) Sociocultural – é o uso de documentos narrativos corporativos como meio de produzir e reproduzir normas e regras sociais;

h) Crítica – é um sistema de dominação; concentra-se no papel dominante das organizações na sociedade.

A maioria das pesquisas sobre a comunicação contábil com foco nas divulgações de organizações norte-americanas é baseada na teoria matemática da comunicação, que é classificada dentro da tradição matemática; essas pesquisas analisam a mensagem do ponto de vista do conteúdo informacional (MERKL-DAVIES; BRENNAN, 2017).

Contudo, a teoria matemática da comunicação fornece uma visão um pouco mais ampla da comunicação ao apresentar os seus atores e elementos: a fonte, o transmissor, o canal, a mensagem e o receptor, bem como ao apontar a função de cada elemento, como foi exposto no item 2.1. Assim, a mensagem é um dos elementos desse processo e, portanto, por meio da

pesquisa é possível explorar todos os elementos ou partes desse processo e, dessa forma, analisar o impacto que a adoção das normas internacionais pode causar à comunicação contábil.

Salter III (1975) pesquisou a comunicação entre o preparador da informação contábil e o usuário da informação, sugerindo que os conceitos da teoria da comunicação fossem aplicados aos processos educacionais destinados a preparar contadores e também usuários da informação contábil para futuras carreiras no mercado ou para o uso dos relatórios contábeis.

Assim, conhecer e compreender os elementos e o fluxo da comunicação contábil pode ser útil para a comunicação entre a contabilidade e os usuários da informação; e a análise do efeito da adoção das IFRS na comunicação contábil pode evidenciar se houve comunicação entre a contabilidade e as partes interessadas no período da transição dessas normas.

O ideal é que o filtro mental do transmissor e do receptor sejam semelhantes (SALTER III, 1975), pois o fato de o codificador – contador ou auditor – e o receptor – usuário ou leitor dos Demonstrativos Contábeis (DC) – terem campos de conhecimentos semelhantes evita interpretações errôneas – ruídos – na mensagem. Para o autor não é possível transmitir tudo o que é relevante ou perceber tudo o que está disponível no ambiente de comunicação; no entanto, esse autor ressalta que se a comunicação é um elemento essencial da atividade contábil, é importante que contadores ou auditores e usuários da informação se comuniquem para que o objetivo da contabilidade de fornecer informações úteis aos usuários da informação seja alcançado.

Bailey III, Bylinksi e Shields (1983) investigaram a percepção dos usuários dos relatórios de auditoria sobre a proposta do *Auditing Standards Board* (ASB) de alterar os textos desses relatórios e se essas mudanças surtiriam o efeito esperado de compreensão absoluta da mensagem. O resultado dessa pesquisa evidenciou que as mudanças nos textos provocariam uma compreensão relativa, mas não absoluta dos relatórios. A proposta do ASB não foi implementada, mas foi criado um programa educacional para explicar aos usuários da informação o significado dos relatórios de auditoria.

A participação do usuário em programas de educação melhora o seu conhecimento sobre os relatórios e o influencia na interpretação das mensagens recebidas (BAILEY III; BYLINKSI; SHIELDS, 1983), o mesmo ocorreu com os preparadores e usuários da informação contábil que participaram de curso de capacitação sobre as IFRS.

Devido as normas contábeis permearem todas as fases da comunicação contábil, desde o preparador ou transmissor da mensagem até o usuário ou receptor, nesse sistema de comunicação todos os envolvidos podem ser afetados pela adoção das IFRS, principalmente no

período da adoção, em que dúvidas na aplicação das normas e na interpretação da informação podem ter sido suscitadas pelos preparadores e pelos receptores da mensagem ou informação.

Cabe destacar que, no sentido geral, o usuário da informação é definido como qualquer indivíduo ou entidade que tenha interesse na mensagem ou informação divulgada pela organização. Porém, no sentido estrito desta pesquisa, os usuários da informação contábil são os analistas de crédito.

Johnson (1991) investigou a linguagem utilizada pela contabilidade num estudo empírico sobre a fidelidade da comunicação contábil e a cultura organizacional. Para o autor, se as culturas das organizações ou as subculturas dentro de uma mesma corporação são díspares, os termos contábeis podem ter significados diferentes quando usados para comunicar a informação, restringindo a sua fidelidade. A hipótese de que os significados de termos frequentemente utilizados pela contabilidade são diferentes de uma entidade para outra não foi rejeitada. Para o autor, a comunicação da informação contábil é importante para o alcance dos objetivos estratégicos da entidade.

Na mesma linha desse estudo de Johnson (1991), Dias Filho (2000) tratou da linguagem utilizada na evidenciação contábil à luz da teoria da comunicação. Por meio de discussão o autor concluiu que o usuário médio das informações contábeis não tem total compreensibilidade de muitos termos usados pela contabilidade.

Segundo Parker (2013) a complexidade das normas e seus impactos na divulgação de informações contábeis das corporações é motivo de o investidor buscar conhecimentos financeiros em outras fontes consideradas mais acessíveis e compreensíveis. Sendo assim, se no caso dos significados de novos termos utilizados nas demonstrações contábeis em decorrência da adoção das IFRS não apresentassem a mesma interpretação por preparadores ou transmissores e receptores, a comunicação entre a organização e as partes interessadas poderia ter sido afetada.

Em continuidade à mesma linha de pesquisa, Dias Filho e Nakagawa (2001) desenvolveram um estudo, cujo objetivo foi demonstrar que os conceitos da teoria da comunicação podem contribuir no desenvolvimento de metodologias para identificar e ajustar problemas semânticos que afetam as informações contábeis.

O estudo de Dias Filho e Nakagawa (2001) apresentou a natureza do problema semântico num processo de comunicação e mostrou que, na área da contabilidade, esse processo ocorre quando o significado que o preparador pretende atribuir a termos e expressões constantes nos relatórios contábeis diferem daqueles atribuídos pelos destinatários da informação. E, considerando que o processo de comunicação contábil incorpora os elementos conceituais da

teoria da comunicação, os autores concluíram que essa teoria pode proporcionar subsídios para aprimorar a evidenciação contábil, à medida que expõe as funções de cada elemento da comunicação da contabilidade – codificador/transmissor-mensagem-receptor –, assim como as relações existentes entre eles.

Sendo assim, a identificação do impacto da adoção das IFRS na comunicação contábil também pode se beneficiar da teoria da comunicação por meio da análise de cada um dos elementos que compõem o processo da comunicação contábil – codificador/transmissor-mensagem-decodificar/receptor – para identificar, por meio de observação, como esses elementos foram afetados.

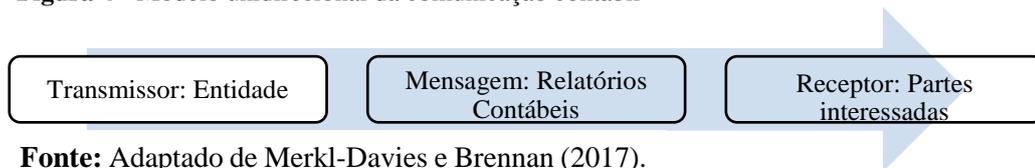
2.3 O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO CONTÁBIL

O processo da contabilidade, como tradicionalmente concebido, refere-se às etapas e procedimentos de classificação, registro e resumo dos dados contábeis (TOLER, 1963). Hendriksen e Breda (1999) seguem a mesma direção do autor anteriormente citado e afirmam que esse processo tem relação com a classificação, registro e sintetização contábeis. Para Iudícibus (2009) o processo de comunicação contábil implica em reconhecer, mensurar e comunicar informação econômico-financeira, física e social aos usuários da informação; o autor acrescenta que esse processo de comunicação deve considerar a habilidade dos usuários de interpretar a informação adequadamente.

Em se tratando de uma definição mais atual e alinhada com o IASB, o processo da contabilidade refere-se à mensuração, reconhecimento e evidenciação de informações contábeis com base nas normas vigentes. Contudo, o processo da comunicação contábil vai além: após a sintetização dos dados em relatórios estruturados, esses relatórios são auditados e divulgados pela entidade às partes interessadas.

Na perspectiva de Merkl-Davies e Brennan (2017) o modelo de transmissão de Shannon e Weaver (1962) apresenta o processo de comunicação contábil como um processo unidirecional linear focando na transmissão da mensagem do remetente – entidade – para o destinatário – partes interessadas – e, embora se preocupe com ruídos que podem prejudicar a mensagem, ignora os fatores contextuais em que a comunicação contábil está inserida (ver Figura 4).

Figura 4 - Modelo unidirecional da comunicação contábil

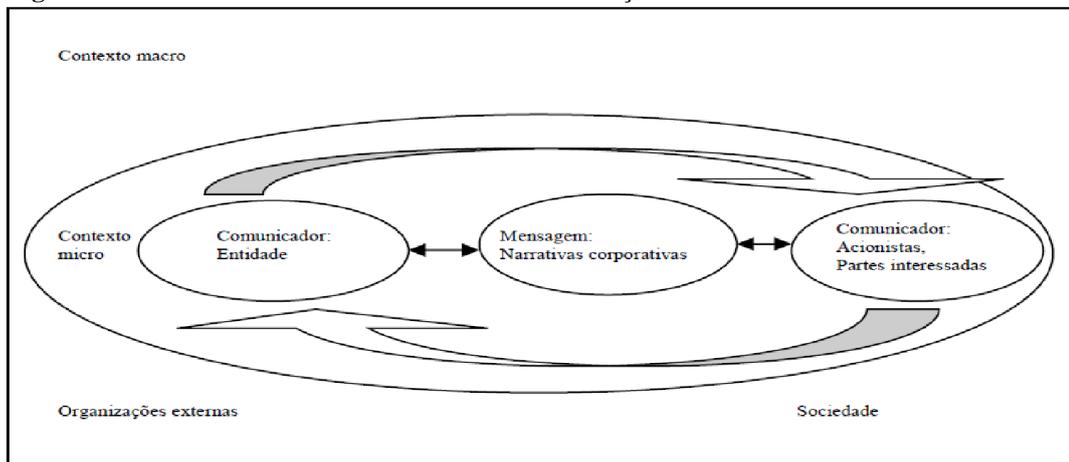


Fonte: Adaptado de Merkl-Davies e Brennan (2017).

Esse modelo não considera a existência de um relacionamento entre a entidade e as partes interessadas, pois tanto um quanto o outro podem ser comunicadores e interagirem no ambiente de comunicação, isto é, a entidade envia mensagens para as partes interessadas e estas enviam respostas, sinais às entidades como, por exemplo, por meio do aumento ou diminuição nos preços das ações.

Em contraste ao modelo unidirecional de Shannon e Weaver (1962), Merkl-Davies e Brennan (2017) também apresentaram o modelo de comunicação transacional da comunicação contábil (ver Figura 5), em que o relacionamento entre os comunicadores é descrito como parte de um contexto micro; enquanto aspectos organizacionais externos – como as Organizações Não Governamentais (ONGs), por exemplo – e a sociedade, são mostrados como parte de um contexto macro, mais amplo.

Figura 5 – Modelo transacional e interativo da comunicação contábil



Fonte: Merkl-Davies e Brennan (2017).

No modelo de comunicação transacional existe um ambiente de comunicação interativa, no qual tanto a entidade quanto as partes interessadas são comunicadores, e a relação entre elas é realizada por meio de troca de mensagens. Segundo Littlejohn e Foss (2010) os comunicadores decidem quais mensagens serão transmitidas levando em conta que essas mensagens dentro do ambiente de comunicação podem impactar os comunicadores; e esse impacto depende do entendimento da mensagem.

Os pontos focais da comunicação na contabilidade para esta pesquisa são: o transmissor, a mensagem e o receptor, escolhidos a partir da adaptação do modelo de comunicação de Shannon (1948) para a comunicação contábil em que o processo de gerar e comunicar a informação é composto por fonte de informação, transmissor, canal, mensagem e receptor.

Toler (1963) partiu do pressuposto que a contabilidade é uma função de comunicação e desenvolveu uma estrutura que representasse o processo de comunicação contábil composta por elementos, tais como: fonte, evento, codificador, mensagem, canal, receptor e decodificador. A estrutura de comunicação apresentada pelo autor citado é semelhante aos elementos do processo de comunicação apresentados por Shannon (1948) e adotados nesta pesquisa, conforme explanação a seguir.

a) fonte de informação – Segundo Shannon (1948) uma fonte de informação é quem produz uma mensagem ou a sequência de mensagens a serem comunicadas ao receptor. Na contabilidade, a fonte de informação dos dados contábeis são os eventos econômicos e seus efeitos (CHAMBERS, 2006); são os fatos derivados de transações econômicas realizadas pela entidade, que resultam em alterações do ativo, passivo ou do patrimônio líquido.

A fonte de informação contábil também pode ser definida como sendo os fatos que ocorrem na organização a partir de decisões administrativas e que são passíveis de serem valorados monetariamente. Para Toler (1963) a entidade é a fonte de informação responsável pela divulgação dos relatórios contábeis.

b) transmissor e codificador – transmissor é quem trabalha a mensagem de alguma forma, isto é: quem codifica a mensagem para produzir um sinal adequado para a transmissão (SHANNON, 1948). Na contabilidade, a codificação dos eventos econômicos é realizada pelo contador (TOLER 1963; DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2001), ou por uma equipe de contabilidade.

A codificação e transmissão da mensagem contábil dizem respeito à observação, classificação, análise, registro dos eventos econômicos e a transmissão dessa mensagem, isto é, a mensuração, o reconhecimento e a divulgação desses eventos às partes interessadas.

A prática contábil necessita de conhecimento especializado. Para Dias Filho e Nakagawa (2001) a qualificação do preparador da mensagem influencia no seu conteúdo. E as normas baseadas em princípios trouxeram mudanças significativas na especialidade dos contadores e, portanto, em sua formação educacional e em programas de capacitação (CARMONA; TROMBETA, 2008).

c) mensagem e canal de transmissão – a codificação resulta na mensagem a ser transmitida por meio de um canal (SHANNON, 1948). Para a contabilidade, a mensagem é o

produto final, é o resultado do esforço do trabalho do preparador (TOLER, 1963), apresentado em demonstrativos contábeis. Esses demonstrativos são preparados com base nas normas contábeis e são formados por textos, tabelas, quadros e gráficos. O canal refere-se ao meio pelo qual a mensagem é transmitida e, na contabilidade, essa mensagem é transmitida por meio de relatórios.

Nessa pesquisa a mensagem refere-se ao balanço patrimonial, à demonstração de resultado do período, à demonstração do resultado abrangente, à demonstração do valor adicionado, à demonstração dos fluxos de caixa, à demonstração das mutações do patrimônio líquido, às notas explicativas e ao relatório da administração.

d) Receptor, decodificador e destinatário – o receptor é o decodificador da mensagem (SHANNON, 1948). Na comunicação contábil, o receptor é o decodificador e, também, o destinatário da mensagem, ou seja, o usuário da informação.

Para Toler (1963) o decodificador é a pessoa que interpreta a mensagem contábil e atribui algum significado para ela; é o receptor da mensagem. Assim, como a prática contábil necessita de conhecimento especializado, a leitura da mensagem contábil também carece de conhecimento por parte do receptor, senão a mensagem poderá ser interpretada erroneamente.

2.4 DISCURSO CORPORATIVO

Os relatórios contábeis são veículos chave na comunicação contábil, por meio dos quais as companhias prestam contas às partes interessadas, para que façam as suas previsões de desempenho futuro (LEEuwEN, 2013).

A comunicação entre a corporação e as partes interessadas é realizada, geralmente, por meio das demonstrações contábeis: balanço patrimonial, demonstração de resultado do período, demonstração do resultado abrangente, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado, notas explicativas, parecer da auditoria e relatório da administração.

Para Bhatia (2014) os relatórios corporativos anuais são o pulso da entidade, e seu objetivo é informar às partes interessadas sobre o desempenho e a saúde dos negócios, especificamente seus sucessos e falhas, problemas atuais e as perspectivas para o seu desenvolvimento futuro. O autor identificou que existem quatro tipos de discursos dentro dos relatórios anuais das companhias:

- a) O discurso contábil – corresponde a maior parte do relatório anual, podendo ser devidamente verificado por auditores;
- b) O discurso de finanças – é a revisão financeira apresentada no relatório anual;
- c) O discurso legal – são as isenções de responsabilidades, muitas vezes necessárias para que o leitor compreenda as implicações das informações divulgadas no relatório anual;
- d) O discurso de relações públicas – corresponde ao relatório da administração ou outra comunicação aos acionistas.

A parte mais importante do relatório anual consiste na informação contábil, que são números apresentados em tabelas e em vários tipos de cálculos. A informação contábil, embora preparada pela contabilidade, é verificada por auditores para ser a representação fiel do desempenho da organização (BHATIA, 2014).

O discurso financeiro, por outro lado, oferece uma revisão do desempenho da companhia com base nos números auditados; mas essa seção não é auditada, sendo escrita por especialistas da área financeira da entidade que, geralmente, oferecem uma visão do desempenho da corporação com base na informação contábil (BHATIA, 2014).

Os novos demonstrativos contábeis como: demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor abrangente e demonstração do valor adicionado, passaram a ser obrigatórios para as empresas de capital aberto com a adoção das normas internacionais de contabilidade. Logo, a quantidade de informação financeira, que é a base para a elaboração das narrativas contábeis, aumentou. Sendo assim, o processo de relato financeiro das narrativas poderia ter sido melhorado com a inclusão de informações adicionais.

O discurso legal lança uma sombra de dúvida sobre a previsão da empresa, mas pode estar escondido em um canto discreto do documento; nesse caso, o texto contém declarações prospectivas que são identificadas por palavras, tais como: expectativa, estimativa, espera-se, acredita-se, ou outras similares, que indicam riscos ou incertezas (LEEUEWEN, 2013).

Por sua vez, o relatório da administração representa um discurso de relações públicas, com predições e projeções baseadas no desempenho apresentado no discurso contábil. Esse discurso é escrito com base nos dois primeiros discursos: contábil e finanças e destina-se a tranquilizar as partes interessadas de que o desempenho da empresa é razoavelmente forte, e o futuro parece ainda melhor que o passado (BHATIA, 2002).

Para Craig e Amernic (2008) a contabilidade é utilizada como um meio para um fim retórico, pois o relatório da administração é escrito com base em expressões de domínio da contabilidade, por fornecerem medidas ostensivas de riqueza, tais como: indicadores de desempenho, capacidade financeira para pagar as obrigações, lucro, dentre outras.

Ainda segundo Craig e Amernic (2008) a relevância da informação contábil para a elaboração das narrativas contábeis deve-se à inviolabilidade fornecida pelos profissionais que preparam a informação seguindo as normas vigentes, e de um relatório de auditoria não qualificado, ou seja, um parecer de auditoria sem ressalva, não adverso ou sem negativa de opinião.

Segundo Leeuwen (2013) o relatório da administração aos acionistas usa estratégias para minimizar os problemas da companhia e tranquilizar os acionistas. Um exemplo dessa estratégia é começar e terminar esse relatório com mensagens positivas, dando mais espaço aos projetos com resultados positivos, destacando os sucessos e minimizando a extensão dos problemas da empresa.

Para Brennan e Merkl-Davies (2013) a principal função das narrativas contábeis nos relatórios corporativos é amplificar a informação quantitativa da contabilidade. O relatório da administração é um exemplo de comunicação da organização com o seu público que utiliza a informação contábil na sua elaboração.

O relatório da administração (RA) não é parte integrante das demonstrações contábeis. Contudo, a sua divulgação junto às demonstrações contábeis e outros documentos da administração é exigida por lei (BRASIL, 1976; BRASIL, 2001).

Essa legislação, ora destacada, não adota um modelo próprio para a elaboração do RA, mas aponta as informações que não devem faltar: notificações sobre a aquisição de debêntures de sua própria emissão; política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos; negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no período do relatório; relação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e modificações ocorridas no período; e, ainda, a participação recíproca entre a organização e suas coligadas ou controladas.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (1987), com a finalidade de melhorar a qualidade das informações divulgadas por empresas do mercado de capitais, recomendou que as mesmas ampliassem as informações do RA com alguns itens específicos:

a) Descrição dos negócios, produtos e serviços – histórico das vendas físicas dos últimos dois anos. Algumas empresas apresentam descrição e análise por segmento ou linha de produto, quando relevantes para a sua compreensão e avaliação.

b) Comentários sobre a conjuntura econômica geral – informações sobre concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia.

c) Recursos humanos – dados sobre o número de empregados no término dos dois últimos exercícios e *turnover* nos dois últimos anos, segmentação da mão de obra segundo a

localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais.

d) Investimentos – descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados.

e) Pesquisa e desenvolvimento – descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos.

f) Novos produtos e serviços – descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionados.

g) Proteção ao meio ambiente – descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado.

h) Reformulações administrativas – descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização.

i) Investimentos em controladas e coligadas – indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões.

j) Direitos dos acionistas e dados de mercado – políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em Bolsa de Valores.

k) Perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros – poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente colocados, sendo que essa informação não se confunde com projeções por não ser quantificada.

Em se tratando de companhia de participações o relatório deve contemplar as informações ora mencionadas, mesmo que de forma mais sintética, relativas às empresas investidas.

O legislador (BRASIL, 1976; 2001; CVM, 1987) melhorou as informações divulgadas nos relatórios anuais com a indicação de informações relevantes para os usuários. Entretanto, nem todas as informações são de caráter obrigatório. A orientação da CVM (1987), por exemplo, trata-se de uma recomendação feita às empresas não impedindo que o gestor seja criativo e contribua com informações adicionais às partes interessadas.

O relatório da administração não faz parte do escopo da auditoria, logo possibilita que o gestor enfatize informações que julgar mais relevantes. Nessa direção, segundo Bhatia (2002) e Breeze (2018) muitas vezes as narrativas contábeis transmitem não apenas o desempenho anual da empresa, mas também, de maneira muito sutil, incorporam estrategicamente elementos promocionais, sendo que um dos quais é a seleção e interpretação de aspectos positivos do seu

desempenho. Isso quer dizer que o desempenho positivo é utilizado como forma de promover as ações da administração de uma empresa.

Em razão dessas características ora apresentadas, a narrativa do relatório da administração é uma oportunidade de divulgação junto à sociedade, das atividades desenvolvidas pela companhia. Mesmo que os requisitos propostos pela CVM (1987) sejam do século passado, ainda são informações que apresentam aspectos atuais e relevantes como, por exemplo, os investimentos efetuados para a proteção ao meio ambiente, pesquisa e desenvolvimento, perspectivas futuras, dentre outros.

Nessa direção, Yuthas, Rogers e Dillard (2002) afirmam que as narrativas corporativas são formas importantes de discursos públicos destinados a complementar as informações fornecidas às partes interessadas sobre o desempenho de uma empresa.

Por sua vez, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) (1978) ressalta no *Statements of Financial Accounting Concepts* (SFAC) n.1, que a administração sabe mais sobre a empresa e seus negócios que os investidores, credores ou outras pessoas de fora e, portanto, pode aumentar a utilidade das informações financeiras ao identificar certos eventos e circunstâncias, e explicar seus efeitos financeiros na empresa. Com base nesse pronunciamento Hendriksen e Breda (1999) argumentaram que a melhor forma de a administração apresentar uma análise do significado das informações financeiras e explicar os seus efeitos financeiros na empresa é por meio de narrativa.

Igarashi, Silva e Oliveira (2009) investigaram a conformidade desses relatórios das companhias da bolsa de valores do Brasil com os requisitos de divulgação propostos pela CVM (1987), no ano de 2007. Os autores concluíram que os RA's atendem parcialmente às recomendações da CVM (1987) por serem incompletos e imprecisos devido à falta de informações. Quando informações relevantes sobre os negócios deixam de ser divulgados, a companhia perde a oportunidade de comunicação não só com os atuais acionistas, mas também com os investidores potenciais.

Souza e Silva (2016) pesquisaram a similaridade entre as narrativas dos RA's de empresas listadas no mercado acionário brasileiro, nos anos de 2008 e 2009, e encontraram evidências de similaridade entre as narrativas de uma mesma empresa, onde poucos dados foram alterados pelos gestores como, por exemplo, a data do relatório e os valores.

Segundo Boo e Simnett (2002) os comentários do gestor nos relatórios anuais fornecem dados incrementais àquelas contidas nas informações contábeis históricas sobre a viabilidade futura da empresa. Entretanto, se as narrativas dos RA's de uma mesma companhia apresentam similaridades de um ano para outro, esses relatórios apresentam pouca informação incremental.

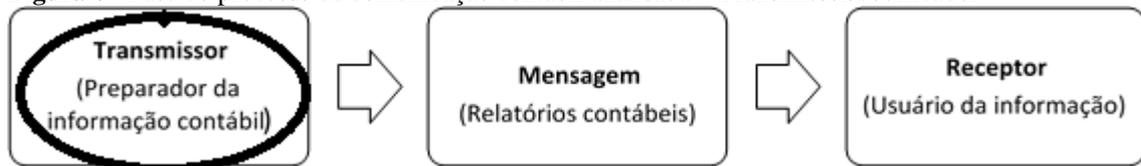
Segundo Bhatia (2012) os discursos corporativos são elaborados com base na informação contábil. Sendo assim, devido à adoção do padrão IFRS como norma brasileira de contabilidade, novas informações passaram a ser produzidas; logo, a adoção do padrão IFRS pode ter provocado mudanças nas narrativas dos RA's e, como consequência, ter aumentado ou reduzido à similaridade entre os relatórios das companhias do mercado acionário brasileiro.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 PESQUISA COM PREPARADORES DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Considerando os aspectos da teoria matemática da comunicação de Shannon (1948) e Shannon e Weaver (1962), que tem como foco a transmissão da mensagem, três fases do processo de comunicação da contabilidade foram analisadas: a) a codificação e transmissão da mensagem, sendo o alvo de pesquisa o preparador da informação; b) a mensagem transmitida é centrada no relatório da administração; e c) o receptor, que é o usuário da informação e, no caso desta pesquisa, os analistas de crédito (ver Figura 6).

Figura 6 - Fase do processo de comunicação contábil analisada – Transmissor/codificador



Fonte: Adaptado da teoria da comunicação de Shannon e Weaver (1962).

A primeira fase do processo de comunicação pesquisada, conforme ilustra a figura 6, trata sobre como a adoção das normas internacionais de contabilidade afetou o trabalho dos preparadores da informação contábil; logo, para a obtenção de dados que possibilitassem atender esse objetivo foram selecionados contadores e auditores como respondentes das entrevistas elaboradas. Os contadores e auditores são os preparadores/codificadores e transmissores da mensagem contábil, por isso foram escolhidos para participarem da pesquisa.

3.1.1 População e amostra

O intuito era realizar uma pesquisa mais aprofundada com os preparadores das informações contábeis das empresas listadas na B3², através de entrevista individual com a utilização de um roteiro semiestruturado. Porém, conforme relatado a seguir, isso não foi possível. A escolha da entrevista semiestruturada se justifica por permitir maior interação e conhecimento da realidade do entrevistado (BEUREN, 2008).

² B3 é a bolsa de valores oficial do Brasil, criada em 2008, a partir da fusão da bolsa de valores, mercado e futuro de São Paulo (BM & FBOVSPA), sendo “uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo” (B3, 2018).

Nesse sentido, inicialmente, as empresas listadas na B3 cujos preparadores das informações contábeis compõem a população da pesquisa, foram numeradas e selecionadas por meio de geração de número aleatório no *Excel*; para cada empresa sorteada procedeu-se a pesquisa na *internet* do número de telefone para o contato com a área de contabilidade e auditoria. Entretanto, nem todas as empresas disponibilizam esse número que, ao não ser localizado, passava-se para a próxima empresa sorteada, e assim por diante. Isso significa que a seleção dos respondentes não foi probabilística, pois nem todos listados na B3 tiveram a mesma probabilidade de compor a amostra.

O intento era que a pesquisa fosse realizada pessoalmente com os responsáveis pela contabilidade que tivessem passado pelo processo de adoção das IFRS. Entretanto, contadores de empresas de capital aberto estão sempre em reunião, essa foi a informação comum obtida por telefone; quando se conseguia falar com o contador e convidá-lo a participar da pesquisa, esse sempre adia a entrevista, até que um convidado propôs que se enviasse as questões por *e-mail*. Dessa forma, as questões foram adicionadas a um questionário eletrônico no *Google Drive*. A partir da criação do questionário, o respondente poderia optar pela entrevista pessoal ou responder o questionário. Apenas uma entrevista foi realizada pessoalmente, após quatro tentativas.

O envio do questionário também não foi a maneira mais eficiente de obter os dados, pois os convidados aceitavam participar da pesquisa, os questionários eram enviados, mas as respostas não retornavam. Segundo Laville e Dionne (1999) é comum a baixa taxa de retorno dos respondentes em pesquisas que utilizam questionário como instrumento de coleta de dados.

Considerando a afirmativa de Peleias *et al.* (2007, p.87) que “a falta de resposta é uma resposta”, outros fatores podem ter influenciado na baixa taxa de retorno dos questionários: a quantidade de páginas (3) e o tamanho das alternativas de respostas oferecidas ao respondente; por exemplo, a questão 10, que perguntou “quais os IFRS (CPC’s) apresentaram maiores dificuldades para a implementação”, ofereceu vinte e seis alternativas, e exigiu do respondente o conhecimento amplo sobre a adoção das IFRS pela empresa (ver Apêndice A, p. 101).

Diante dessa realidade foi adotada outra maneira para a obtenção dos dados: a pesquisa passou a ser realizada com o primeiro que atendesse o telefone na contabilidade, ou na auditoria, desde que o respondente fosse contador ou auditor e tivesse participado do processo de adoção das IFRS e, além disso, aceitasse participar da pesquisa.

Em suma: uma entrevista foi realizada pessoalmente; dos 59 questionários enviados por *e-mail*, apenas 23 foram respondidos e 43 profissionais responderam as questões por telefone; totalizando a amostra em 67 respondentes.

3.1.2 Instrumento de pesquisa

O instrumento de pesquisa utilizado na obtenção dos dados – questionário/roteiro – foi formado por onze questões (ver Apêndice A, p. 101). Inicialmente, buscou-se identificar as características, experiências e conhecimentos do profissional entrevistado. Segundo Bardin (2016) a finalidade dessa classificação é deduzir certos dados, que dizem respeito ao respondente. Carmona e Trombeta (2008) afirmam que a qualificação do preparador da mensagem influencia no seu conteúdo. Sendo assim, as questões foram relacionadas ao perfil do entrevistado: gênero, formação acadêmica, tempo de atuação na profissão contábil e treinamento sobre as IFRS.

Após a identificação do perfil do respondente, as questões foram relacionadas com a empresa, tais como: se as demonstrações contábeis no padrão internacional eram divulgadas antes da adoção das IFRS; qual o ano em que a empresa publicou as demonstrações contábeis em padrão internacional pela primeira vez; quais dificuldades operacionais, de interpretação e aplicação das IFRS ocorreram na prática contábil. Essas questões foram adaptadas de Silva *et al.* (2010), pois este autor utilizou questões semelhantes na pesquisa com os preparadores/codificadores da mensagem contábil, na qual foi analisada a percepção dos profissionais de contabilidade sobre quais as dificuldades na adoção das IFRS e os prováveis impactos no patrimônio e resultado de companhias de saneamento. Portanto, acredita-se que, com essas informações, seja possível identificar e analisar como a adoção das IFRS afetou a preparação/codificação da mensagem contábil, pois de acordo com a teoria matemática de Shannon (1948) é na fase de codificação que o codificador/transmissor opera a mensagem de maneira adequada para a sua transmissão.

3.1.3 Procedimentos adotados

Após a apuração e tabulação dos dados procedeu-se a análise de tabulação cruzada entre as respostas dadas às questões e, com base em cada uma das respostas, examinou-se o impacto da adoção das IFRS na prática contábil das empresas onde os respondentes atuavam. Verificou-se, também, a existência de associação entre as respostas.

Para tanto, as classificações como: características, experiências e conhecimentos dos respondentes foram adotadas como categorias, possibilitando a análise da associação entre essas categorias e as respostas dadas às questões relacionadas às dificuldades de aplicação dos

IFRS/Pronunciamentos Contábeis (CPC) na prática contábil e aos problemas operacionais enfrentados na adoção dessas normas.

As dificuldades operacionais enfrentadas pelos preparadores da informação contábil na adoção dos IFRS foram categorizadas e utilizadas na verificação da associação com as dificuldades na aplicação das normas.

3.1.3.1 Teste estatístico do qui-quadrado (χ^2) para independência ou associação

A finalidade do teste estatístico utilizado na análise das entrevistas com os preparadores das informações contábeis foi verificar se existia uma associação entre os dados categóricos e, também, avaliar a probabilidade de qualquer diferença observada ter ocorrido ao acaso.

A finalidade do teste estatístico utilizado na análise das entrevistas com os preparadores das informações contábeis foi verificar se existia uma associação entre os dados categóricos e, também, avaliar a probabilidade de qualquer diferença observada ter ocorrido ao acaso. Para tanto, foi utilizado o modelo estatístico não paramétrico qui-quadrado- χ^2 de Pearson, no qual não se exige que a amostra seja distribuída normalmente, mas que as variáveis sejam qualitativas e apresentadas em forma de categorias. No entanto, o teste qui-quadrado- χ^2 exige que as frequências esperadas em cada categoria não sejam inferiores a 5 (FIELD, 2009). O nível de significância utilizado nos testes é $\alpha = 0,05$.

Nesse sentido, admitiu-se como hipótese nula que as variáveis fossem independentes, não associadas; logo, o resultado do teste estatístico seria significativo. E como hipótese alternativa considerou-se que as variáveis eram dependentes e que o teste estatístico seria significativo.

Dessa forma, foram estabelecidas duas hipóteses em relação às entrevistas ora destacadas, quais sejam:

- a) H_0 : as variáveis são independentes, não associadas;
- b) H_1 : as variáveis são dependentes, estão associadas.

Os resultados dessas hipóteses ora apresentadas serão úteis na análise de como a adoção ao padrão IFRS afetou a preparação/codificação da mensagem contábil, uma vez que os testes serão realizados com as respostas dos profissionais às perguntas do questionário.

3.1.4 Limitação da pesquisa com os preparadores da informação

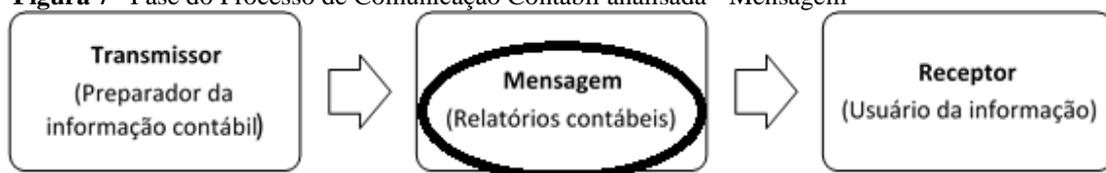
A pesquisa com os preparadores da informação contábil apresentou limitação em relação à amostra devido aos obstáculos encontrados nas tentativas de contatar os possíveis entrevistados, conforme relatado no item 3.1.1 deste estudo.

O nível de conhecimento dos profissionais que não eram responsáveis pela contabilidade foi outra limitação, pois devido à dificuldade em obter respostas dos questionários, a pesquisa passou a ser realizada com o primeiro a atender ao telefone na contabilidade ou na auditoria, desde que fosse contador ou auditor e tivesse participado do processo de adoção das IFRS e, além disso, aceitasse participar da pesquisa; logo, existe a possibilidade deste respondente não ter o amplo conhecimento do processo de adoção das IFRS na empresa.

3.2 PESQUISA SOBRE A SIMILARIDADE DOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A segunda etapa do processo de comunicação (ver Figura 7) abordada nesta pesquisa buscou verificar se a adoção das IFRS afetou a similaridade da mensagem do Relatório da Administração (RA) das empresas em estudo. O RA é um dos meios pelo qual a entidade se comunica com os seus públicos e se utiliza das informações contábeis nessa comunicação; logo, esse relatório é útil na análise da adoção das IFRS. Sendo assim, é investigado se a similaridade da mensagem entre os RA's alterou com a adoção das IFRS.

Figura 7– Fase do Processo de Comunicação Contábil analisada - Mensagem



Fonte: Adaptado da teoria de comunicação de Shannon e Weaver (1962).

3.2.1 População, amostra e procedimentos

As empresas listadas no mercado acionário brasileiro nos anos de 2007 a 2010 constituíram o universo desta pesquisa. Os documentos das organizações coletados no *site* da B3 foram: os relatórios da administração (RA) do período de 2007 a 2010 e as notas explicativas do ano de 2008. A justificativa para esse recorte temporal se deve ao fato de que o processo de ajustes das empresas à contabilidade internacional ocorreu nos anos de 2008 a 2010, uma vez

que as IFRS foram implantadas em 2008 e sua adoção passou a ser obrigatória em 2010, conforme explanado no item 1 deste estudo.

O quantitativo de empresas não foi homogêneo nos anos pesquisados, pois nem todos os RA's estavam disponíveis. Portanto, as quantidades nos pares de anos analisados foram as seguintes: em 2007 e 2008 foram obtidos 328 RA's; em 2008 e 2009, 332; em 2009 e 2010, 341; e em 2007 e 2010, 329.

A diferença nas quantidades de RA's em 2007, nos pares de anos 2007 e 2008, 328 e 2007 e 2010, 329, se deu porque o RA da empresa Dufry AG está disponível no site da B3 a partir do ano de 2008.

O cálculo da similaridade entre os RA's foi realizado entre os anos de 2007 e 2008; 2008 e 2009; 2009 e 2010 e 2007 e 2010. Assim, após a coleta dos RA's, cada par de anos, por exemplo: 2007 e 2008, foram importados para o *software* ExamDiff Pro versão 10.0 para a realização do cálculo da similaridade entre os textos. Cabe destacar que o cálculo da similaridade entre o par de anos 2007 e 2010, se deve ao fato de 2007 ser o ano imediatamente anterior à adoção das IFRS e, após um período de transição, tornou-se obrigatória em 2010; assim, tem-se o resultado da similaridade entre o ano antes da adoção das IFRS e o ano em que essas normas se tornaram obrigatórias.

Os graus de similaridade calculados foram de 50, 60, 90 e 100. A escolha desses graus se deve ao fato de eles serem próximos: 60 é próximo de 50, que é o grau padrão apresentado pelo programa; 90 é próximo do grau máximo 100.

Posterior a esses cálculos, o *software* forneceu três estatísticas de similaridade: a) diferenças totais entre dois textos; b) diferenças de linhas – sentenças; c) diferenças de intralinhas – palavras.

As diferenças totais entre os dois textos é a ponderação calculada pelo programa das diferenças de linhas e intralinhas (SOUZA; SILVA, 2016); as diferenças de linhas é o somatório de linhas deletadas, adicionadas e mudadas; por sua vez, as diferenças de intralinhas é a adição de intralinhas deletadas, adicionadas e mudadas.

Em seguida, o teste estatístico de média (ver Apêndice B, p.107) foi realizado para cada uma das estatísticas de similaridade entre os graus: 100 e 90; 100 e 60; 100 e 50; 90 e 60; 90 e 50; e 60 e 50, para cada um dos pares de anos: 2007 e 2008; 2008 e 2009; 2009 e 2010; 2007 e 2010. Entretanto, os resultados não apresentaram significância estatística.

Diante disso, decidiu-se pelo uso dos resultados do grau de similaridade 50, por ser o padrão do ExamDiff Pro, e pela análise entre o ano que a empresa adotou as IFRS pela primeira vez e o ano imediatamente anterior, 2007 e 2008. A informação sobre a adoção inicial pela

empresa foi obtida nas suas respectivas notas explicativas; o resultado mostrou que a maioria das empresas adotou o padrão IFRS pela primeira vez em 2008. Salienta-se que da amostra de 328 empresas, quatro delas, pertencentes ao setor financeiro, não adotaram as IFRS naquele ano. Logo, a amostra foi reduzida para 324 companhias, quando da análise da similaridade entre os anos de 2007 e 2008.

Segundo Craig e Amernic (2008) a contabilidade é utilizada como um meio para um fim retórico, pois o relatório da administração é escrito com base em expressões de domínio da contabilidade, por fornecerem medidas ostensivas de riqueza, tais como: indicadores de desempenho, capacidade financeira para pagar as obrigações, lucro, dentre outras. Nesse sentido, com a finalidade de identificar determinantes relacionados com a adoção das IFRS que poderiam influenciar na similaridade da mensagem entre os relatórios da administração, algumas informações das demonstrações contábeis consolidadas foram coletadas no banco de dados Economática dos anos de 2007 e 2008, como: o lucro líquido, a receita líquida e o patrimônio líquido; do ano de 2008: o total do ativo e a liquidez corrente.

Para a obtenção do beta das empresas do ano de 2008 foram selecionados no Economática os seguintes parâmetros: data inicial 31/12/2007 — data final 31/12/2008; em moeda original; cálculo anual do indicador, assim como a liquidez de mercado de 2008 também foi obtida no Economática com a seguinte seleção: data inicial 31/12/2007 — data final 31/12/2008; em moeda original.

Os níveis de governança corporativa das empresas – nível 1, nível 2, novo mercado e o Bovespa mais – são dados do ano de 2018, obtidos no *site* da B3. Os setores de atuação das organizações – financeiro e outros; bens industriais; consumo cíclico; consumo não cíclico; utilidade pública; materiais básicos; petróleo, gás e biocombustíveis; saúde; telecomunicações – Também são dados coletados no *site* da B3.

Os nomes das organizações de auditoria que auditaram as demonstrações contábeis de 2008 foram obtidos nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis; sendo que os relatórios foram obtidos no *site* da B3.

Cabe destacar que nem todos os dados das 324 empresas estavam disponíveis no banco de dados Economática, sendo assim, a amostra utilizada para identificar determinantes relacionados com a adoção das IFRS que poderiam influenciar na similaridade dos RA's foi reduzida para 316 empresas (ver Apêndice C, p. 108).

3.2.2 Variáveis

As variáveis que poderiam influenciar na similaridade entre os relatórios da administração dos anos de 2007 e 2008 foram selecionadas considerando a adoção das normas internacionais de contabilidade e incluídas no modelo de regressão. O Quadro 1 apresenta os pronunciamentos CPC referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nos anos de 2007 e 2008, e que deveriam ser adotados pelas empresas pertencentes ao mercado de capital aberto brasileiro, a partir do exercício de 2008.

Quadro 1 – Pronunciamentos CPC's referendados pela CVM nos anos de 2007 e 2008

Deliberação CVM	Data	Pronunciamento CPC	Tema
527	08/11/2007	01	Redução ao valor recuperável de ativos.
534	29/01/2008	02	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.
539	14/01/2008	00	Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.
469	02/05/2008	-	Orientações sobre a aplicação da Lei 11.638/07
547	13/08/2008	03	Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC).
553	12/11/2008	04	Ativos intangíveis.
554	12/11/2008	06	Operações de arrendamento mercantil.
555	12/11/2008	07	Subvenções e assistências governamentais.
556	12/11/2008	08	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.
557	11/12/2008	09	Demonstração do valor adicionado.
560	11/12/2008	05	Divulgações sobre partes relacionadas.
562	17/12/2008	10	Pagamento baseado em ações.
563	17/12/2008	11	Contrato de seguro.
564	17/12/2008	12	Ajuste a valor presente.
565	17/12/2008	13	Adoção inicial da Lei 11.638/07.
566	17/12/2008	14	Instrumentos financeiros.

Fonte: elaboração própria, com base em informações da CVM (2018).

Os pronunciamentos CPC's apresentados no Quadro 1, muito provavelmente, afetaram o processo de comunicação contábil nas fases de preparação e transmissão da informação, no conteúdo da mensagem e na interpretação dessa mensagem pelo destinatário logo no primeiro ano de adoção das IFRS, em 2008. como por exemplo, Silva *et al* (2014) evidenciaram a existência de diferenças significativas entre os valores do patrimônio líquido, do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido apurados durante o período de convergência para as IFRS – 2007, 2008, 2009 – nas empresas de capital aberto do setor de telecomunicações e do setor químico; assim, no presente estudo foi calculada a variação de 2007 para 2008, do lucro líquido (ΔLL), da receita líquida (ΔRL) e do patrimônio líquido (ΔPL) e adicionadas ao modelo de regressão como variáveis *dummy*, 1 para variação positiva e 0 para negativa.

Tanto o ativo, quanto o passivo das empresas participantes do estudo foram afetados pela adição das IFRS. Assim, foi coletado o indicador de liquidez corrente (LC) – relação entre o ativo circulante e o passivo circulante – de 2008, e calculada a independência financeira (IND_FINAN) – relação entre o patrimônio líquido e o ativo total – de 2008, e adicionadas ao modelo de regressão como variáveis independentes.

Segundo Craig e Amernic (2008) a contabilidade é utilizada como um meio para um fim retórico, pois o relatório da administração é escrito com base em expressões de domínio da contabilidade, por fornecerem medidas ostensivas de riqueza como, por exemplo, indicadores de desempenho, capacidade financeira para pagar as obrigações, lucro, dentre outras.

Na pesquisa das notas explicativas observou-se que em empresas auditadas por uma das maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo denominadas de *Big*, a declaração de adoção das IFRS era explícita, enquanto que em entidades auditadas por outras auditorias independentes, nem sempre essa declaração estava explícita nas notas explicativas. Diante dessa constatação é possível que a comunicação entre a entidade e o seu público apresente diferenças quando os relatórios contábeis são auditados por uma das empresas de auditoria independente considerada *Big*. Assim, foi incluída a variável *AUDI* como *dummy* no modelo regressão, 1 para empresas auditadas por uma das *Big* e 0 para organizações auditadas por outras auditorias independentes.

De acordo com Craig e Amernic (2008) a relevância da informação contábil para a elaboração das narrativas contábeis deve-se à inviolabilidade fornecida pelos profissionais, que preparam a informação seguindo as normas vigentes, e de um relatório de auditoria não qualificado; isto é, um parecer de auditoria sem ressalva, não adverso ou sem negativa de opinião.

As características das organizações como: o setor regulado, o setor de atuação e o segmento de governança corporativa foram adicionadas ao modelo de regressão. Nos setores regulados da economia – energia elétrica, telecomunicações, petróleo, aviação civil, saúde, transporte, financeiro e outros – os pronunciamentos CPC's são implementados pelas empresas quando recepcionados pelas suas respectivas agências reguladoras e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), para as instituições financeiras. Alguns estudos (SILVA *ET AL.*, 2014; POWNALL; WIECZYNSKA, 2018) verificaram a adoção das IFRS nos setores da economia com forte regulação por parte do governo. Por exemplo, Silva *et al.* (2014) evidenciaram diferenças significativas entre os valores do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido que foram apurados durante o período de convergência para as IFRS – 2007, 2008, 2009 – em empresas que pertencem ao setor regulado. Logo, a variável REGU foi incluída na análise

como variável *dummy*, 1 para empresas reguladas e 0 para organizações não reguladas. Os dados das organizações foram obtidos no site da B3

As empresas que compõem a amostra foram segregadas pelo setor de atuação, de acordo com a classificação dada pela B3: utilidade pública (UTIL_PUB); financeiro e outros (FINAN); bens industriais (BENS_INDU); materiais básicos (MAT_BAS); saúde (SAUDE); consumo cíclico (CONS_CICL); consumo não cíclico (CONS_N_CICL); telecomunicações (TELEC); petróleo, gás e biocombustíveis (PETRO_GAS). Assim, os setores foram incluídos no modelo de regressão como variáveis *dummy*.

As empresas listadas nos níveis de governança corporativa (GC) da B3 seguem regras que vão além das obrigações impostas pela Lei das Sociedades por Ações, divulgando informações adicionais aos participantes de mercado com o objetivo de reduzir a assimetria informacional (B3, 2019); sendo assim, considerou-se empresas participantes GC, nível 1, nível 2, novo mercado e Bovespa mais, como variável (GC) *dummy*, 1 para entidade listada e 0 para empresa não listada.

A pesquisa realizada por Craig e Brennan (2012) – sobre a associação entre medidas de reputação corporativa e o relatório anual – cujo objetivo foi identificar as características da linguagem utilizada pelos gestores nesse relatório em empresas dos Estados Unidos, demonstrou que o tamanho da companhia tem influência significativa sobre a extensão da associação entre a reputação corporativa e a linguagem utilizada pelos gestores no relatório anual.

Sendo assim, com base na pesquisa de Craig e Brennan (2012), no presente estudo a variável tamanho (TAM) também foi utilizada para verificar se o porte da organização influencia na similaridade entre o RA de 2007 e 2008, exercício antes e após a adoção das normas internacionais. O log do ativo foi utilizado como *proxy* para o tamanho da organização. Variáveis de mercado também foram selecionadas: o Beta como medida de risco (RISCO) e a liquidez de mercado (LIQ_MER).

3.2.3 Hipóteses

Em 2008 a CVM referendou CPC's que passaram a ser orientações para as empresas de capital aberto, logo nessa primeira fase de adoção das IFRS; com isso, uma nova base para preparação da informação contábil estava em vigor, e os ajustes na contabilidade para a adequação das IFRS produziram novas informações nos demonstrativos contábeis.

Segundo Bhatia (2014) o discurso financeiro de uma empresa oferece uma visão do seu desempenho, pois é baseado em informações contábeis; assim, foi verificado se as mudanças na contabilidade decorrentes da adoção das IFRS provocaram reflexos no RA; para tanto, primeiramente, observou-se no resultado do cálculo da similaridade entre os RA's de 2007 e 2008 o aumento na quantidade de informações de um ano para o outro; num segundo momento foi averiguado se informações contábeis seriam relacionadas com a similaridade entre os RA's.

Para Brennan e Merkl-Davies (2013) a função das narrativas contábeis nos relatórios corporativos é amplificar a informação quantitativa da contabilidade, ou seja, aumentar o poder de comunicação com os públicos-alvos; sendo assim, o primeiro conjunto de hipóteses testadas foi que a informação contábil seria associada negativamente com a similaridade entre os RA's, isto é, maior alteração na informação contábil num determinado período em relação ao anterior resultaria em menor similaridade entre os RA's.

Diante dessas constatações, cinco hipóteses foram estabelecidas para o segmento desta pesquisa que verificou a similaridade dos RA's das empresas investigadas:

- H₁: A Independência financeira da empresa é associada negativamente com a similaridade entre os RA's;
- H₂: A liquidez corrente é associada negativamente com a similaridade entre os RA's;
- H₃: A variação do lucro líquido é relacionada negativamente com similaridade entre os RA's;
- H₄: A variação da receita líquida é relacionada negativamente com similaridade entre os RA's;
- H₅: A variação do patrimônio líquido é relacionada negativamente com similaridade entre os RA's.

Doupnik e Richter (2003), Almeida (2008), Duh e Huang (2012) evidenciaram divergências nas interpretações de expressões de incertezas encontradas nas IFRS em diferentes grupos de profissionais. Essas divergências na tradução e compreensão de expressões de incertezas encontradas nas IFRS podem produzir um ruído na comunicação e impedir que a contabilidade e seus públicos-alvos se comuniquem.

Portanto, procurou-se testar se as informações de mercado estavam relacionadas negativamente com a similaridade entre os RA's, das empresas investigadas, ou seja, quanto maior o risco atribuído à empresa melhor deveria ser a sua comunicação com o mercado; logo, a similaridade entre os RA's seria menor. Para tanto, mais uma hipótese foi estabelecida para este tópico da pesquisa:

- H₆: O risco não sistemático é associado negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração;

Barth *et al.* (2018) verificaram que empresas que adotaram as IFRS apresentam maior liquidez no mercado de capitais e divulgam informações específicas da entidade quando comparadas com as empresas que não adotam as IFRS. Sendo assim, empresas que adotaram as IFRS deveriam apresentar menor similaridade entre os relatórios da administração e maior liquidez no mercado. Para testar essa suposição foi estabelecida a seguinte hipótese:

- H₇: A liquidez de mercado é associada negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração.

Ressalta-se, ainda, que o tamanho da companhia é um determinante utilizado por pesquisadores na investigação sobre a comunicação da organização com o público (GODFREY; MATHER; RAMSAY, 2003; LEHAVY; LI; MERKLEY, 2011; SILVA; SOUZA, 2016; AERTS; YAN, 2017); sendo que Godfrey, Mather e Ramsay (2003) evidenciaram diferença na comunicação com o público entre empresas grandes e pequenas. Logo, provavelmente, o tamanho da empresa seja uma variável relevante na análise da comunicação corporativa com o público, sendo assim, foi testado se a variável tamanho estava relacionada negativamente com a similaridade entre os RA's dos anos de 2007 e 2008 das empresas investigadas, a partir de uma oitava hipótese para este tópico, qual seja:

- H₈: O tamanho da organização é associado negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração.

A adoção das IFRS não ocorreu de forma homogênea para todos os setores da economia. O setor regulado é um exemplo dessa assertiva, pois as companhias adotaram os pronunciamentos CPC de acordo com a recepção das normas pelo órgão regulador. O Bacen é um exemplo de órgão regulador que não aceitou todas as normas; logo, o setor financeiro seguiu as orientações desse órgão; por sua vez, o setor de energia elétrica implementou as normas recepcionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e o mesmo ocorreu com outros setores. Algumas pesquisas abordaram a adoção das IFRS em empresas reguladas pelo governo; por exemplo, de acordo com Pownall e Wieczynska (2018) na União Europeia as empresas reguladas foram mais propensas a adotarem as IFRS do que as não reguladas. No Brasil, Silva *et al.* (2014) evidenciaram diferenças na adoção das normas internacionais de contabilidade entre empresas reguladas pelo governo e as não reguladas.

Souza e Silva (2016) averiguaram se características de complexidade organizacional explicariam a similaridade entre relatórios da administração. Os resultados desse estudo evidenciaram que a governança corporativa e os setores da economia de telecomunicações e

materiais básicos retornaram coeficientes significantes. Isso quer dizer que essas variáveis independentes ajudariam a explicar o comportamento da variável dependente similaridade entre os RA's.

Diante disso, as características organizacionais “a empresa pertencer a um setor com forte regulamentação por parte do governo, a auditoria independente ser uma das *big*; o setor da economia em que a empresa atua; o nível de governança corporativa na B3 – nível 1, nível 2, NM e BM –“ teriam relação com a similaridade entre os relatórios da administração. Portanto, foram testadas a relação dessas variáveis com a similaridade entre os textos dos relatórios da administração dos anos de 2007 e 2008, das empresas investigadas, a partir de mais quatro hipóteses:

- H₉: A governança corporativa é relacionada negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração;
- H₁₀: A auditoria independente, ser uma das *big*, está associada negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração;
- H₁₁: O setor com forte regulamentação é associado negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração;
- H₁₂: O setor de atuação na economia é associado negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração.

Para testar as hipóteses estabelecidas para este tópico, utilizou-se o modelo de regressão com dados transversais:

$$SIM_i = \beta_0 + \beta_1 TAM_{1i} + \beta_2 LC_{2i} + \beta_3 GC_{3i} + \beta_4 RISCO_{4i} + \beta_5 AUDI_{5i} + \beta_6 REGU_{6i} + \beta_7 BENS_INDU_{7i} + \beta_8 CONS_CICL_{8i} + \beta_9 CONS_N_CICL_{9i} + \beta_{10} FINAN_{10i} + \beta_{11} MAT_BAS_{11i} + \beta_{12} TECN_{12i} + \beta_{13} SAUDE_{13i} + \beta_{14} TELECOM_{14i} + \beta_{15} ALL_{15i} + \beta_{16} \Delta PL_{16i} + \beta_{17} \Delta RL_{17i} + \beta_{18} LIQ_MER_{18i} + \beta_{19} IND_FINAN_{19i} + \beta_{20} UTIL_PUB_{20i} + \varepsilon$$

Onde:

SIM_i = Similaridade entre os dois textos dos RA's da empresa i ;

β_n = Coeficiente da variável n para a empresa i ;

ε = Termo de erro da regressão.

3.2.4 Cuidados metodológicos com a regressão – testes de robustez

Os testes de robustez – correlação, fator de inflação da variância (FIV), teste White, teste de Durbin-Watson, teste de Jarque-Bera – foram realizados com a finalidade de verificar se as premissas do modelo clássico de regressão linear foram observadas na regressão de similaridade entre dos RA's das empresas pesquisadas.

A correlação mais elevada entre as variáveis explanatórias foi de 0,614, observada entre as variáveis REGU e UTIL_PUB (ver Apêndice D, p.109). De acordo com Gujarati (2006) e Brooks (2014) as variáveis explanatórias não devem ser altamente correlacionadas, uma vez que implica em grande variância e covariância, o que torna difícil a estimação exata dos estimadores.

O fator de inflação da variância (FIV) também foi calculado e o maior valor encontrado foi de 3,853 para a variável UTIL_PUB (ver Apêndice E, p.110). Segundo Gujarati (2006) muitos autores utilizam o FIV como medida de multicolinearidade e que o problema é sério quando o FIV é maior que dez.

O teste estatístico White para detecção da presença de heterocedasticidade dos resíduos da regressão demonstrou que a variância dos resíduos é constante, levando a não rejeição da hipótese nula de homocedasticidade dos resíduos ($\chi^2 = 23.391$ (20) p-valor = 0,2700).

A autocorrelação dos resíduos em dados de corte transversal é incomum; contudo, pode ocorrer de o termo de erro de uma empresa estar correlacionado com o termo de erro de outra empresa. De acordo com Gujarati (2006) nesse caso a autocorrelação é denominada de espacial. Contudo, o teste de Durbin-Watson para autocorrelação dos resíduos a 5% de significância resultou em: $n=316$ e $k=20$, $d_L=1,55$ e $d_U=1,99$; o valor de $d=1,60$ (ver Apêndice P, p. 121) está entre o limite inferior e o limite superior; logo, a evidência é inconclusiva para a ausência ou presença de autocorrelação dos resíduos.

O resultado do teste Jarque-Bera mostrou que os resíduos não têm distribuição normal (ver Quadro 2); logo, a premissa de normalidade dos resíduos não foi confirmada. Nesse sentido, tentou-se o tratamento dos *outliers* com a adição de uma *dummy* ao modelo, contudo, esse método do resolveu o problema; sendo assim, utilizou-se a o teorema do limite central, pois segundo Brooks (2014) a normalidade em grandes amostras pode ser assegurada pelo teorema do limite central, uma vez que os testes estatísticos seguirão assintoticamente as distribuições apropriadas, mesmo na ausência de normalidade. Nesse sentido, o tamanho da amostra de 316 observações permite apoiar no teorema central do limite.

Quadro 2 – Teste de normalidade dos resíduos – JB

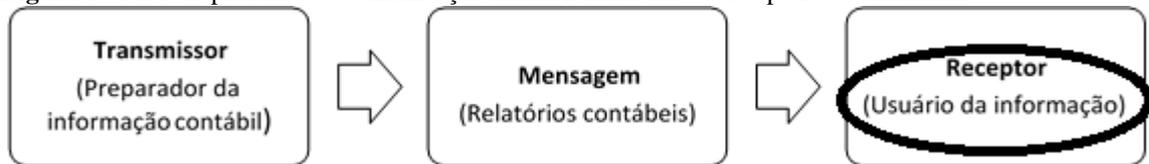
Nº	Assimetria	Curtose	Jarque-Bera	Probabilidade
316	2.452	14.469	1.303.268	0.000

Fonte: elaboração própria

3.3 PESQUISA COM ANALISTAS DE CRÉDITO

A terceira fase do processo de comunicação investigado nesta pesquisa foi o receptor ou usuário da informação (ver Figura 6), e se trata da última fase do processo de comunicação: a quem a mensagem é destinada.

Figura 8 - Fase do processo de comunicação contábil analisada - Receptor/decodificador



Fonte: Adaptado da teoria de comunicação de Shannon e Weaver (1962).

O objetivo dessa investigação foi analisar como a adoção das normas internacionais de contabilidade afetou a análise de crédito. Sendo assim, o usuário escolhido foi o profissional analista de crédito atuante em instituição financeira. Para tanto, os maiores bancos brasileiros, por ativos totais, segundo o BACEN (2017), foram selecionados: Banco do Brasil (BB), Banco Bradesco, Banco Regional de Brasília (BRB), BTG Pactual, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (BANRINSUL), Banco Itaú Unibanco, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Safra e Banco Nordeste.

3.3.1 Instrumentos de pesquisa, amostra e procedimentos

O instrumento de pesquisa aplicado junto aos analistas de crédito foi um questionário/roteiro semiestruturado para entrevista formado por nove questões (ver Apêndice A, p. 101). Primeiramente, verificou-se se o analista atuou como analista de crédito durante o processo de transição da adoção das IFRS. Em seguida, buscou-se identificar as características e conhecimentos desse profissional com questões relacionadas ao seu perfil: gênero, formação acadêmica e treinamento sobre as IFRS. De acordo com Bardin (2016) o objetivo dessa classificação é deduzir certos dados a respeito do respondente.

Após a identificação do perfil do respondente, as questões passaram a ser relacionadas com as melhorias e dificuldades na atividade decorrentes da adoção das IFRS e a identificação dos pronunciamentos que afetaram a análise econômico-financeira das empresas. Por fim, buscou-se a opinião do respondente sobre a melhoria da informação contábil com a adoção das IFRS (ver Apêndice A, p. 101). Essas questões foram adaptadas de Silva *et al.* (2010).

Crê-se que com essas informações seja possível identificar e analisar como a adoção das IFRS afetou a decodificação da mensagem pelos analistas de crédito por meio da análise econômico-financeira dos relatórios contábeis. Na teoria matemática da comunicação proposta por Shannon (1948) o receptor é quem executa a operação inversa do codificador ao decodificar a mensagem e enviar ao destinatário da mensagem; no processo de comunicação contábil o usuário da informação contábil é o receptor e o destinatário da mensagem.

Receptor – executa a operação inversa daquela feita pelo transmissor, ao decodificar a mensagem enviada por sinal

Quinze profissionais das empresas selecionadas foram contatados por telefone com a finalidade de convidá-los a participar da pesquisa; contudo, nem todos aceitaram participar da pesquisa. Após o contato inicial com o analista a pesquisa foi realizada por meio de questionário eletrônico e mediante entrevista individual por telefone com dez analistas de crédito de sete organizações financeiras.

Após a coleta das respostas procedeu-se os exames da tabulação cruzada entre as respostas dadas às questões; verificou-se, também, a existência de associação entre as respostas. Para tanto, classificações como as dificuldades na análise de crédito decorrentes da adoção das IFRS foram categorizadas e utilizadas na verificação da associação com as melhorias na análise de crédito. Com base nos resultados apurados realizou-se a análise do impacto da adoção dessas normas na atividade do analista de crédito.

3.3.2 Teste estatístico do qui-quadrado (χ^2) para independência ou associação

Nas análises dos resultados das entrevistas com os analistas de crédito foi realizado o teste estatístico não paramétrico qui-quadrado (χ^2) de Pearson para independência ou associação. Esse teste não exige que a amostra seja distribuída normalmente, mas que as variáveis sejam qualitativas e apresentadas em forma de categorias. No entanto, o teste qui-quadrado exige que as frequências esperadas em cada categoria não sejam inferiores a 5; nesses casos, utilizou-se o teste exato de Fisher, uma vez que nele a probabilidade de erro é menor (FIELD, 2009).

Assim, foram estabelecidas duas hipóteses: a hipótese nula (H_0) é que as variáveis categóricas “dificuldades na análise de crédito” e “melhorias na análise de crédito” são independentes, não associadas; a hipótese alternativa (H_1) indica que as variáveis são associadas, conforme se verifica:

- a) H_0 : as variáveis são independentes, não associadas;
- b) H_1 : as variáveis são dependentes, estão associadas.

3.3.3 Limitações da pesquisa com os receptores da informação

A pesquisa com os receptores da informação apresentou limitações quanto à amostra, pois proposta inicial era que a amostra fosse composta por analistas de crédito e analistas de investimentos das instituições financeiras selecionadas; contudo, nenhum analista de investimentos participou da pesquisa. Outro obstáculo é que nem todas essas instituições permitiram o contato com os analistas para fim de pesquisa.

A proposta inicial também previa uma pesquisa mais aprofundada por meio de entrevistas realizadas pessoalmente, entretanto, os profissionais não se dispuseram a participar da pesquisa pessoalmente, por isso, foi oferecido ao analista a opção do questionário eletrônico; contudo, essa maneira de obter dados não foi eficiente; sendo assim, também foram realizadas entrevistas por telefone.

4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados alcançados com as pesquisas: primeiramente, com os contadores e auditores – codificadores/transmissores – da mensagem contábil; em seguida, os resultados da similaridade entre os relatórios da administração – mensagem – com o seu público; e, por último, os resultados obtidos com a pesquisa com os analistas de crédito – decodificadores/destinatários – da mensagem contábil.

4.1 RESULTADOS DOS QUESTIONARIOS APLICADOS AOS PREPARADORES

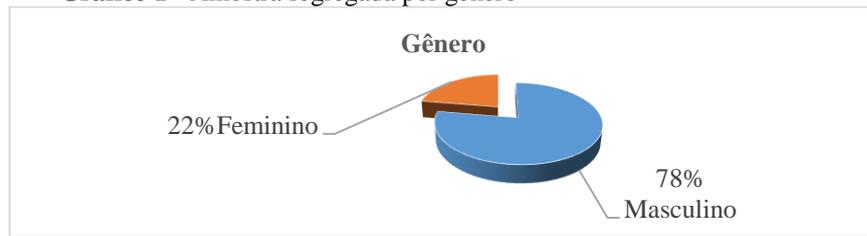
Nesta seção são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa com os contadores e auditores – codificadores/transmissores – da mensagem contábil.

4.1.1 Análises dos dados

4.1.1.1 Questões para contadores e auditores

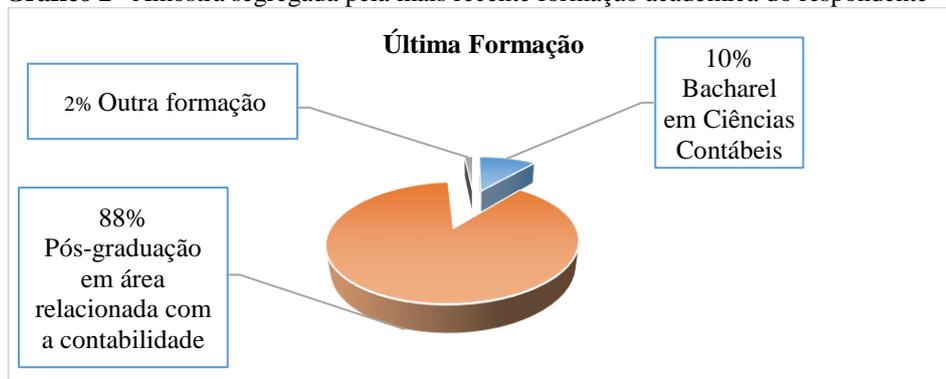
As questões de 1 a 6 tiveram o objetivo de identificar o respondente; conhecer o perfil do preparador/codificador da informação contábil em empresas de capital aberto e relacionar esse perfil com as questões sobre os Pronunciamentos CPC.

Questão 1. Iniciou-se com a identificação do gênero – masculino ou feminino – do respondente com o objetivo de verificar se as respostas sofrem alterações em decorrência do gênero. Em pesquisa realizada por Silva *et al.* (2010) com os preparadores/codificadores da mensagem contábil, na qual foi analisada a percepção dos profissionais de contabilidade sobre quais as dificuldades na adoção das IFRS e os prováveis impactos no patrimônio e resultado de companhias de saneamento, observou-se que há diferença entre a percepção de homem e mulher na questão relacionada ao treinamento em IFRS. Na atual pesquisa, foi verificado se o gênero influencia nas respostas sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade. Para tanto, os respondentes foram segregados em masculino (52) e feminino (15) (ver Gráfico 1).

Gráfico 1- Amostra segregada por gênero

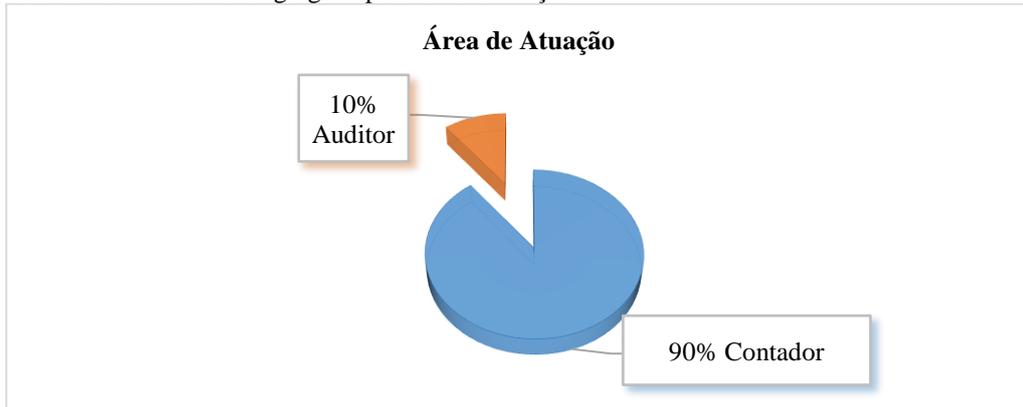
Fonte: Elaboração própria.

Questão 2. A prática contábil precisa de conhecimento especializado; por exemplo: Nurunnabi (2017) evidenciou que entre os fatores que prejudicaram a adoção das normas internacionais em Bangladesh estava a baixa qualificação dos contadores. Sendo assim, foi solicitado ao respondente que indicasse sua mais recente formação acadêmica. Constatou-se que pós-graduação em área relacionada com a contabilidade aparece com maior frequência (59). Entre os cursos de pós-graduação citados estão a especialização em auditoria e a especialização em IFRS; e um respondente tem pós-graduação em direito. O grau de bacharel em Ciências Contábeis aparece em segundo lugar com 7 respondentes (ver Gráfico 2).

Gráfico 2- Amostra segregada pela mais recente formação acadêmica do respondente

Fonte: Elaboração própria.

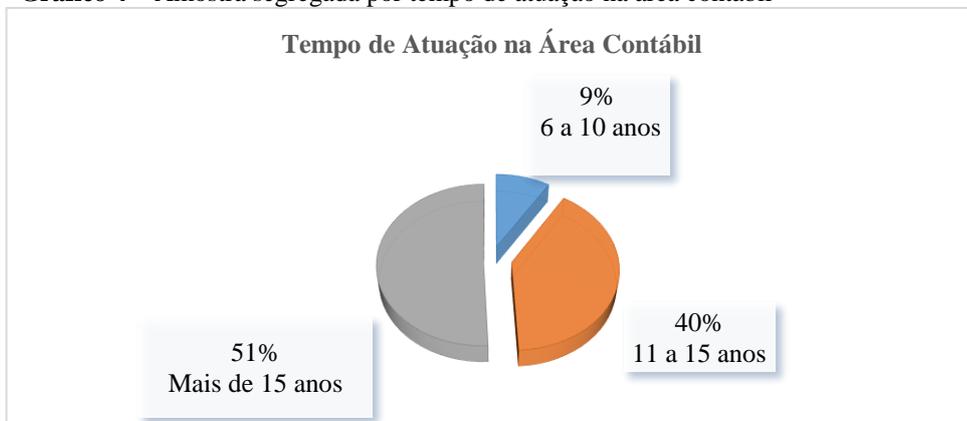
Questão 3. O respondente deveria indicar a área de atuação. Dos 67 respondentes, 60 responderam que atuam como contadores e sete responderam que atuam como auditores (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Amostra segregada por área de atuação

Fonte: Elaboração própria.

Questão 4. Embora no estudo de Silva *et al.* (2010) com os preparadores/codificadores da mensagem contábil não tenha sido encontrada uma forte correlação entre o tempo de experiência e o conhecimento das normas IFRS, no atual estudo foi verificado se existe relação entre o tempo de experiência do preparador da mensagem e os Pronunciamentos (CPC) difíceis de serem implementados. Sendo assim, o profissional deveria indicar o tempo de atuação na área contábil, para tanto, foram elaboradas as seguintes escalas: a) 1 a 5 anos; b) 6 a 10 anos; c) 11 a 15 anos; d) mais de 15 anos.

A maioria dos respondentes atua há mais de quinze anos (34) na área contábil. Em segundo lugar estão os respondentes que atuam na contabilidade entre onze e quinze anos (27). E, por fim, os 6 respondentes com tempo de atuação entre seis e dez anos. Nenhum dos respondentes atua há menos de seis anos na contabilidade. (ver Gráfico 4). Todos os profissionais declararam ter passado pelo processo de transição para as IFRS.

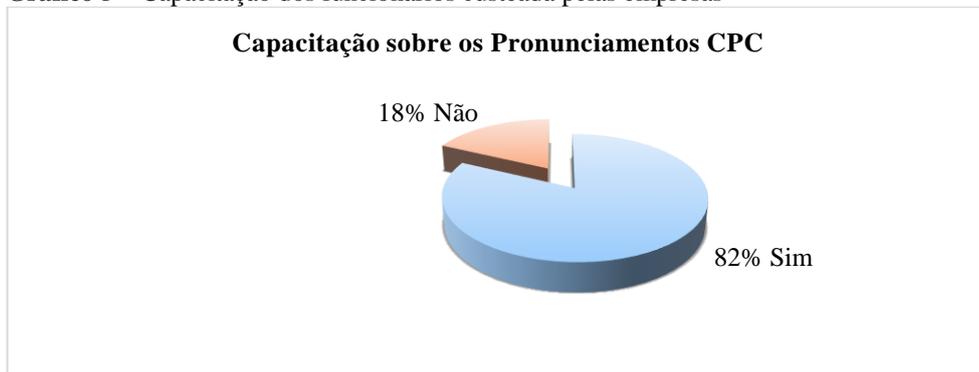
Gráfico 4 – Amostra segregada por tempo de atuação na área contábil

Fonte: Elaboração própria.

Bierstaker, Kop e Lombardi (2016) evidenciaram diferenças nas respostas dos profissionais de contabilidade sobre a aplicação do padrão sobre o reconhecimento da receita, os participantes da pesquisa que responderam corretamente haviam recebido orientação sobre as IFRS. Sendo assim, procurou-se identificar se os preparadores/ codificadores da informação contábil das empresas pesquisadas participaram de curso de treinamento sobre as IFRS/Pronunciamentos CPC nas questões 5 e 6.

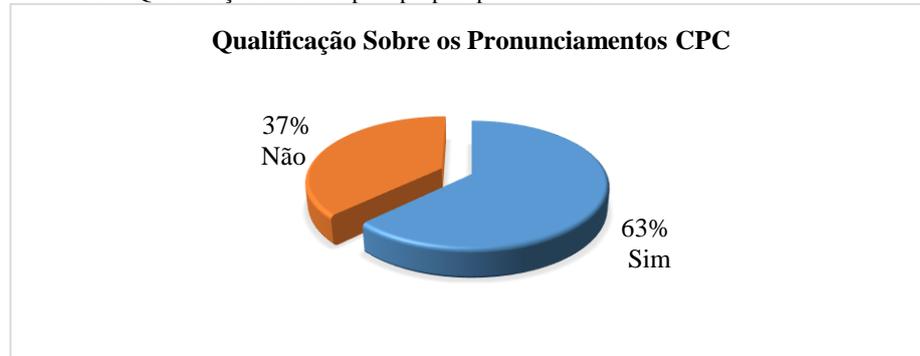
Questão 5. Foi solicitado ao respondente que indicasse se a empresa em que atua custeou seu treinamento sobre os Pronunciamentos CPC e o resultado mostrou que a maioria (55) dos respondentes foi beneficiada pelas empresas em que atua. Este resultado indica que as entidades contribuíram para que seus funcionários fossem capacitados para aplicarem as IFRS. (ver Gráfico 5).

Gráfico 5 – Capacitação dos funcionários custeada pelas empresas



Fonte: Elaboração própria.

Questão 6. Esta questão está relacionada com a anterior, pois teve o objetivo de verificar o interesse do profissional em capacitar-se nas normas internacionais de contabilidade. Logo, foi requerido que o respondente indicasse se ele próprio custeou a sua qualificação sobre os Pronunciamentos CPC. Mais da metade da amostra respondeu que sim (42) (ver Gráfico 6). Alguns profissionais relataram que a quantidade de horas oferecidas nos cursos de capacitação pagos pelas empresas não foram o bastante para se qualificarem adequadamente para a aplicação das IFRS/Pronunciamentos (CPC) e que buscaram, assim, cursar pós-graduação em IFRS.

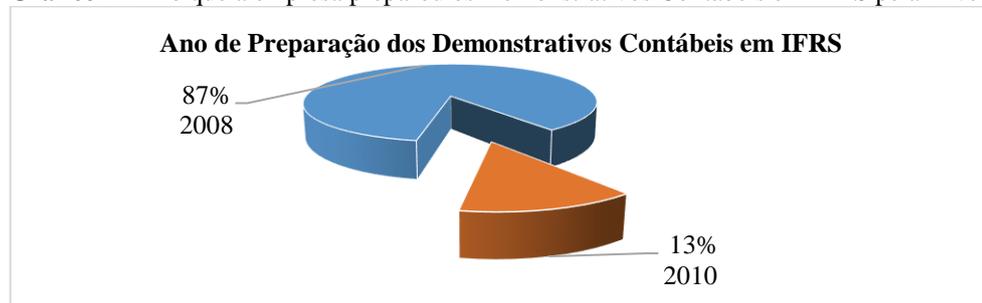
Gráfico 6 – Qualificação custeada pelo próprio profissional

Fonte: Elaboração própria.

A necessidade de treinamento para a aplicação das IFRS/Pronunciamentos (CPC) percebida pelo profissional no processo de codificação mostra o impacto da adoção das IFRS na fase de preparação/codificação da mensagem contábil.

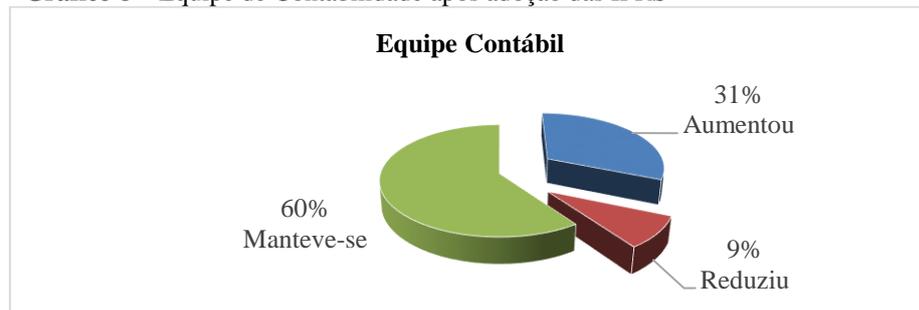
Questão 7. O respondente deveria indicar o ano em que a empresa onde ele atua preparou os demonstrativos contábeis em padrão IFRS pela primeira vez. Na amostra pesquisada, 58 empresas prepararam os seus Demonstrativos Contábeis referente ao exercício de 2008 de acordo com os Pronunciamentos CPC aprovados nesse ano; enquanto 9 prepararam os Demonstrativos Contábeis de acordo com o padrão IFRS em 2010 (ver Gráfico 7).

Este resultado indica que na maioria das empresas da amostra os ajustes na preparação/codificação da mensagem contábil decorrentes da adoção das IFRS iniciaram no primeiro ano em que essas normas foram adotadas no Brasil; em conformidade com a Lei 11.638/07 que alterou a Lei 6.404/76.

Gráfico 7– Ano que a empresa preparou os Demonstrativos Contábeis em IFRS pela 1ª vez

Fonte: Elaboração própria.

Questão 8. Relacionada com a equipe contábil, esta questão procurou verificar se a quantidade de profissionais foi alterada em razão da adoção das IFRS. Nesse sentido, as seguintes alternativas foram apresentadas ao respondente: a) aumentou; b) reduziu; c) manteve-se. As respostas estão ilustradas no Gráfico 8 a seguir.

Gráfico 8 – Equipe de Contabilidade após adoção das IFRS

Fonte: Elaboração própria.

O resultado desta indagação revelou que as equipes de contabilidade de quarenta empresas mantiveram a quantidade de profissionais, enquanto 21 empresas necessitaram aumentar a equipe e em seis empresas houve redução na equipe contábil.

O resultado dessa questão mostra que a adoção das IFRS afetou 40% das equipes de contabilidade das empresas pesquisadas. Em algumas entidades foi necessária a contratação de novos profissionais, enquanto em outras empresas o quantitativo de profissionais foi reduzido. De acordo com o relato de alguns respondentes o aumento de funcionários na equipe ocorreu por causa do aumento na demanda de trabalho em razão da adoção das IFRS.

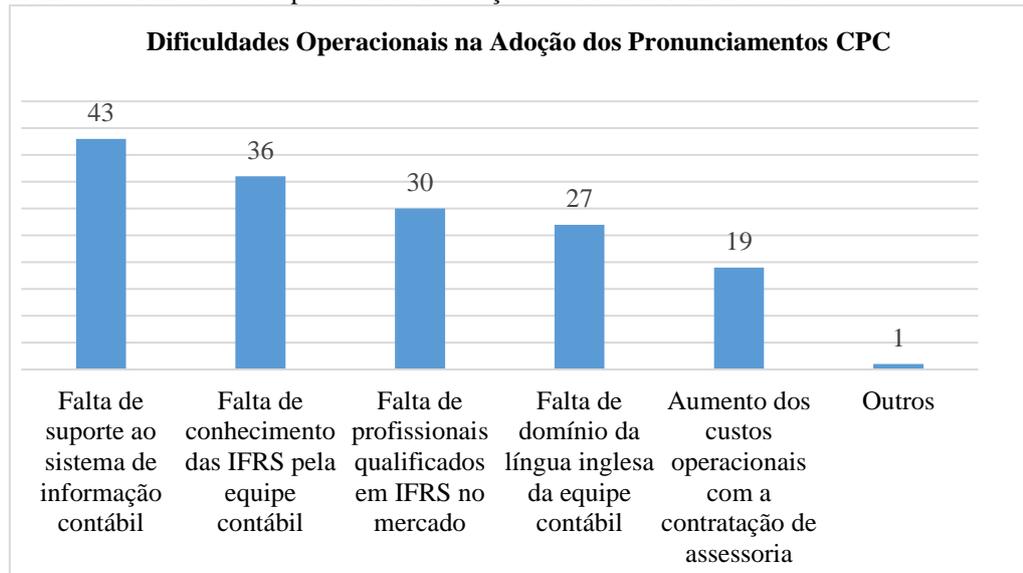
Questão 9. O interesse aqui foi identificar as dificuldades operacionais enfrentadas na implementação das IFRS. Sendo assim, foram apresentados cinco possíveis problemas que poderiam ter ocorrido, e mais uma opção para que o respondente indicasse a dificuldade ocorrida, diferente das opções apresentadas anteriormente. O respondente poderia marcar quantas opções fossem necessárias.

Observa-se no gráfico 9 que a falta de suporte ao sistema de informação contábil foi um problema que afetou a maioria das empresas (64%). Quanto à qualificação em normas internacionais de contabilidade, os respondentes apontaram como dificuldades na sua implementação: o despreparo da equipe contábil pela falta de conhecimento das IFRS (54%) e a falta de domínio da língua inglesa (40%); além disso, o mercado não oferecia profissionais qualificados em IFRS (45%). Vinte e oito por cento das empresas custearam a contratação de assessoria para a implementação das IFRS aumentando, assim, os custos operacionais da organização.

Todas as dificuldades no período inicial dos ajustes para a convergência às normas internacionais de contabilidade apontadas pelos respondentes afetaram a fase de preparação/codificação da mensagem contábil. Os resultados desta questão indicam que na fase de transição os sistemas de informações contábeis não estavam prontos para os cálculos exigidos pelas novas normas e, os contabilistas estavam na fase de aprendizado para a sua

aplicação, pois segundo Benston, Bromwich e Wagenhofer (2006) e Bradbury e Schröder (2012) as IFRS são diretrizes que exigem julgamento dos contadores para a contabilização de transações e eventos econômicos; não especificam como fazer, não apresentam regras detalhadas que mostram como classificar, mensurar, reconhecer e divulgar cada evento econômico.

Gráfico 9 – Dificuldades operacionais na adoção dos Pronunciamentos CPC



Fonte: Elaboração própria.

Questão 10. O intuito desta questão foi identificar os Pronunciamentos CPC's mais difíceis de serem implementados, aqueles que mais afetaram o trabalho do preparador/codificador da informação contábil. Mais da metade da amostra (57%) apontou o CPC 01– *Impairment* – como o mais complicado de ser implementado; seguido dos Pronunciamentos que tratam dos instrumentos financeiros: CPC 38 – Reconhecimento e Mensuração e CPC 39 – Apresentação (46%); e do CPC 12 – Ajuste a valor presente (36%) e do CPC 33 – Benefícios a empregados (33%) e, assim por diante, como pode ser observado no Quadro 3.

As dificuldades para as implementações dos Pronunciamentos CPC's indicadas pelos respondentes são reflexos das dificuldades operacionais apresentadas na questão 9, uma vez que na fase de transição para as novas normas os sistemas de informações contábeis ainda não estavam ajustados e, os profissionais estavam na fase de aprendizagem – interpretação das normas para a sua aplicação. Essa fase de aprendizagem se deve às IFRS serem baseadas em princípios e não especificarem como fazer, mas como decidir o que deve ser feito. De acordo

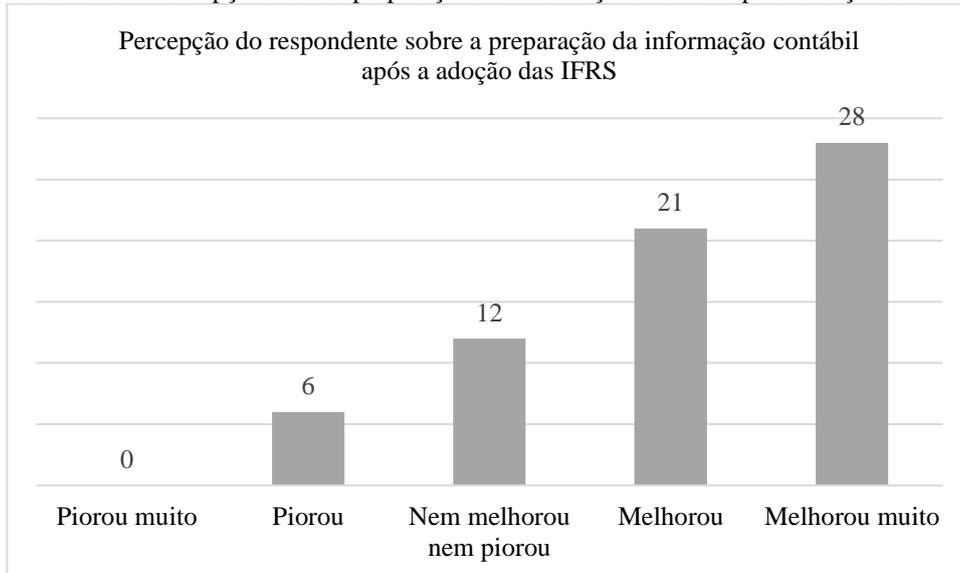
com Barth *et al.* (2007) os princípios especificam diretrizes e por isso exigem julgamentos dos profissionais nas suas aplicações.

Quadro 3 - Pronunciamentos CPC's apontados como os mais difíceis de serem implementados

Pronunciamentos (CPC)		Qtde
28	Propriedade para Investimento	2
8	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	2
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	3
19	Negócios em Conjunto	4
22	Informações por Segmento	4
32	Tributos sobre o Lucro	6
18	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	6
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis	6
4	Ativo Intangível	7
9	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	7
3	Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
6	Operações de Arrendamento Mercantil	9
10	Pagamento Baseado em Ações	10
2	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	12
15	Combinação de Negócios	13
16	Estoques	13
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	15
5	Divulgação sobre Partes Relacionadas	17
33	Benefícios a Empregados	22
12	Ajuste a Valor Presente	24
38 e 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e Instrumentos Financeiros: Apresentação	31
1	Redução ao Valor Recuperável de Ativos (<i>Impairment</i>)	38

Fonte: Elaboração própria.

Questão 11. A finalidade desta questão foi identificar as opiniões dos contadores e dos auditores sobre a preparação/codificação da informação contábil com a adoção das IFRS. Na percepção de menos da metade da amostra (42%) melhorou muito preparar a informação contábil após a adoção das IFRS; enquanto que 31% achou que melhorou e, na opinião de 9% dos respondentes a preparação da informação contábil piorou (ver Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percepção sobre a preparação da informação contábil após a adoção das IFRS

Fonte: Elaboração própria.

4.1.1.2 Tabulações cruzadas entre as respostas dadas às questões

A adoção do Pronunciamento CPC 01-*Impairment* afetou o trabalho dos preparadores/codificadores da informação contábil que, devido à falta de conhecimento (52,8%) não estavam preparados para trabalhar com as IFRS; além disso, o mercado não oferecia profissional qualificado (56,7%). Dias Filho e Nakagawa (2001) afirmam que o nível de conhecimento do preparador/transmissor é um fator importante, uma vez que pode influenciar no conteúdo da mensagem, e isso é uma verdade; entretanto, no que se refere à aplicação das IFRS, no período de transição os profissionais estavam aprendendo por meio de curso de treinamento sobre como aplicar essas normas.

Outros dois problemas apontados pelos respondentes em relação à adoção do pronunciamento em comento, foi a falta de suporte ao sistema de informação contábil (62,8%) e a necessidade de contratação de assessoria (52,6%), que impactou nos custos das empresas. (ver Apêndice F, p.111).

A preparação da informação contábil também foi impactada pela falta de suporte ao sistema de informação contábil (51,2%) nas adoções dos Pronunciamentos CPC's sobre instrumentos financeiros: CPC 38 – reconhecimento de mensuração e CPC 39 – apresentação; nesse caso, foi necessária, também, a contratação de assessoria (52,6%) para a implementação dos Pronunciamentos CPC (ver Apêndice F, p.111).

Em relação às dificuldades da adoção do CPC – 01 *Impairment* – quando segregada por gênero, apontou que o percentual de profissionais masculinos (57,7 %) foi maior que o de profissionais femininos (53,3%). O mesmo resultado foi obtido na análise da adoção dos Pronunciamentos CPC's sobre instrumentos financeiros, CPC 38 – reconhecimento de mensuração e CPC 39 – apresentação: 50% do gênero masculino para 33,3% do gênero feminino (ver Apêndice G, p.112). Estes resultados mostram indícios de que os codificadores/preparadores da informação contábil do gênero feminino estavam melhor preparados para a aplicação das IFRS à época da adoção.

Considerando o tempo de atuação na área contábil dos preparadores/codificadores da informação contábil, o CPC 01 – *Impairment* – foi um dos Pronunciamentos que apresentou maior complexidade para os profissionais que estão em campo de seis a dez anos (50%); de onze a quinze anos (51,9%) e com mais de quinze anos (61,8%) (ver Apêndice H, p.113). Silva *et al.* (2010) não encontraram forte relação entre o tempo de experiência e o conhecimento das normas IFRS; na atual pesquisa, observou-se que CPC 01 – *Impairment* foi apontado como o CPC mais complexo de ser implementado por um percentual maior para os profissionais que atuam há mais de quinze anos no mercado. Este resultado foi inesperado, pois esperava-se que profissionais com mais tempo no mercado estivessem mais bem preparados para a aplicação dos Pronunciamentos CPC's. Contudo, a transição para as IFRS foi uma etapa em que os profissionais estavam no processo de aprendizado dessas normas.

Ainda na análise por tempo de atuação dos preparadores/codificadores da informação contábil, as adoções dos Pronunciamentos: o CPC 05 – divulgação sobre partes relacionadas; CPC 12 – ajuste a valor presente; CPC 15 – combinação de negócios; e os Pronunciamentos CPC sobre instrumentos financeiros, CPC 38 – reconhecimento de mensuração e CPC 39 – apresentação – afetaram os profissionais que atuam entre 6 e 10 anos (50%) (ver Apêndice H, p.113).

A adoção do Pronunciamento CPC 01 – *Impairment* – afetou tanto o trabalho dos contadores (57,1%), quanto o trabalho dos codificadores da informação contábil que responderam ter cursado pós-graduação em área relacionada com a contabilidade (57,6%). O respondente que cursou pós-graduação na área de direito teve o seu trabalho impactado pelos Pronunciamentos CPC 10 – pagamento baseado em ações; CPC 33 – benefícios a empregados; CPC 38 – reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros; e CPC 39 – apresentação de instrumentos financeiros. (ver Apêndice I, p.114).

A análise da tabulação cruzada entre a área de atuação dos preparadores da informação contábil, segregada em contadores e auditores, e os Pronunciamentos CPC's difíceis de

implementação nas empresas pesquisadas, revelou que o CPC 01 – *Impairment* – impactou 55% dos contadores e 71,4% dos auditores; o CPC 33 – benefícios a empregados – afetou 57,1% dos auditores e 30% dos contadores; o CPC 38 – reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros e o CPC 39 – apresentação de instrumentos financeiros – afetaram 57,1% dos auditores e 45% dos contadores (ver Apêndice J, p.115).

Segundo Carmona e Trombeta (2008) a adoção de normas baseadas em princípios em vez de regras, trouxe mudanças significativas na especialidade dos contadores e, portanto, em sua formação educacional em programas de capacitação. Nesse sentido, acredita-se que a dificuldade em interpretar e implementar os Pronunciamentos CPC's tenham incentivado os profissionais a custear a qualificação com recursos próprios. Observou-se que 54,76% dos 42 respondentes que custearam a qualificação por conta própria apontaram o CPC 01 como um Pronunciamento difícil de ser implementado (ver Apêndice L, p.117).

Segundo Bierstaker, Kop e Lombardi (2016) profissionais que prepararam relatórios sem orientação adequada poderiam ter afetado a comunicação entre a contabilidade e os usuários das informações contábeis. Nesse sentido, fatores como a falta de conhecimento dos codificadores da informação contábil sobre as IFRS (54,5%) e a falta de suporte ao sistema de informação contábil (61,8%) podem ter motivado as organizações a custear a capacitação dos preparadores da informação contábil. De outro lado, 50% dos preparadores da informação contábil que não fizeram cursos custeados pelas empresas onde trabalham apresentaram problemas como a falta de conhecimento sobre as normas e 75% sofreram com a falta de suporte ao sistema de informação contábil (ver Tabela 1). Destaca-se que 58,3% dos profissionais que não tiveram treinamentos sobre as IFRS custeados pelas empresas em que atuam tiveram dificuldades em aplicar o CPC 01 (ver Apêndice K, p.116).

Tabela 1 – Tabulação cruzada entre capacitação custeada pela empresa e os problemas operacionais para adoção das normas internacionais de contabilidade

			Capacitação pela empresa		Total
			Sim	Não	
Problemas operacionais ^a	Falta de conhecimento das IFRS	Contagem % em curso IFRS- empresa	30 54,5%	6 50,0%	36
	Falta de domínio da língua inglesa	Contagem % em curso IFRS- empresa	27 49,1%	0 0,0%	27
	Falta de profissional qualificado em IFRS no mercado	Contagem % em curso IFRS- empresa	21 38,2%	9 75,0%	30
	Falta de suporte do sistema de inf.	Contagem % em curso IFRS- empresa	34 61,8%	9 75,0%	43
	Contratação de assessoria	Contagem % em curso IFRS- empresa	19 34,5%	0 0,0%	19
Total	Contagem	55	12	67	

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

Elementos como a falta de conhecimento das IFRS (64,3%), dificuldade no domínio da língua inglesa (50%), falta de profissionais qualificados em IFRS no mercado (50%), e falta de suporte ao sistema de informação contábil (57,1%) motivaram os preparadores da informação contábil a se qualificarem por conta própria. Por outro lado, em empresas onde a falta de suporte ao sistema de informação afetou o trabalho dos preparadores da informação contábil, observou-se que 76% dos profissionais responderam que não se qualificaram por conta própria (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Tabulação cruzada entre capacitação por conta própria e os problemas operacionais para adoção das normas internacionais de contabilidade

			Curso sobre as IFRS		Total
			Sim	Não	
Problemas operacionais ^a	Falta de conhecimento das IFRS	Contagem % em Curso IFRS	27 64,3%	9 36,0%	36
	Falta de domínio da língua inglesa	Contagem % em Curso IFRS	21 50,0%	6 24,0%	27
	Falta de profissional qualificado em IFRS no mercado	Contagem % em Curso IFRS	21 50,0%	9 36,0%	30
	Falta de suporte do sistema de inf.	Contagem % em Curso IFRS	24 57,1%	19 76,0%	43
	Contratação de assessoria	Contagem % em Curso IFRS	9 21,4%	10 40,0%	19
Total	Contagem	42	25	67	

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

O resultado com a “falta de domínio da língua inglesa” (ver Tabela 2) corrobora com os estudos de Douppnik e Richter (2003), Almeida (2008) e Duh e Huang (2012) que evidenciaram as divergências nas interpretações de expressões de incertezas encontradas nas IFRS em diferentes grupos de profissionais. Essas divergências, na tradução e entendimento de expressões de incertezas encontradas nas IFRS, podem gerar estimativas errôneas e produzir um resultado subavaliado ou superavaliado.

A percepção dos respondentes quanto à complexidade da adoção das IFRS e o quantitativo de profissionais nas equipes de contabilidade variou: em equipes onde o quantitativo aumentou, 52,4% indicou o CPC 01 como o Pronunciamento mais complexo de ser implementado; enquanto em equipes cujo quantitativo foi reduzido, 50% indicaram o CPC 01 e os Pronunciamentos 38 e 39 como os mais complexos; e em equipes, onde o quantitativo se manteve, 60% indicaram o CPC 01 como o mais difícil de ser implementado (ver Apêndice M, p.118).

A “falta de conhecimento das IFRS” e a “falta de suporte ao sistema de informação” impactaram o trabalho dos preparadores das informações contábeis, tanto para os que prepararam os Demonstrativos Contábeis pela primeira vez em 2008, 53,4% e 63,8%, respectivamente; quanto para os profissionais que preparam os DC pela primeira vez em 2010, 55,6% e 66,7%, nessa ordem. O percentual de profissionais que apontaram a “falta de domínio da língua inglesa” como um problema na adoção das normas internacionais de contabilidade foi maior para aqueles que preparam as DC pela primeira vez em 2010 (56,6%) (ver Tabela 3).

Tabela 3 – Tabulação cruzada entre o ano das primeiras demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade e os problemas operacionais

		1ª DC em IFRS		Total	
		2008	2010		
Prob Oper ^a	Falta de conhecimento das IFRS	Contagem	31	5	36
		% em 1ª DC em IFRS	53,4%	55,6%	
	Falta de domínio da língua inglesa	Contagem	22	5	27
		% em 1ª DC em IFRS	37,9%	55,6%	
	Falta de profissional qualificado em IFRS	Contagem	26	4	30
		% em 1ª DC em IFRS	44,8%	44,4%	
	Falta de suporte do sistema de informação	Contagem	37	6	43
		% em 1ª DC em IFRS	63,8%	66,7%	
	Contratação de assessoria	Contagem	15	4	19
		% em 1ª DC em IFRS	25,9%	44,4%	
Total		Contagem	58	9	67

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

A tabulação cruzada entre a opinião dos respondentes sobre a preparação da informação contábil após a adoção das IFRS, e os pronunciamentos difíceis de serem implementados mostrou que o CPC 01 afetou o trabalho de preparação da informação conforme se verifica: 50% indicaram que nem piorou e nem melhorou, 66,7% apontaram que melhorou e para 57,1% dos respondentes melhorou muito. Dos profissionais que apontaram os CPC'S 38 e 39 como difíceis de serem implementados, treze deles (61,9%) têm a percepção de que a preparação da informação contábil melhorou (ver Apêndice N, p.119).

4.1.1.3 Análises dos resultados dos testes estatísticos

O resultado da análise da associação entre as categorias, quando a amostra foi desdobrada em masculino e feminino, evidenciou associação não significativa nas questões “falta de conhecimento das IFRS” e na “falta de domínio da língua inglesa”, $\chi^2 (1) = 0,375$, (p-valor = 0,383); as variáveis são independentes, não existe relação entre o gênero e as respostas às questões ora destacadas; sendo assim, a hipótese nula não foi rejeitada (ver Tabela 4).

No total, 49 respondentes do gênero masculino indicaram problemas operacionais (77,8% do total de 63) e, desses, 27 apontaram a “falta de conhecimento das IFRS”, 75% dos 36; e 22 (34,9% do total de 63) indicaram a “falta de domínio da língua inglesa” (ver Tabela 4).

No gênero feminino, quatorze respondentes (22,2% do total de 63), apontaram problemas operacionais para a adoção das normas internacionais de contabilidade e, desses, nove indicaram a “falta de conhecimento das IFRS” (25% dos 36), e cinco apontaram a “falta de domínio da língua inglesa” (18,5% dos 27). (ver Tabela 4).

Tabela 4 – Tabulação cruzada entre gênero e problemas operacionais

			Problemas operacionais		Total
			Falta de conhecimento das IFRS	Falta de domínio da língua inglesa	
Gênero	Masculino	Contagem	27	22	49
		Contagem Esperada	28	21	49
		% em Gênero	55,1%	44,9%	100%
		% em Problemas oper	75%	81,5%	77,8%
		% do Total	42,9%	34,9%	77,8%
	Feminino	Contagem	9	5	14
		Contagem Esperada	8	6	14
		% em Gênero	64,3%	35,7%	100%
		% em Problemas oper	25%	18,5%	22,2%
		% do Total	14,3%	7,9%	22,2%
Total	Contagem	36	27	63	
	Contagem Esperada	36	27	63	
	% em Gênero	57,1%	42,9%	100%	
	% em Problemas oper	100%	100%	100%	
	% do Total	57,1%	42,9%	100%	
			Valor	gl	p-valor
Qui-quadrado de Pearson			0,375 ^a	1	0,383

Fonte: Elaboração própria.

Nota: ^a 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 6,00.

Segundo Field (2009) o teste do qui-quadrado- χ^2 deve ser aplicado com cuidado para frequências esperadas menores que 5).

O resultado do teste estatístico do qui-quadrado: $\chi^2 (1) = 0,000$, (p-valor = 0,622) evidenciou que não existe associação significativa entre as questões “CPC 01 e CPC 12” com o gênero do respondente; nesse caso, a hipótese nula de independência entre as variáveis não foi rejeitada (ver Tabela 5).

Dos 49 respondentes masculinos, trinta (48,4% do total de 62) indicaram o “CPC 01” como pronunciamento difícil de ser implementado, enquanto dezenove (30,6% do total de 62) marcaram o “CPC 12”. Quanto ao gênero feminino, treze respondentes que representam 21% do total de 62, indicaram os dois pronunciamentos como difíceis de serem implementados; oito indicaram o CPC 01 (21% dos que indicaram o CPC 01) e cinco apontaram o CPC 12, sendo que essa quantidade representa 20,8% dos respondentes que marcaram o CPC 12 (ver Tabela 5).

Tabela 5 – Tabulação cruzada entre gênero e Pronunciamentos difíceis de serem implementados

			Pronunciamentos difíceis de serem implementados		Total
			CPC 01 <i>Impairment</i>	CPC 12 AVP	
Gênero	Masculino	Contagem	30	19	49
		Contagem Esperada	30	19	49
		% em Gênero	61,2%	38,8%	100%
		% em Pronun. difícil	79%	79,2%	79,0%
		% do Total	48,4%	30,6%	79,0%
	Feminino	Contagem	8	5	13
		Contagem Esperada	8	5	13
		% em Gênero	61,5%	38,5%	100%
		% em Pronun. difícil	21%	20,8%	21,0%
		% do Total	12,9%	8,1%	21,0%
Total	Contagem	38	24	62	
	Contagem Esperada	38	24	62	
	% em Gênero	61,3%	38,7%	100%	
	% em Pronun. difícil	100%	100%	100%	
	% do Total	61,3%	38,7%	100%	
			Valor	gl	p-valor
Qui-quadrado de Pearson			,000 ^a	1	,622

Fonte: Elaboração própria.

Nota: ^a 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 5,03.

Silva *et al.* (2010) evidenciou diferença significativa entre a percepção de homem e mulher na questão relacionada ao treinamento em IFRS, na atual pesquisa, o gênero não apresentou associação com nenhuma das duas categorias analisadas: Pronunciamentos difíceis de serem implementados e problemas operacionais.

Considerando os respondentes que receberam das empresas curso de capacitação sobre as IFRS, os que não receberam e os problemas operacionais “falta de conhecimento das IFRS” e “falta de domínio da língua inglesa”, não se observou significância estatística, $\chi^2(1) = 0,309$, (p-valor = 0,405); logo, a hipótese nula de independência entre as variáveis não foi rejeitada (ver Tabela 6).

Dos 51 respondentes (81% do total de 63) que tiveram a capacitação sobre as normas custeada pela empresa, trinta (47,6% do total de 63) indicaram a “falta de conhecimento das IFRS”, e 21 (33,3% do total de 63) apontaram a “falta de domínio da língua inglesa” como problemas operacionais que dificultaram a adoção das IFRS. Dos doze respondentes que não tiveram a capacitação custeada pela empresa, 50% deles indicaram a “falta de conhecimento das IFRS”; dos outros restantes, 50% apontaram a “falta de domínio da língua inglesa” (ver Tabela 6).

Tabela 6 – Tabulação cruzada entre capacitação custeada pela empresa e problemas operacionais

		Problemas operacionais		Total	
		Falta de conhecimento das IFRS	Falta de domínio da língua inglesa		
Capacitação custeada pela empresa	Sim	Contagem	30	21	51
		Contagem Esperada	29	22	51
		% em Capac.cust. Emp.	58,8%	41,2%	100%
		% em Problemas oper.	83%	77,8%	81,0%
		% do Total	47,6%	33,3%	81,0%
	Não	Contagem	6	6	12
		Contagem Esperada	7	5	12
		% em Capac.cust. Emp.	50,0%	50,0%	100%
		% em Problemas oper.	17%	22,2%	19,0%
		% do Total	9,5%	9,5%	19,0%
Total	Contagem	36	27	63	
	Contagem Esperada	36	27	63	
	% em Capac.cust. Emp.	57,1%	42,9%	100%	
	% em Problemas oper.	100%	100%	100%	
	% do Total	57,1%	42,9%	100%	
		Valor	gl	P	
Qui-quadrado de Pearson		,309 ^a	1	,405	

Fonte: Elaboração própria.

Nota: ^a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 5,14.

A análise estatística de associação – entre as categorias “respondentes que se capacitaram em normas internacionais de contabilidade por conta própria” e os “respondentes que não se capacitaram”, com os problemas operacionais na implementação das IFRS “falta de conhecimento das IFRS” e “falta de domínio da língua inglesa” –, evidenciou insignificância estatística $\chi^2(1) = 3,638$, (p-valor = 0,051), com variáveis independentes (ver Tabela 7).

Dos profissionais que se capacitaram por conta própria 41 (65,1% do total de 63) apontaram problemas operacionais na implementação das IFRS. Para 27 respondentes o problema operacional foi a “falta de conhecimento das IFRS”, sendo que essa quantidade representa 75% dos respondentes que indicaram a “falta de conhecimento das IFRS”; ao passo que para quatorze respondentes, o problema foi a “falta de domínio da língua inglesa”. Os respondentes que não se capacitaram por conta própria também apontaram problemas operacionais na implementação das IFRS, tais como: a “falta de conhecimento das IFRS” (nove) e a “falta de domínio da língua inglesa” (treze) (ver Tabela 7).

Tabela 7– Tabulação cruzada entre capacitação custeada por conta própria e problemas operacionais

			Problemas operacionais		Total
			Falta de conhecimento das IFRS	Falta de domínio da língua inglesa	
Curso sobre as IFRS custeado por conta própria	Sim	Contagem	27	14	41
		Contagem Esperada	23	18	41
		% em Curso IFRS CT	65,9%	34,1%	100%
		% em Problemas opera.	75%	51,9%	65,1%
		% do Total	42,9%	22,2%	65,1%
	Não	Contagem	9	13	22
		Contagem Esperada	13	9	22
		% em Curso IFRS CT	40,9%	59,1%	100%
		% em Problemas opera.	25%	48,1%	34,9%
		% do Total	14,3%	20,6%	34,9%
Total	Contagem	36	27	63	
	Contagem Esperada	36	27	63	
	% em Curso IFRS CT	57,1%	42,9%	100%	
	% em Problemas opera.	100%	100%	100%	
	% do Total	57,1%	42,9%	100%	
			Valor	gl	P
Qui-quadrado de Pearson			3,638 ^a	1	,051

Fonte: Elaboração própria.

Nota: ^a 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 9,43.

Com a finalidade de analisar a relação entre as variáveis categóricas que afetaram o preparador/codificador da mensagem contábil na adoção das normas internacionais de contabilidade neste tópico, buscou-se identificar associação estatística entre: o gênero do profissional e os problemas operacionais para a implementação das normas; gênero e os Pronunciamentos CPC's difíceis de serem implementados; a capacitação do profissional custeada pela empresa e os problemas operacionais; e a capacitação custeada por conta própria e os problemas operacionais para a implantação dos Pronunciamentos. Os testes estatísticos do qui-quadrado (χ^2) evidenciaram insignificância estatística para todas essas tabulações cruzadas ora apresentadas. Esses resultados revelam que as variáveis categóricas são independentes, não associadas; logo, a hipótese nula não foi rejeitada (ver Quadro 4).

Quadro 4 - Resultados dos testes de hipóteses de associação entre as categorias

Hipóteses	A Hipótese foi confirmada?
H ¹ : As variáveis gênero do profissional e os problemas operacionais para a implementação das normas (Falta de conhecimento das IFRS; Falta de domínio da língua inglesa) são dependentes, estão associadas	Não
H ² : As variáveis gênero do profissional e os Pronunciamentos difíceis de serem implementados (CPC 01 <i>Impairment</i> ; CPC 12 AVP) são dependentes, estão associadas	Não
H ³ : As variáveis capacitação custeada pela empresa e os problemas operacionais para a implementação das normas (Falta de conhecimento das IFRS; Falta de domínio da língua inglesa) são dependentes, estão associadas	Não
H ⁴ : As variáveis capacitação custeada pelo próprio profissional e os problemas operacionais para a implementação das normas (Falta de conhecimento das IFRS; Falta de domínio da língua inglesa) são dependentes, estão associadas	Não

Fonte: Elaboração própria.

4.2 RESULTADOS DA SIMILARIDADE ENTRE OS RA

Nesta seção são apresentados os resultados alcançados na pesquisa sobre a similaridade entre os relatórios da administração – mensagem.

4.2.1 Análises dos dados

A Tabela 8 apresenta as estatísticas descritivas das linhas – sentenças – e intralinhas – palavras – adicionadas, deletadas e modificadas resultantes do cálculo da similaridade entre os textos dos relatórios da administração de 2007 e 2008 das empresas pesquisadas, para o grau de similaridade 50.

Tabela 8 – Estatísticas de descritivas das linhas (sentenças) e intralinhas (palavras) resultantes do cálculo da similaridade entre os RA's de 2007 e 2008

	Linhas Adicionadas	Linhas Deletadas	Linhas Modificadas	Intra-linhas Adicionadas	Intra-linhas Deletadas	Intra-linhas Modificadas
Média	17,34	17,23	252,62	64,74	60,26	48,19
Mediana	1	2	145,50	33,50	32,50	31,50
Máximo	747	618	4.938	1.765	903	470
Mínimo	0	0	0	0	0	0
Desvio padrão	53,40	49,29	393,99	122,96	87,89	57,79
N	316	316	316	316	316	316

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se, por meio do disposto na Tabela 8, que a quantidade média de linhas – sentenças – modificadas (252,62; desvio padrão =393,99; mediana =145,50) é maior que a de linhas adicionadas (17,34; desvio padrão = 53,40; mediana = 1;). Sem muito rigor, esse

resultado indica que, em média, o tamanho do texto do RA foi mantido, pois o cálculo da modificação de linhas considera que a estrutura das frases foi mantida e que as alterações ocorreram nas palavras. Esse resultado corrobora os achados do estudo que analisou a similaridade dos RA entre os anos de 2008 e 2009, de empresas listadas no mercado acionário brasileiro (SOUZA; SILVA, 2016).

Para complementar a análise anterior, menciona-se que o teste estatístico entre a quantidade média de linhas – sentenças – modificadas (252,62) e a média de linhas adicionadas (17,34) evidenciou a seguinte significância estatística: $t = -10,5186$; $p\text{-valor} = 0,0000$, e 0,05 de nível de significância; esse resultado demonstra que existe evidência de diferença entre as quantidades médias das sentenças adicionadas e mudadas entre os RA's de 2007 e 2008 e, também, ratifica o entendimento de que o tamanho do texto do RA foi mantido.

Avançando um pouco mais na análise notou-se também que o número médio de linhas adicionadas nos textos (17,34) foi próximo das deletadas (17,23) (ver Tabela 9), insignificante estatisticamente ($t = 0,027$; $p\text{-valor} = 0,978$; $\alpha = 5\%$), confirmando a manutenção na estrutura dos textos.

A diferença entre as quantidades médias de intralinhas – palavras – adicionadas (64,74; desvio padrão = 122,96; mediana = 33,50) e modificadas (48,19; desvio padrão = 57,79; mediana = 31,50) (ver Tabela 9) é estatisticamente significativa ($t = 2,164$; $p\text{-valor} = 0,0307$; $\alpha = 0,05$). Esse resultado evidenciou alterações nas palavras dos RA's de 2007 para 2008.

O exame da diferença entre as quantidades médias de intralinhas – palavras – adicionadas (64,74) e deletadas (60,26) nos RA's mostrou que as médias são bem próximas; e quando essa diferença é analisada do ponto de vista estatístico fica evidenciado que não existe diferença considerável, pois o resultado do teste $t=0,5266$; $p\text{-valor}=0,5986$ e $\alpha = 0,05$.

Os resultados apresentados apontam poucas mudanças na comunicação dos relatórios de 2007 para 2008, mesmo período em que ocorreu a adoção das IFRS pela primeira vez na contabilidade das empresas pesquisadas. Em média, as estruturas dos textos foram mantidas e as alterações realizadas em modificações de intralinhas – palavras. Assim, é possível que as modificações encontradas em palavras estivessem relacionadas com a adoção das IFRS, pois se a informação contábil é a base para a elaboração do RA, conforme afirmam Craig e Amernic (2008), logo, alguma mudança na contabilidade alteraria a narrativa do relatório da administração.

A evidência de alterações nas palavras dos relatórios da administração de 2007 para 2008, com base no resultado da existência de diferença estatisticamente significativa ($t = 2,164$; $p\text{-valor} = 0,0307$; $\alpha = 0,05$) entre as quantidades médias de intralinhas – palavras – adicionadas

(64,74) e modificadas (48,19) (ver Tabela 9) motivou a pesquisa dos potenciais determinantes que explicassem a similaridade entre os relatórios da administração.

4.2.2 Determinantes que explicam a similaridade entre os Relatórios da Administração

4.2.2.1 Análises de dados

A estatística descritiva das variáveis utilizadas no modelo de regressão está exposta no Apêndice O (p.120). A estatística de similaridade (SIM) utilizada como variável dependente tem média de 16,14; com mediana de 10; o máximo de 141, e o mínimo de 1. As empresas pesquisadas que apresentaram as maiores diferenças de similaridade entre os RA são do setor de utilidade pública: a Cemig e a Copel, com 134 e 141, respectivamente. Essas duas empresas são reguladas pela ANEEL; a Cemig é auditada pela KPMG e a Copel pela Deloitte Touche Tohmatsu. Os RAs's da Cemig e da Copel não fazem menção à adoção das IFRS em 2008 e estão centrados em suas operações e na crise do *subprime*.

O indicador de independência financeira (IND_FINAN) em média foi de 23,93, mediana de 0,389, com máximo de 7.189 e mínimo de 0,003. A OSXB Brasil foi a entidade que apresentou o maior índice desse indicador (7.189), enquanto a Patria e Cia Securitizadora de crédito Imobiliário apresentou o menor (0,003). A OSXB Brasil é do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, enquanto a Patria Cia é do setor financeiro e auditada pela KPMG, que é uma das *Big* de auditoria.

A Liquidez Corrente (LC) média da amostra foi de 4,82, mediana de 1,35, com máximo de 474,42, e mínimo de zero. A Sudeste S/A, entidade do setor financeiro foi a que apresentou o maior indicador (474,42). Muitas empresas apresentaram LC igual a zero, como, por exemplo, a Braskem, do setor de materiais básicos e a Brasilagro do setor de consumo não cíclico. A Braskem é auditada pela KPMG e a Brasilagro pela PricewaterhouseCoopers. Essas empresas estão listadas no nível de governança corporativa da B3; a Braskem no nível 1 e a Brasilagro no novo mercado.

O índice liquidez de mercado (LIQ_MER) médio foi de 0,056, mediana de 1,68E-05, mínimo de zero e máximo de 2,76. A Vale apresentou o maior indicador (2,76), seguido pelo Banco do Brasil (2,02). Essas empresas são auditadas pelas organizações de auditoria Deloitte e KPMG, respectivamente.

A média do risco das empresas, medida pelo beta, foi de 1,06, mediana de 0,95, máximo de 7,0 e mínimo de 0,07. O Banco BRB, empresa do setor financeiro, apresentou o maior risco (7,0). O Banco BRB é auditado pela PricewaterhouseCoopers.

O logaritmo do ativo total foi utilizado como *proxy* para o tamanho da organização. O valor médio da amostra foi de 14,08, mediana de 14,54, mínimo de 0,56 e máximo de 20,83. A maior empresa foi o Itaú S/A (20,83), seguida por: Itaú Unibanco (20,82), Banco do Brasil (20,63), Bradesco (20,49), Petrobrás (20,05) e Vale (19,60); enquanto a menor foi a Caconde Participações do setor financeiro (0,56). Essas empresas que se destacaram em tamanho estão listadas no nível de governança corporativa da B3, sendo que a única organização que não é auditada por uma das *big* é o Itaú S/A, auditado pela empresa de auditoria BDO Trevisan Auditores Independentes.

4.2.2.2 Resultados da regressão

O resultado da regressão evidenciou que o coeficiente ΔPL (7,588) é positivo e significativo (p-valor = 0,0025, $\alpha=0,01$) (ver Apêndice P, p.121). A variável ΔPL apresentou o resultado esperado de associação significativa com a similaridade entre os RA de 2007 e 2008, período que marca a transição das empresas pesquisadas para as IFRS. Isso quer dizer que a adoção dessas normas, refletida na variação no patrimônio líquido de 2007 para 2008, afetou a similaridade entre os RA do mesmo período. Em adição à análise, Silva *et al.* (2014) evidenciaram a existência de diferenças significativas entre os valores do patrimônio líquido apurados durante o período de convergência para as IFRS nas empresas de capital aberto do setor de telecomunicações e do setor químico.

Entretanto, o coeficiente ΔPL não apresentou o sinal esperado, pois a expectativa era de que as mudanças no patrimônio líquido das empresas, derivadas da adoção das IFRS, tivessem uma relação negativa com a similaridade entre os RA's. Sendo assim, a hipótese H_5 de que a variação do patrimônio líquido estava relacionada, negativamente, com similaridade entre os relatórios da administração foi rejeitada. (ver Quadro 5).

O coeficiente do indicador financeiro IND_FINAN (0,300) não apresentou significância (p-valor = 0,322); o mesmo ocorreu com os coeficientes das variáveis LC (coef. = -0,519; p-valor = 0,464), ΔLL (coef. = -1,362; p-valor = 0,5819) e ΔRL (coef. = -2,601; p-valor = 0,385) (ver Apêndice P, p. 121); sendo assim, as hipóteses H_1 , H_2 , H_3 e H_4 de que essas variáveis financeiras tinham associação com a similaridade foram rejeitadas (ver Quadro 5).

Evidências de que os cálculos sofisticados de mensuração e as divergências nas interpretações de expressões de incertezas encontradas nas IFRS tenham produzido ruído de linguagem e impedido que a entidade atingisse o seu objetivo de comunicação com os investidores não foram encontradas, pois o coeficiente de mercado LIQ_MER (-1,479) não apresentou significância estatística (p-valor = 0,742). Douppnik e Richter (2003), Almeida (2008) e Duh e Huang (2012) evidenciaram diferenças significativas entre os significados de expressões de incertezas encontradas nas IFRS por diferentes grupos de profissionais. Para Almeida (2008) as divergências de significados podem propiciar interpretações diversas na comunicação contábil; contudo, no atual estudo não foi encontrada evidências de ruídos na comunicação com os investidores devido às divergências nos significados de expressões de incertezas encontradas nas IFRS e a similaridade entre os relatórios da administração. Sendo assim, a hipótese H₆, que previa a associação da variável LIQ_MER com a similaridade entre os relatórios da administração foi rejeitada

O coeficiente da variável RISCO (2,478) também não apresentou significância estatística (p-valor = 0,111) (ver Apêndice P, p. 121); logo, a hipótese H₇ que pressupunha a associação dessa variável com a similaridade dos RA foi rejeitada (ver Quadro 5).

O coeficiente da variável TAM (3,124) se revelou parcialmente de acordo com o esperado, uma vez que resultou em estatisticamente positivo e significativo (p-valor = 0,000 $\alpha=0,01$) (ver Apêndice P, p. 121), embora o sinal esperado fosse negativo; diante desse resultado, a hipótese H₈ de que o tamanho da empresa tem relação negativa com similaridade entre os RA's foi rejeitada (ver Quadro 5).

Esse resultado corrobora as evidências das pesquisas de Lehavy, Li e Merkley (2011), Souza e Silva (2016) e Aerts e Yan (2017); esses estudos apontaram que o coeficiente foi positivo e significativo, assim como o resultado dessa presente pesquisa, sugerindo que o tamanho da empresa influencia na comunicação da organização com o público; e, no caso específico dessa pesquisa, que essa comunicação foi afetada pela adoção das IFRS, pois a *proxy* utilizada para representar a variável TAM foi o total do ativo, embora fosse esperado que o coeficiente apresentasse uma associação negativa com a similaridade entre os textos dos relatórios da administração.

A variável GC que representa as empresas listadas em um dos níveis de governança corporativa da B3 (nível 1, nível 2, novo mercado e Bovespa mais) não resultou em um coeficiente significativo (0,739; p-valor = 0,799) (ver Apêndice P, p. 121). Este resultado indica que a hipótese H₉ de que a governança corporativa tem associação negativa com a similaridade entre os relatórios da administração em decorrência da adoção das IFRS foi rejeitada (ver

Quadro 5). Este resultado não corroborou a pesquisa de Souza e Silva (2016), na qual foi encontrada significância estatística entre a governança corporativa e a similaridade entre os relatórios da administração.

A variável AUDI (4,751) resultou em um coeficiente positivo e significativo (p-valor = 0,089 e $\alpha=0,10$) (ver Apêndice P, p. 121); logo, a hipótese H_{10} que pressupunha a associação negativa da auditoria independente ser uma das *big* com a similaridade entre os relatórios da administração foi rejeitada (ver Quadro 5); contudo, ainda assim, esse resultado indica que o fato da empresa de auditoria independente ter sido uma das *big* influenciou na similaridade entre os RA's.

O coeficiente REGU (-0,428) não apresentou significância estatística (p-valor = 0,919) (ver Apêndice P, p. 121); sendo assim, o pressuposto da hipótese H_{11} de que empresa pertencer a um setor com forte regulamentação por parte do governo seria associado negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração foi rejeitada (ver Quadro 5). Silva *et al.* (2014) encontraram diferenças significativas entre os valores do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido apurados durante o período de convergência para as IFRS em empresas que pertencem ao setor regulado; contudo, no atual estudo não foi encontrada significância do coeficiente REGU quando associado com a similaridade entre os relatórios da administração.

Entre os setores de atuação econômica das empresas, apenas dois coeficientes resultaram em relação positiva e significativa: o setor de utilidade pública (17,518; p-valor = 0,0019 e $\alpha=0,01$), e o setor de BENS_INDU (14,660; p-valor = 0,098 e $\alpha= 0,10$), (ver Apêndice P, p. 121); contudo, a hipótese H_{12} que pressupunha o setor de atuação na economia associado, negativamente, com a similaridade entre os relatórios da administração, foi rejeitada (ver Quadro 5); já que o pressuposto era que essa relação fosse negativa e nenhum dos outros setores apresentaram significância. Observou-se, ainda, nas empresas da amostra que o setor de utilidade pública, em particular as empresas de energia reguladas pela Aneel, recepcionou os pronunciamentos CPC aprovados pela CVM em 2007 e 2008.

Quadro 5 - Resultados dos testes de hipóteses da regressão

Hipóteses	A Hipótese foi confirmada?
H ¹ : A Independência financeira da empresa é associada negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração	Não
H ² : A liquidez corrente é associada negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração	Não
H ³ : A variação do lucro líquido é relacionada negativamente com similaridade entre os relatórios da administração	Não
H ⁴ : A variação da receita líquida é relacionada negativamente com similaridade entre os relatórios da administração	Não
H ⁵ : A variação do patrimônio líquido é relacionada negativamente com similaridade entre os relatórios da administração	Não
H ⁶ : O risco não sistemático é associado negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração	Não
H ⁷ : A liquidez de mercado é associada negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração	Não
H ⁸ : O tamanho da organização é associado negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração	Não
H ⁹ : A governança corporativa é relacionada negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração	Não
H ¹⁰ : A auditoria independente, ser uma das big, está associada negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração	Não
H ¹¹ : O setor com forte regulamentação é associado negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração	Não
H ¹² : O setor de atuação na economia é associado negativamente com a similaridade entre os relatórios da administração	Não

Fonte: Elaboração própria.

O coeficiente de determinação (R^2) mostrou que o modelo explica 42% da similaridade entre os relatórios da administração de 2007 e 2008. O resultado da estatística - F (6,646) evidencia que a regressão foi significativa (0.0000) (ver Apêndice P, p. 121).

4.3 RESULTADOS DA PESQUISA COM ANALISTAS DE CRÉDITO

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa com os analistas de crédito – decodificadores/destinatários – da mensagem contábil.

4.3.1 Análises dos dados

A proposta inicial era que a amostra seria composta por analistas de crédito e analistas de investimentos dos maiores bancos brasileiros: Banco do Brasil, Banco Bradesco, Banco Regional de Brasília (BRB), BTG Pactual, Banninsul, Banco Itaú Unibanco, Banco nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco

Safra, Banco do Nordeste. Entretanto, não se obteve sucesso total ao contatar esses profissionais por meio da instituição financeira; inclusive, do Banco BTG Pactual obteve-se a resposta de que era política interna da instituição não participar de pesquisas. Sendo assim, foram obtidas respostas de analistas de crédito de sete instituições financeiras localizadas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

A amostra foi composta por dez respondentes que já atuavam como analistas de crédito antes da adoção das IFRS; sendo um deles do gênero feminino e os demais do gênero masculino. Todos passaram por curso de capacitação sobre os Pronunciamentos CPCs custeado pelas instituições em que atuam e nenhum desses profissionais custeou com recursos próprios esse curso. Quanto à formação, todos os respondentes tinham concluído pós-graduação enquanto a respondente do gênero feminino é aluna do curso de mestrado em controladoria e finanças.

Essa formação adequada dos respondentes reflete no exercício de suas funções uma vez que, de acordo com Bailey III, Bylinksi e Shields (1983), a participação do usuário da informação contábil em programas de educação melhora o seu conhecimento sobre os relatórios contábeis e influencia na interpretação das mensagens recebidas.

Nesse sentido, as tabelas 9 e 10 mostram as frequências das melhorias e dificuldades relatadas pelos respondentes na análise econômico-financeira das empresas em relação à adoção das IFRS.

Tabela 9 – Frequência das melhorias na análise econômico-financeira das empresas devido à adoção das IFRS

Melhorias na análise econômico-financeira das empresas devido à adoção das IFRS	Respostas
Alteração no BP em grupo circulante e em grupo não circulante	5
A DFC tornou ágil a análise prospectiva da geração de recursos das empresas	4
A DFC melhorou a análise da condição de a empresa de assumir compromissos e honrá-los	4
A DVA enriqueceu a AEF das empresas	1
A adoção das IFRS tornou as informações contábeis das empresas mais confiáveis	5
Melhoria na análise setorial	4
Total	23

Fonte: Elaboração própria.

A primeira questão relacionada com a adoção das IFRS feita aos analistas foi sobre as possíveis melhorias ocorridas na análise econômico-financeira das empresas, com a finalidade de concessão de crédito; esta questão teve 23 respostas. “A mudança nos grupos do balanço patrimonial divididos em circulante e não circulante” e “a adoção das IFRS tornou as informações contábeis das empresas mais confiáveis” são melhorias reconhecidas por 50% dos

profissionais da amostra. Quanto à informação ter se tornado mais confiável com a adoção dessas normas, três respondentes complementaram que devido à necessidade de julgamento do preparador/transmissor da informação na aplicação das normas, a informação é considerada confiável quando os demonstrativos contábeis são auditados (ver Tabela 9).

Segundo Parker (2013) é importante que o decodificador/receptor da informação contábil interprete os significados pretendidos pelo codificador/transmissor, pois se isso não acontece, as mensurações e cálculos sofisticados e promulgações de padrões de alta qualidade pouco agrega à contabilidade. Sendo assim, quanto à percepção da melhoria da informação pelo decodificador/receptor da informação as seguintes opções foram marcadas: “a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tornou ágil a análise prospectiva da geração de recursos das empresas”, “a DFC melhorou a análise da condição de a empresa de assumir compromissos e honrá-los”, “melhoria na análise setorial” foram indicadas por 40% dos analistas pesquisados. Os respondentes que marcaram a alternativa “melhoria na análise setorial” expuseram que não perceberam melhoria na análise da empresa individual (ver Tabela 9). A melhoria na análise setorial corrobora com a afirmativa do IASB (2018) de que a comunicação das informações contábeis realizada por meio de orientações por padrões devem permitir melhor compreensibilidade e comparabilidade desses informações.

Quando questionados sobre as dificuldades na análise econômico-financeira das empresas pesquisadas devido à adoção das IFRS, dois pontos foram apontados pelos respondentes: “o desconhecimento das mudanças nas informações contábeis em decorrência das novas normas” foi indicado por 60% dos analistas, e que a “informação contábil ficou confusa”, foi indicada por 30% da amostra. Este último item não constava no questionário e foi incluído pelos respondentes na opção “Outras”. Um dos respondentes ainda complementou essa resposta afirmando que as normas adotadas refinaram demais a informação contábil e que, por isso, a informação ficou confusa (ver Tabela 10).

Tabela 10 – Frequência das dificuldades na análise econômico-financeira das empresas devido à adoção das IFRS

Dificuldades na análise econômico-financeira das empresas devido à adoção das IFRS	Respostas
O desconhecimento das alterações nas informações contábeis devido à adoção das IFRS	6
A informação contábil ficou confusa	3
Total	9

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 11 apresenta os Pronunciamentos CPC que afetaram a análise de crédito, segundo os analistas respondentes. Denota-se que os pronunciamentos CPC foram marcados 92 vezes; sendo o CPC 06 – Operações com Arrendamento Mercantil – foi indicado por nove respondentes e essa quantidade representa 9,8% do total de vezes que os CPC's foram marcados, além de representar 90% da amostra. Em seguida, os respondentes apontaram o CPC 30 – Receitas – sete (70%) vezes; e os Pronunciamentos CPC 46 – Mensuração a Valor Justo – e o CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – foram apontados por seis analistas, 60% da amostra, como pronunciamentos que afetaram a análise de crédito das empresas.

Tabela 11 – Frequência dos Pronunciamentos CPC que afetaram a análise de crédito

Pronunciamentos CPC	Respostas
CPC 01 – Redução ao valor recuperável do ativo (<i>Impairment</i>)	5
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	6
CPC 04 - Ativo Intangível	4
CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas	2
CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil	9
CPC 07 - Subvenção e assistência governamental	3
CPC 08 - Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	5
CPC 10 - Pagamento baseado em ações	5
CPC 11 – Contrato de seguros	3
CPC 12 – Ajuste a valor presente	5
CPC 15 - Combinação de negócios	5
CPC 18 – Investimento em coligada, controle, e investimento em conjunto	4
CPC 19 - Negócios em conjunto	3
CPC 20 - Custos de empréstimos	2
CPC 28 - Propriedade para investimento	5
CPC 33 - Benefícios a empregados	4
CPC 38 e 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	5
CPC 46 - Mensuração a valor justo	6
CPC 29 - Ativo Biológico	4
CPC 30 - Receitas	7
Total	92

Fonte: Elaboração própria.

Segundo Salter III (1975) o ideal é que o codificador/preparador da mensagem e o seu decodificador/receptor da mensagem tenham campos de conhecimentos semelhantes; sendo assim, com o intuito de verificar se a informação contábil está sendo interpretada pelo usuário da informação, foi verificada a opinião dos respondentes sobre a informação contábil com a adoção das IFRS. Para tanto, foram apresentadas as seguintes opções: 1-piorou bastante, 2-

piorou, 3-nem melhorou nem piorou, 4-melhorou, 5-melhorou muito. A informação contábil melhorou na opinião de quatro analistas; e, na opinião de seis respondentes, melhorou muito.

4.3.2 Tabulações cruzadas entre as respostas dadas às questões

A tabulação cruzada entre os Pronunciamentos CPC's que afetaram a análise econômico-financeira (AEF) e as possíveis dificuldades na análise econômico-financeira das empresas devido à adoção das IFRS, mostrou que oito profissionais apontaram o CPC 06 – Operações com Arrendamento Mercantil – como sendo uma norma que impactou a AEF, seis apontaram “o desconhecimento das alterações nas informações contábeis das empresas em decorrência da adoção das IFRS” e dois indicaram “as informações contábeis ficaram confusas” como possíveis dificuldades na AEF ocasionadas pela adoção das IFRS pelas empresas (ver Apêndice Q, p.122).

Dos sete analistas que indicaram o CPC 30 – Receitas – como sendo um dos pronunciamentos que impactaram a análise de crédito, quatro apontaram “o desconhecimento das alterações nas informações contábeis das empresas devido à adoção das IFRS” e três indicaram “as informações contábeis ficaram confusas” como sendo problemas na análise de crédito das empresas (ver Apêndice Q, p.122).

Todos os respondentes que apontaram que “as informações contábeis ficaram confusas” (três), e 50% dos que indicaram “o desconhecimento das alterações nas informações contábeis das empresas devido à adoção das IFRS” como dificuldades na análise de crédito, indicaram o CPC 46 – Mensuração a valor justo – como um dos pronunciamentos que afetou a análise das demonstrações contábeis (ver Apêndice Q, p.122).

Segundo Hendriksen e Breda (1999) o ideal é que a informação tenha conteúdo reconhecido tanto por seus preparadores quanto por seus usuários; logo, para os respondentes que marcaram as alternativas o “CPC 06 – Operações com Arrendamento Mercantil –”, o “CPC 30 – Receitas –”, o “CPC 46 – Mensuração a valor justo –” e “as informações contábeis ficaram confusas” a informação contábil não teve o seu conteúdo reconhecido e como consequência a comunicação da mensagem contábil foi afetada.

Ainda na análise da tabulação cruzada, mas agora entre os Pronunciamentos CPC's que impactaram a análise econômico-financeira das empresas com a finalidade de concessão de crédito e as melhorias nessa análise, ocasionadas pela adoção das IFRS, dos 40% dos respondentes que indicaram a melhoria na análise setorial das organizações, 75% apontaram os

seguintes pronunciamentos como sendo aqueles que afetaram a análise de crédito: CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil, CPC 07 – Subvenção e assistência governamental, CPC 15 – Combinação de negócios, CPC 28 – Propriedade para investimento e CPC 30 – Receitas (ver Apêndice R, p.123).

O CPC 06 Operações de arrendamento mercantil – foi marcado pelos quatro respondentes que assinalaram a opção “a adoção das IFRS tornou as informações contábeis das empresas mais confiáveis” (ver Apêndice R, p.123).

A opinião dos respondentes em relação à melhoria da informação contábil com a adoção das IFRS ficou entre “melhorou” e “melhorou muito”. Para seis respondentes a informação contábil melhorou muito, enquanto na opinião de quatro analistas a informação contábil melhorou. O resultado do cruzamento dessas respostas com os Pronunciamentos CPC’s que afetaram a análise de crédito, mostrou que os respondentes que opinaram que a informação contábil melhorou muito apontaram que os seguintes Pronunciamentos CPC’s impactaram na análise de crédito: CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil (100% dos respondentes); CPC 12 – Ajuste a valor presente (66,7% dos respondentes) e o CPC 30 Receitas (66,7% dos respondentes) (ver Apêndice S, p.124).

A maioria dos respondentes (75%) que opinou que a informação contábil melhorou apontou que os seguintes Pronunciamentos CPC afetaram a análise de crédito: CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil, CPC 15 – Combinação de negócios, CPC 38 e 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, CPC 30 – Receitas, e CPC 46 – Mensuração a valor justo (ver Apêndice S, p.124).

O cruzamento entre as opiniões dos analistas respondentes em relação à melhoria da informação contábil com a adoção das IFRS, e as dificuldades na análise de crédito mostrou que 83,3% daqueles que opinaram que a informação melhorou muito indicaram como dificuldade na análise de crédito o desconhecimento das alterações nas informações contábeis devido a adoção das IFRS. Por sua vez, 66,7% dos respondentes que opinaram que a informação melhorou apontaram que a informação contábil ficou confusa (ver Tabela 12).

Tabela 12 – Tabulação cruzada entre a opinião dos respondentes sobre a informação contábil e as dificuldades na análise de crédito devido à adoção das IFRS

Dificuldades na análise de crédito devido à adoção das normas internacionais de contabilidade	A informação contábil com a adoção das IFRS		Total
	Melhorou	Melhorou muito	
O desconhecimento das alterações nas informações contábeis devido a adoção das IFRS	Contagem 1 33,3%	5 83,3%	6
A informação contábil ficou confusa	Contagem 2 66,7%	1 16,7%	3
Total	Contagem 3	6	9

Fonte: Elaboração própria

4.3.3 Análises dos resultados dos testes estatísticos

O resultado da análise estatística de associação entre as categorias “as melhorias na análise econômico-financeira”, representadas pelas opções “a adoção das IFRS tornou as informações contábeis das empresas mais confiáveis” e “Melhoria na análise setorial”, e “as dificuldades na análise econômico-financeira”, representada pelas alternativas “desconhecimento das alterações nas informações contábeis devido à adoção das IFRS” e a informação ficou confusa”, evidenciou insignificância estatística (p -valor = 0,429). Nesse caso, não se pode rejeitar a hipótese H_0 , ou seja, as variáveis são dependentes, estão associadas.

Tabela 13 - Teste estatístico entre as melhorias e as dificuldades na AEF devido à adoção das IFRS - A

Melhoria na análise econômico-financeira	Dificuldades na análise econômico-financeira		Total
	O desconhecimento das alterações nas informações contábeis devido a adoção das IFRS	A informação ficou confusa	
A adoção das IFRS tornou as informações das empresas mais confiáveis	4	0	4
Melhoria na análise setorial	2	1	3
Total	6	1	7
Significância exata			
Teste Exato de Fisher	0,429		

Fonte: Elaboração própria

A tabela 14 apresenta o resultado do teste estatístico de associação entre as categorias “as melhorias na análise econômico-financeira (AEF)”, indicadas pelas opções “alteração no balanço patrimonial nos grupos do circulante e não circulante” e “a demonstração dos fluxos

de caixa (DFC) melhorou a análise da condição de a empresa de assumir compromissos e honrá-los”, e “as dificuldades na AEF”, apontadas pelas alternativas “desconhecimento das alterações nas informações contábeis devido à adoção das IFRS” e “a informação ficou confusa”. O resultado do teste evidenciou que não é possível rejeitar a hipótese H_0 , com p-valor =0,786; logo, as variáveis categóricas são dependentes, estão associadas.

Tabela 14 – Teste estatístico entre as melhorias e as dificuldades na AEF devido à adoção das IFRS - B

Melhoria na análise econômico-financeira	Dificuldades na análise econômico-financeira		Total
	Desconhecimento das alterações nas informações contábeis devido a adoção das IFRS	A informação ficou confusa	
Alteração no balanço patrimonial nos grupos: circulante e não circulante	3	1	4
A DFC melhorou a análise da condição de a empresa de assumir compromissos e honrá-los	3	1	4
	6	2	8
	Significância exata		
Teste Exato de Fisher	0,786		

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados ora apresentados sinalizam que a adoção das normas internacionais de contabilidade afetou a análise de crédito das instituições financeiras pesquisadas. Primeiramente, no que se refere à qualificação dos analistas, todas as instituições financeiras pesquisadas custearam curso de capacitação sobre as IFRS/CPC's para os seus analistas de crédito; isso demonstra que essas instituições reconhecem a importância de seus analistas estarem qualificados para a análise econômico-financeira dos demonstrativos contábeis preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Para Bailey III e Bylinksi e Shields (1983) a participação do usuário da informação em programa de treinamento melhora o seu conhecimento sobre os relatórios e influencia na interpretação das mensagens recebidas. O mesmo resultado ocorreu com receptores da mensagem contábil que participaram de curso sobre as IFRS.

Os analistas pesquisados apontaram como melhorias na análise de crédito a alteração no balanço patrimonial, que segregou os grupos em circulante e não circulante, e indicaram a melhoria na análise setorial. Quanto às dificuldades na análise de crédito, os respondentes apontaram o desconhecimento das alterações nas informações contábeis devido à adoção das IFRS, e alguns analistas disseram que certos Pronunciamentos deixaram a informação contábil confusa. Segundo esses analistas o Pronunciamentos CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e o CPC 30 – Receitas foram os que mais afetaram a análise de crédito das empresas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral do presente estudo de analisar como a adoção ao padrão IFRS afetou o processo de comunicação contábil nas empresas brasileiras, os resultados alcançados permitiram responder a questão formulada: “como a adoção ao padrão IFRS afetou o processo de comunicação contábil no Brasil?”, com o desdobramento dos resultados dos objetivos específicos:

- a) Identificar se o preparador/transmissor da mensagem participou de curso sobre as normas internacionais de contabilidade.

O preparador/transmissor da mensagem participou de curso sobre as normas internacionais de contabilidade; sendo que a maioria da amostra (82%) participou de curso sobre as IFRS custeado pela empresa em que atua e mais da metade da amostra (63%) custeou a própria capacitação em IFRS. Este resultado evidencia tanto o interesse das empresas de que seus funcionários estivessem aptos a aplicarem as novas normas quanto o interesse do próprio profissional de contabilidade na obtenção do conhecimento sobre as IFRS.

- b) Averiguar os IFRS mais complicados de serem implementados na empresa e a sua relação com o perfil do preparador/transmissor da mensagem.

O CPC 01 – redução do valor recuperável do ativo foi apontado pelos preparadores/transmissores da informação contábil como o mais complicado de ser implementado, seguido dos Pronunciamentos que tratam dos instrumentos financeiros: CPC 38 – Reconhecimento e Mensuração e CPC 39 – Apresentação, e do CPC 12 – Ajuste a valor presente e do CPC 33 – Benefícios a empregados. Entre os resultados obtidos da relação com o perfil do preparador/transmissor da mensagem, mais da metade dos profissionais com mais de quinze anos de atuação no mercado (61,8%) apontaram o CPC 01– redução do valor recuperável do ativo – como sendo o Pronunciamento mais complexo de implementação.

Entretanto, as hipóteses de associação entre o perfil do respondente e os problemas operacionais para implementação das IFRS e os CPC’s difíceis de serem implementados foram rejeitadas

- c) Verificar os obstáculos operacionais observados na adoção das IFRS pelas empresas.

As dificuldades operacionais mais apontadas pelos profissionais é a falta de suporte ao sistema de informação contábil, seguida pela falta de conhecimento das IFRS pela equipe contábil e a falta de profissionais capacitados em IFRS no mercado.

- d) Verificar se os analistas estão aptos a interpretar as novas informações decorrentes da adoção das IFRS.

Todos os analistas de crédito que participaram da pesquisa tiveram seus treinamentos em IFRS pagos pelas instituições financeiras em que atuam e nenhum deles custeou por conta própria curso de capacitação sobre as normas internacionais de contabilidade. Foi verificado nesta pesquisa o interesse das instituições financeiras de que seus funcionários estivessem aptos a interpretar as novas informações decorrentes da adoção das IFRS.

- e) Averiguar se na percepção dos analistas a adoção das IFRS melhorou a informação contábil transmitida pelos transmissores da informação.

A maioria da amostra (60%) concorda que a informação contábil melhorou muito e, para menos da metade dos profissionais (40%), a informação contábil melhorou. Também foi observado que na percepção de alguns analistas, a informação ficou refinada. Na visão de outros analistas a informação contábil ficou confusa e não é possível identificar as mudanças derivadas da adoção das IFRS nos relatórios contábeis individuais das empresas; entretanto, concordam que a análise setorial melhorou.

- f) Identificar os potenciais determinantes que explicam as diferenças entre os textos dos relatórios da administração dos anos de 2007 e 2008.

A variação do patrimônio líquido, o tamanho da organização, a auditoria independente ser uma das big e os setores da economia ser utilidade pública e bens industriais são os determinantes que apresentaram significância estatística. Contudo, ao contrário do que era esperado pelas hipóteses elaboradas, todos estes determinantes resultaram em relação positiva com a similaridade entre os relatórios da administração dos anos de 2007 e 2008. Diante disso, as hipóteses que previam uma relação negativa entre estes determinantes e a similaridade entre os RA's foram rejeitadas.

A análise revela que a capacitação sobre as IFRS/CPC's é benéfica para o embasamento da equipe contábil, pois favorece o contato com os profissionais de outras companhias, contribuindo para a dissolução de dúvidas e a melhora no entendimento e nas decisões em como

aplicar essas normas, proporcionando a preparação de demonstrações contábeis consistentes com o padrão IFRS.

Outro fator relevante é o resultado da similaridade entre os relatórios da administração, pois, em média, as estruturas dos textos se mantiveram similares ao do ano anterior; entretanto, há evidência estatisticamente significativa de alterações nas palavras dos textos de 2007 para 2008. Além disso, o resultado da relação significativa entre a similaridade entre os relatórios da administração e a variação do patrimônio líquido de 2007 e 2008 e o tamanho da organização mostram indícios de que, em média, os relatórios da administração das entidades incorporaram alterações em suas mensagens decorrentes da adoção das normas internacionais de contabilidade.

Os resultados obtidos evidenciaram como as etapas do processo de comunicação contábil – preparador/codificador/transmissor; mensagem; receptor/decodificador – foram afetadas pela adoção das normas internacionais de contabilidade. Ações foram implementadas pelos profissionais da área contábil para a devida aplicação dos Pronunciamentos CPC's nas empresas por meio de estudos e discursões das recentes normas. Mudanças na maneira de reconhecer, mensurar e evidenciar alteraram a rotina contábil e, como consequência, a mensagem transmitida pela contabilidade foi alterada com a incorporação de novos relatórios e novas informações. Logo, sendo o processo de comunicação contábil um processo contínuo, os receptores dessa mensagem também passaram por um processo de aprendizagem para interpretar e se beneficiarem dessas recentes informações contábeis.

O contato com contadores e auditores de empresas de capital aberto e com analistas de crédito e analistas de investimentos foi um fator limitante da pesquisa; essa limitação levou à formação de amostras menores que o esperado. Portanto, sugerem-se pesquisas futuras com amostras maiores.

Observou-se que existem poucas pesquisas que abordam o processo de comunicação contábil, principalmente a pesquisa empírica com o foco em mais de uma etapa desse processo de comunicação, e utilizando a teoria matemática da comunicação para representar esse processo, nesse sentido, sugere-se a elaboração de pesquisa que tenha como foco as etapas do processo de comunicação contábil com a abordagem empírica com profissionais de empresas de capital fechado.

REFERÊNCIAS

- AERTS, Walter; YAN, Beibei. Rhetorical impression management in the letter to shareholders and institutional. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 30, n. 2, p. 404-432, feb./2017.
- ALMEIDA, Marcelo D. **Percepção sobre as expressões de incerteza na adoção das IFRS no Brasil**. 2008. 87f. Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2008.
- ANTUNES, Maria Tereza Pompa *et al.* A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v.10 n. 20, p. 5-19, jan./2012.
- B3 – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Institucional** - Quem somos. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/b3/institucional/quem-somos/> Acesso em: 31 jul. 2018.
- B3 – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Segmentos de listagem** – Sobre segmentos de listagem. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/> Acesso em: 05 fev. 2019.
- BAILEY III, K. E.; BYLINKSI, Joseph. H.; SHIELDS, Michael. D. Effects of audit report wording changes on the perceived message. **Journal of Accounting Research**, v. 21, n.2, p. 355-370, 1983.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARTH, Mary E. *et al.* **Accounting quality: international accounting standards and US GAAP**. Stanford University, University of North Carolina, 2007.
- BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne, R.; LANG, Mark H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.
- BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H.; Williams, Christopher D. Are IFRS-based and US GAAP-based accounting amounts comparable? **Journal of Accounting and Economics**, v. 54, n.1, p. 68–93, 2012.
- BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H.; Williams, Christopher D. Effects on Comparability and Capital Market Benefits of Voluntary IFRS Adoption. **Journal of Financial Reporting**, v. 3, n.1, p. 1–22, 2018.
- BEDFORD, Norton M.; BALADOUNI, Vahe. A communication theory approach to accounting, **Accounting Review**, p. 650-659, 1962.
- BENSTON, George J.; BROMWICH, Michael; WAGENHOFER, Alfred. Principles- versus

rules-based accounting standards: the FASB's standard setting strategy. **ABACUS**, v. 42, n. 2, 2006.

BEUREN, Ilse M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BHATIA, Vijai K. Applied genre analysis: a multi-perspective model. **Ibérica**. n. 4, p. 3-19, 2002.

BHATIA, Vijai K. Creative exploitation of socio-pragmatic space in professional discourse. In: JONES, Rodney (ed.). **Discourse and creativity**. New York: Taylor & Francis Group, 2014. cap. 5, p. 75-92.

BIERSTAKER, James L.; KOPP, Lori S.; LOMBARDI, Danielle R. Are financial professionals ready for IFRS?: An exploratory study. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 35, p. 1-7, 2016.

BOO, El'Fred; SIMNETT, Roger. The information content of management's prospective comments in financially distressed companies: a note. **ABACUS**, v. 38, n. 2, p. 280-295, dec./2002.

BRADBURY, Michael E.; SCHRÖDER, Laura B. The content of accounting standards: principles versus rules. **The British Accounting Review**, v. 44, p. 1-10, mar./2012.

BRASIL. Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404compilada.htm>. Acesso em: 8 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 10.303 de 31 de outubro de 2001 Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 de outubro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10303.htm>. Acesso em: 8 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 5 fev. 2019.

BREEZE, Ruth. Researching evaluative discourse in annual reports using semantic tagging. **Ibérica**. n. 35, p. 41-66, apr./2018.

BRENNAN, Niamh M.; MERKL-DAVIES, Doris. Accounting narratives and impression management. In: JACK, Lisa; DAVISON, Jane; CRAIG, Russell (orgs). **The Routledge companion to accounting communication**. New York: Taylor & Francis Group, 2013. cap. 8, p. 109-132.

BROOKS, Chris. **Introductory Econometrics for Finance**. 3ª ed. United Kingdom: Cambridge University, 2014.

CARMONA, Salvador; TROMBETTA, Marco. On the global acceptance of IAS/IFRS accounting standards: the logic and implications of the principles-based system. **J. Account. Public Policy**. v. 27, p. 455-461, nov./dec./2008.

CHAMBERS, Raymond J. Communication. *In*: CHAMBERS, Raymond J. **Accounting, evaluation and economic behaviour**. Prentice Hall, Englewood Cliffs, New Jersey, Sydney University Press, Sydney. 2006. cap. 8, p. 187-209.

CHUNG, Chung Joo *et al.* An analysis on communication theory and discipline. **Scientometrics**, v. 95, p. 985-002, jun./2013.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf> Acesso em: 6 jan. 2017.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Parecer de Orientação CVM n. 15. de 28 de dezembro de 1987. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 jan. 1988. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/pareceres-orientacao/pare015.html>> Acesso em: 8 jun. 2018.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Deliberação CVM Nº 527 - Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, Brasília, 1 nov. 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0500/deli527.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2018.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Deliberação CVM Nº 534 - Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata dos Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, Brasília, 29 jan. 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0500/deli534.html>> Acesso em: 20 dez. 2018.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Deliberação CVM Nº 539 - Aprova o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Brasília, 14 mar. 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0500/deli539.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2018.

CRAIG, Robert T. Communication theory as a field. **Communication Theory**, v. 9, n 2, p. 119-161, 1999.

CRAIG, Russell; AMERNIC, Joel. A privatization success story: accounting and narrative expression over time. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 21, n. 8, p. 1085-1115, 2008.

CRAIG, Russell; BRENNAN, Niamh M. An exploration of the relationship between language choice in CEO letters to shareholders and corporate reputation. **Accounting Forum**, v. 36, n. 3, p. 166-177, 2012.

DIAS FILHO, José M. Linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. **Caderno de Estudos, FIPECAFI**, v. 13, n. 24, p. 38-49, jul./dez./2000.

DIAS FILHO, José M.; NAKAGAWA, Masayuki. Análise do processo da comunicação contábil: uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI**, v.15, n. 26, p. 42-57, maio/ago./2001.

DOUPNIK, Timothy S.; RICHTER, Martin. Interpretation of uncertainty expressions: a cross-national study. **Accounting, Organizations and Society**, v. 28, n. 1, p. 15-35, jan./2003.

DUH, Rong-Ruey; HUANG, Chao-Hsin. Interpretation of uncertainty expressions in financial accounting standards. **Management Review**, v. 31, p. 115-118, oct./2012.

ELBAKRY, Ashraf E. *et al.* Comparative evidence on the value relevance of IFRS-based accounting information in Germany and the UK. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 28, p. 10-30, 2017.

EVANS, Lisa. Language, translation and the problem of international accounting communication. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 17, n. 2, p. 210-248, 2004.

FASB - FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Statement of financial accounting standards n° 1**. Objectives of financial reporting by business enterprises. 1978. Disponível em:

<https://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220132541&acceptedDisclaimer=true>. Acesso em: 8 jun. 2018.

FIELD, Andy. **Descobrimos a estatística usando o SPSS**. Tradução de Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GLEICK, James. **A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GODFREY, Jayne; MATHER, Paul; RAMSAY, Alan. Earnings and impression management in financial reports: the case of CEO changes. **ABACUS**, v. 39, n. 1, apr./2003

GONÇALVES, João Constantino *et al.* Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da

informação contábil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 10, n. 3, p. 25-43, jul./set./2014.

GUJARATI, Damodar. **Econometria Básica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

HENDRIKSEN, Eldon S. BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zaratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HUSSEY, Roger; ONG, Audra. A substantive model of the annual financial reporting exercise in a non-market corporate. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 2, n. 2, p.152-170, 2005.

IASB - International Accounting Standard Board. **Conceptual Framework for Financial Reporting**. 2018.

IGARASHI, Deisy Cristina Corrêa; SILVA, Reginaldo Adriano; OLIVEIRA, Cristiane Ribeiro de. Análise das informações que compõem os relatórios da administração segundo a ótica do parecer de orientação da CVM. **Enfoque: Reflexão Contábil**. UEM - Paraná. v. 28, n. 3, p. 24-35, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. 9ª ed. Editora Atlas: São Paulo, 2009.

JACK, Lisa; DAVISON, Jane; CRAIG, Russell. **The routledge companion to accounting communication**. New York: Taylor & Francis Group, 2013.

JOHNSON, Steven D. **An empirical study of the fidelity of organizational accounting communication and the impact of organizational culture**. 1991, 283f. Dissertation (Doctor of Philosophy), Virginia Polytechnic Institute and State University, 1991.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEHAVY, Reuven. LI, Feng. MERKLEY, Kenneth. The Effect of Annual Report Readability on Analyst Following and the Properties of Their Earnings Forecasts. **The Accounting Review**, vol. 86, n.3, p. 1087-1115, 2011.

LEEuwEN, Theo Van. The language of corporate annual reports. In: JACK, Lisa; DAVISON, Jane; CRAIG, Russell (orgs.). **The Routledge companion to accounting communication**. New York: Taylor & Francis Group, 2013. cap. 4, p. 45-57.

LITTLEJOHN, Stephen W.; FOSS, Karen A. **Theories of human communication**. 10. ed. Waveland, USA, 2010.

MARABELLA, Amber. **Communication theories: an infographics development project**. 2014. 33f. Project (Master of Arts in Professional Communication) Southern Utah University, Utah, 2014.

MERKL-DAVIES, Doris M.; BRENNAN, Niamh. A theoretical framework of external accounting communication: research perspectives, traditions, and theories. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 30, n. 2, p. 433-469, feb./2017.

NOORDEN, Richard Van; MAHER, Brendan; NUZZO, Regina. The top 100 papers. Nature explores the most-cited research of all time. **Nature**, v. 514, oct./2014. Disponível em: <<https://www.nature.com/news/the-top-100-papers-1.16224>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

NURUNNABI, Mohammad. Auditors' perceptions of the implementation of International Financial Reporting Standards (IFRS) in a developing country. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v. 7, n. 1, p. 108-133, 2017.

PARKER, Lee. The accounting communication research landscape. In: JACK, Lisa; DAVISON, Jane; CRAIG, Russell (Orgs.). **The Routledge companion to accounting communication**. New York: Taylor & Francis Group, 2013. cap. 2, p. 7-25.

PELEIAS, Ivam; BITO, Nelson; ROCHA, Marcelo; PEREIRA, Anisio; SEGRETI, João. Tratamento contábil dos projetos de crédito de carbono no Brasil: um estudo exploratório. **RGSA - Revista de Gestão Social e Ambiental**, v.1 n.3, p.79-98, 2007.

POWELL, Grace; WIECZYNSKA, Maria. Deviations from the Mandatory Adoption of IFRS in the European Union: Implementation, Enforcement, Incentives, and Compliance. **Contemporary Accounting Research**. v. 35, n. 2, p.1029-1066, 2018.

RODRÍGUEZ GARCÍA, Martha P. *et al.* Does an IFRS adoption increase value relevance and earnings timeliness in Latin America? **Emerging Markets Review**, v. 30, mar./2016.

SALTER III, John H. **An application of selected communication theory concepts to accounting education**. 1975. 154f. Dissertation (Master of Accounting) University and Agricultural & Mechanical College, Louisiana State, 1975.

SANTOS, Edilene Santana; PONTE, Vera Maria Rodrigues; MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): Índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **R. Cont. Fin.** – USP, São Paulo, v. 25, n. 65, p. 161-176, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v25n65/1519-7077-rcf-25-65-0161.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

SHANNON, Claude E. A mathematical theory of communication. **The Bell System Technical Journal**. v. 27, p. 379-423, 623-656, 1948.

SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. **The mathematical theory of communication**. The University of Illinois: Urbana/ EUA, 1962.

SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. **The Mathematical Theory of Communication**. The University of Illinois:Urbana/ EUA, 1964. Disponível em: GOOGLE SCHOLAR. <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=%22A+Mathematical+Theory+of+Communication%22&btnG=>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

SIKKA, Prem. Foreword. In: JACK, Lisa; DAVISON, Jane; CRAIG, Russell (Orgs.). **The Routledge companion to accounting communication**. New York: Taylor & Francis Group, 2013. p. xii-xiii.

SILVA, Pedro Cláudio *et al.* Impacto da adoção das IFRS nas empresas brasileiras de saneamento: a percepção dos profissionais do setor. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 69-94, abr./jun./2010.

SILVA, Adolfo Henrique *et al.* Impacto da implementação das normas internacionais de contabilidade no Brasil: evidências empíricas no setor regulado e não regulado. **Revista de Gestão de Contabilidade da UFPI**, v.1, n.1, p. 40-61, jan-jun, 2014.

SOUZA, Ludmila M.; SILVA, César Augusto T. Similarity of management reports of Brazilian firms. **International Journal Multivariate Data Analysis**, v. 1, n. 1, 2016.

TOLER, Harvey L. **A communications approach to the accounting process with special reference to general semantic concepts**. 1963. 168f. Dissertation (Doctor of Philosophy) University and Agricultural & Mechanical College, Louisiana State, 1963.

WEAVER, Warren. Recent contributions to the mathematical theory of communication. **ETC: A Review of General Semantics**, v. 10, n. 4, special issue on information theory, p. 261-281, 1953.

YUTHAS, Kristi; ROGERS, Rodney; DILLARD, Jesse F. Communicative action and corporate annual reports. **Journal of Business Ethics**. v. 41, p. 141-157, 2002.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS

1 – Contadores e auditores

**Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade
(International Financial Reporting Standards - IFRS)**

Prezado(a),

A alteração da legislação societária em 2007 permitiu que o Brasil convergisse às normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), sendo o processo de ajustes das empresas ocorrido no período de 2008 a 2010. Se você participou desse processo como preparador da informação, como contador ou como auditor, gostaria de convidá-lo(a) a participar de uma pesquisa de caráter científico no campo da Contabilidade Societária.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como a adoção ao padrão IFRS afetou o processo de comunicação contábil no Brasil. O tempo médio para responder as perguntas é de 10 minutos. Todas as informações que você fornecer são sigilosas, sendo garantida a não identificação do respondente.

Agradeço a sua disponibilidade de tempo para responder as questões. Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, entre em contato no endereço francisca.shell@gmail.com, ou pelo celular 61 992142836.

Atenciosamente,

Francisca Aparecida de Souza
Discente do Curso de Doutorado em Contabilidade
Prof. Orientador Dr. César Augusto Tibúrcio Silva
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Universidade de Brasília - UnB

* Required

1. Gênero *

Mark only one oval.

- Masculino
 Feminino

2. Última formação *

Mark only one oval.

- Técnico em Contabilidade
 Bacharel em Ciências Contábeis
 Pós-Graduação em área relacionada com a contabilidade
 Outra Formação

3. Em que área você atua? *

Mark only one oval.

- Contador
 Auditor

4. Há quanto tempo atua na área? *

Mark only one oval.

- 1 a 5 anos
 6 a 10 anos
 11 a 15 anos
 Mais de 15 anos

5. A empresa que você atua proporcionou capacitação sobre as IFRS para a equipe da contabilidade na época da adoção das IFRS? *

Mark only one oval.

- Sim
 Não

6. Você participou de curso sobre as IFRS com recursos próprios? *

Mark only one oval.

- Sim
 Não

7. Em que ano a empresa que você atua preparou os demonstrativos contábeis em padrão IFRS pela primeira vez? *

Mark only one oval.

- Antes da adoção das IFRS pela contabilidade brasileira
 2008
 2009
 2010
 Após 2010

8. Houve alteração quantitativa na equipe contábil da empresa que você atua devido à adoção das IFRS? *

Mark only one oval.

- Aumentou
 Reduziu
 Manteve-se

9. Indique quais os problemas/dificuldades operacionais que dificultaram a adoção das IFRS. Marcar quantos forem necessários *

Check all that apply.

- Falta de conhecimento das IFRS pela equipe contábil
 Falta de domínio da língua inglesa da equipe contábil
 Falta de profissionais qualificados em IFRS no mercado
 Falta de suporte ao sistema de informação contábil
 Aumento dos custos operacionais com a contratação de assessoria
 Other: _____

10. Quais os IFRS (CPC's) apresentaram maiores dificuldades para a implementação. Marcar quantos forem necessários *

Check all that apply.

- Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment (CPC 01) (IAS 36)
 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02) (IAS 21)
 Demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03) (IAS 7)
 Ativo Intangível (CPC 04) (IAS 38)
 Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05) (IAS 24)
 Arrendamento Mercantil Financeiro/Operacional para a Arrendatária (CPC 06) (IAS 17)

- Subvenção e assistência governamentais (CPC 07) (IAS 20)
- Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos (CPC 08) (IAS 39)
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (CPC 09)
- Pagamento Baseado em Ações (CPC 10) (IFRS 2)
- Contratos de seguro (CPC 11) (IFRS 4)
- Ajuste a Valor Presente (CPC 12)
- Combinação de Negócios (CPC 15) (IFRS 3)
- Estoques (CPC 16) (IAS 2)
- Investimentos em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (CPC 18) (IAS 28)
- Negócios em Conjunto (CPC 19) (IAS 31)
- Custos de Empréstimos (CPC 20) (IAS 23)
- Informações por Segmento (CPC 22) (IFRS 8)
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) (IAS 8)
- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25) (IAS 37)
- Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26) (IAS 1)
- Propriedade para Investimento (CPC 28) (IAS 40)
- Ativo Não Circulante Mantido para a Venda e Operação Descontinuada (CPC 31) (IFRS 5)
- Tributos sobre o Lucro (CPC 32) (IAS 12)
- Benefícios a Empregados (CPC 33) (IAS 19)
- Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38); apresentação (CPC 39)
- Other: _____

11. Na sua opinião, a preparação da informação contábil com a adoção das IFRS melhorou ou piorou? 1 piorou bastante e 5 melhorou muito *

Mark only one oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

2 – Analistas de crédito

Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS)

Prezado(a),

A alteração da legislação societária em 2007 permitiu que o Brasil convergisse às normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), sendo o processo de ajustes das empresas ocorrido no período de 2008 a 2010. Se você atuou como analista de crédito ou como analista de investimentos durante este período, gostaria de convidá-lo(a) a participar de uma pesquisa de caráter científico no campo da Contabilidade Societária.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como a adoção ao padrão IFRS afetou o processo de comunicação contábil no Brasil. O tempo médio para responder as perguntas é de 10 minutos. Todas as informações que você fornecer são sigilosas, sendo garantida a não identificação do respondente.

Agradeço a sua disponibilidade de tempo para responder as questões. Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, entre em contato no endereço francisca.shell@gmail.com, ou pelo celular 61 992142836.

Atenciosamente,

Francisca Aparecida de Souza
Discente do Curso de Doutorado em Contabilidade
Prof. Orientador Dr. César Augusto Tibúrcio Silva
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Universidade de Brasília - UnB

* Required

1. Gênero *

Mark only one oval.

- Masculino
 Feminino

2. Última formação *

Mark only one oval.

- Bacharel em Administração
 Bacharel em Ciências Econômicas
 Bacharel em Ciências Contábeis
 Pós-Graduação em áreas afins (administração, economia, contabilidade)
 Other: _____

3. Em que área você atua? *

Mark only one oval.

- Analista de crédito
 Analista de investimento

4. A empresa que você atua proporcionou capacitação sobre as IFRS? *

Mark only one oval.

- Sim
 Não

5. Você participou de curso sobre as IFRS com recursos próprios? *

Mark only one oval.

- Sim
 Não

6. Indique as possíveis melhorias na análise econômico-financeira das empresas devido à adoção das IFRS. Marcar quantas forem necessárias: *

Check all that apply.

- As alterações no Balanço Patrimonial, em grupo circulante e em grupo não circulante, melhorou a análise da liquidez das empresas.
- A Demonstração do Fluxo de Caixa tornou ágil a análise prospectiva da geração de recursos pela empresa.
- A Demonstração do Fluxo de Caixa melhorou a análise da condição de a empresa de assumir compromissos e honrá-los.
- As informações constantes na Demonstração do Valor Adicionado enriqueceu a análise econômico-financeira das empresas.
- A adoção das IFRS pela contabilidade brasileira tornou as informações das empresas mais confiáveis.
- Melhoria na análise setorial
- Other: _____

7. Indique as possíveis dificuldades na análise econômico-financeira das empresas devido à adoção das IFRS. Marcar quantas forem necessárias: *

Check all that apply.

- O desconhecimento das alterações nas informações contábeis das empresas devido a adoção das IFRS.
- As empresas não apresentam os Demonstrativos contábeis de acordo com as IFRS
- A falta de uniformização das informações contábeis em decorrência da adoção das IFRS.
- Other: _____

8. Na sua opinião, quais os IFRS (CPC's) impactaram na análise econômico-financeira das empresas. Marcar quantos forem necessários *

Check all that apply.

- Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment (CPC 01) (IAS 36)
- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02) (IAS 21)
- Demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03) (IAS 7)
- Ativo Intangível (CPC 04) (IAS 38)
- Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05) (IAS 24)
- Arrendamento Mercantil Financeiro/Operacional para a Arrendatária (CPC 06) (IAS 17)
- Subvenção e assistência governamentais (CPC 07) (IAS 20)
- Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos (CPC 08) (IAS 39)
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (CPC 09)
- Pagamento Baseado em Ações (CPC 10) (IFRS 2)
- Contratos de seguro (CPC 11) (IFRS 4)
- Ajuste a Valor Presente (CPC 12)

- Combinação de Negócios (CPC 15) (IFRS 3)
- Estoques (CPC 16) (IAS 2)
- Investimentos em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (CPC 18) (IAS 28)
- Negócios em Conjunto (CPC 19) (IAS 31)
- Custos de Empréstimos (CPC 20) (IAS 23)
- Informações por Segmento (CPC 22) (IFRS 8)
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) (IAS 8)
- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25) (IAS 37)
- Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26) (IAS 1)
- Propriedade para Investimento (CPC 28) (IAS 40)
- Ativo Não Circulante Mantido para a Venda e Operação Descontinuada (CPC 31) (IFRS 5)
- Tributos sobre o Lucro (CPC 32) (IAS 12)
- Benefícios a Empregados (CPC 33) (IAS 19)
- Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38); apresentação (CPC 39)
- Mensuração a valor justo (CPC 46)
- Receitas (CPC 30)
- Other: _____

9. Na sua opinião, a informação contábil com a adoção das IFRS melhorou ou piorou? 1 piorou bastante e 5 melhorou muito *

Mark only one oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

APÊNDICE B – TESTE DE MÉDIA DIFERENÇAS TOTAIS DE LINHAS, LINHAS E INTRALINHAS

Hipótese da diferença de média = 0						Hipótese da diferença de média = 0						Hipótese da diferença de média = 0								
Pares de amostra		Média	t estat	t crit bicaudal	Sig	Obs	Pares de amostra		Média	t estat	t crit bicaudal	Sig	Obs	Pares de amostra		Média	t estat	t crit bicaudal	Sig	Obs
Diferenças Totais 2007 2008 100		16,2043				328	Diferenças Linhas 2007 2008 100		289,0244				328	Diferenças IntraLinhas 2007 2008 100		177,1311				328
Diferenças Totais 2007 2008 90		16,1616	0,03048	1,9636	0,9757	328	Diferenças Linhas 2007 2008 90		290,7927	-0,0518	1,9636	0,9587	328	Diferenças IntraLinhas 2007 2008 90		174,1220	0,1593	1,9636	0,8735	328
Diferenças Totais 2007 2008 60		16,1616	0,03048	1,9636	0,9757	328	Diferenças Linhas 2007 2008 60		290,7927	-0,0518	1,9636	0,9587	328	Diferenças IntraLinhas 2007 2008 60		173,7652	0,1784	1,9636	0,8584	328
Diferenças Totais 2007 2008 50		16,1616	0,03048	1,9636	0,9757	328	Diferenças Linhas 2007 2008 50		290,7927	-0,0518	1,9636	0,9587	328	Diferenças IntraLinhas 2007 2008 50		174,0732	0,1621	1,9636	0,8713	328
Diferenças Totais 2007 2008 90		16,1616				328	Diferenças Linhas 2007 2008 90		290,7927				328	Diferenças IntraLinhas 2007 2008 90		174,1220				328
Diferenças Totais 2007 2008 60		16,1616	0,0000	1,9636	1,0000	328	Diferenças Linhas 2007 2008 60		290,7927	0,0000	1,9636	1,0000	328	Diferenças IntraLinhas 2007 2008 60		173,7652	0,0197	1,9636	0,9843	328
Diferenças Totais 2007 2008 50		16,1616	0,0000	1,9636	1,0000	328	Diferenças Linhas 2007 2008 50		290,7927	0,0000	1,9636	1,0000	328	Diferenças IntraLinhas 2007 2008 50		174,0732	0,0027	1,9636	0,9979	328
Diferenças Totais 2007 2008 60		16,1616				328	Diferenças Linhas 2007 2008 60		290,7927				328	Diferenças IntraLinhas 2007 2008 60		173,7652				328
Diferenças Totais 2007 2008 50		16,1616	0,0000	1,9636	1,0000	328	Diferenças Linhas 2007 2008 50		290,7927	0,0000	1,9636	1,0000	328	Diferenças IntraLinhas 2007 2008 50		174,0732	-0,0170	1,9636	0,9864	328
Diferenças Totais 2008 2009 100		16,8705				332	Diferenças Linhas 2008 2009 100		282,5000				332	Diferenças IntraLinhas 2008 2009 100		171,9488				332
Diferenças Totais 2008 2009 90		17,1265	-0,1782	1,9636	0,8586	332	Diferenças Linhas 2008 2009 90		282,5000	0,0000	1,9636	1,0000	332	Diferenças IntraLinhas 2008 2009 90		171,8223	0,0071	1,9636	0,9943	332
Diferenças Totais 2008 2009 60		16,6928	0,1264	1,9636	0,8994	332	Diferenças Linhas 2008 2009 60		282,5000	0,0000	1,9636	1,0000	332	Diferenças IntraLinhas 2008 2009 60		171,3976	0,0311	1,9636	0,9752	332
Diferenças Totais 2008 2009 50		16,6928	0,1264	1,9636	0,8994	332	Diferenças Linhas 2008 2009 50		282,5000	0,0000	1,9636	1,0000	332	Diferenças IntraLinhas 2008 2009 50		171,4096	0,0305	1,9636	0,9757	332
Diferenças Totais 2008 2009 90		17,1265				332	Diferenças Linhas 2008 2009 90		282,5000				332	Diferenças IntraLinhas 2008 2009 90		171,8223				332
Diferenças Totais 2008 2009 60		16,6928	0,3040	1,9636	0,7612	332	Diferenças Linhas 2008 2009 60		282,5000	0,0000	1,9636	1,0000	332	Diferenças IntraLinhas 2008 2009 60		171,3976	0,0240	1,9636	0,9808	332
Diferenças Totais 2008 2009 50		16,6928	0,3040	1,9636	0,7612	332	Diferenças Linhas 2008 2009 50		282,5000	0,0000	1,9636	1,0000	332	Diferenças IntraLinhas 2008 2009 50		171,4096	0,0234	1,9636	0,9814	332
Diferenças Totais 2008 2009 60		16,6928	0,0000	1,9636	1,0000	332	Diferenças Linhas 2008 2009 60		282,5000	0,0000	1,9636	1,0000	332	Diferenças IntraLinhas 2008 2009 60		171,3976				332
Diferenças Totais 2008 2009 50		16,6928	0,0000	1,9636	1,0000	332	Diferenças Linhas 2008 2009 50		282,5000	0,0000	1,9636	1,0000	332	Diferenças IntraLinhas 2008 2009 50		171,4096	-0,0007	1,9636	0,9995	332
Diferenças Totais 2009 2010 100		25,0411				341	Diferenças Linhas 2009 2010 100		890,4164				341	Diferenças IntraLinhas 2009 2010 100		977,6481				341
Diferenças Totais 2009 2010 90		18,6276	1,3104	1,9635	0,1905	341	Diferenças Linhas 2009 2010 90		884,9062	0,0744	1,9635	0,9407	341	Diferenças IntraLinhas 2009 2010 90		978,4194	-0,0106	1,9635	0,9916	341
Diferenças Totais 2009 2010 60		22,8504	0,3374	1,9635	0,7359	341	Diferenças Linhas 2009 2010 60		890,1026	0,0042	1,9635	0,9966	341	Diferenças IntraLinhas 2009 2010 60		984,0997	-0,0882	1,9635	0,9298	341
Diferenças Totais 2009 2010 50		18,5630	1,3237	1,9635	0,1861	341	Diferenças Linhas 2009 2010 50		888,6745	0,0235	1,9635	0,9812	341	Diferenças IntraLinhas 2009 2010 50		989,4839	-0,1614	1,9635	0,8719	341
Diferenças Totais 2009 2010 90		18,6276				341	Diferenças Linhas 2009 2010 90		884,9062				341	Diferenças IntraLinhas 2009 2010 90		978,4194				341
Diferenças Totais 2009 2010 60		22,8504	-0,9227	1,9635	0,3565	341	Diferenças Linhas 2009 2010 60		890,1026	-0,0702	1,9635	0,9441	341	Diferenças IntraLinhas 2009 2010 60		984,0997	-0,0777	1,9635	0,9381	341
Diferenças Totais 2009 2010 50		18,5630	0,0389	1,9635	0,9690	341	Diferenças Linhas 2009 2010 50		888,6745	-0,0510	1,9635	0,9594	341	Diferenças IntraLinhas 2009 2010 50		989,4839	-0,1510	1,9635	0,8800	341
Diferenças Totais 2009 2010 60		22,8504				341	Diferenças Linhas 2009 2010 60		890,1026				341	Diferenças IntraLinhas 2009 2010 60		984,0997				341
Diferenças Totais 2009 2010 50		18,5630	0,9369	1,9635	0,3492	341	Diferenças Linhas 2009 2010 50		888,6745	0,0193	1,9635	0,9846	341	Diferenças IntraLinhas 2009 2010 50		989,4839	-0,0732	1,9635	0,9417	341
Diferenças Totais 2007 2010 100		11,1824				329	Diferenças Linhas 2007 2010 100		955,3313				329	Diferenças IntraLinhas 2007 2010 100		939,7660				329
Diferenças Totais 2007 2010 90		11,1824	0,0000	1,9636	1,0000	329	Diferenças Linhas 2007 2010 90		955,3313	0,0000	1,9636	1,0000	329	Diferenças IntraLinhas 2007 2010 90		946,8754	-0,0992	1,9636	0,9210	329
Diferenças Totais 2007 2010 60		12,8906	-0,5654	1,9636	0,5720	329	Diferenças Linhas 2007 2010 60		955,3313	0,0000	1,9636	1,0000	329	Diferenças IntraLinhas 2007 2010 60		955,4498	-0,2178	1,9636	0,8276	329
Diferenças Totais 2007 2010 50		9,4985	0,9038	1,9636	0,3664	329	Diferenças Linhas 2007 2010 50		953,6900	0,0201	1,9636	0,9840	329	Diferenças IntraLinhas 2007 2010 50		960,4377	-0,2866	1,9636	0,7745	329
Diferenças Totais 2007 2010 90		11,1824				329	Diferenças Linhas 2007 2010 90		955,3313				329	Diferenças IntraLinhas 2007 2010 90		946,8754				329
Diferenças Totais 2007 2010 60		12,8906	-0,5654	1,9636	0,5720	329	Diferenças Linhas 2007 2010 60		955,3313	0,0000	1,9636	1,0000	329	Diferenças IntraLinhas 2007 2010 60		955,4498	-0,1186	1,9636	0,9056	329
Diferenças Totais 2007 2010 50		9,4985	0,9038	1,9636	0,3664	329	Diferenças Linhas 2007 2010 50		953,6900	0,0201	1,9636	0,9840	329	Diferenças IntraLinhas 2007 2010 50		960,4377	-0,1872	1,9636	0,8516	329
Diferenças Totais 2007 2010 60		12,8906				329	Diferenças Linhas 2007 2010 60		955,3313				329	Diferenças IntraLinhas 2007 2010 60		955,4498				329
Diferenças Totais 2007 2010 50		9,4985	1,3454	1,9636	0,1789	329	Diferenças Linhas 2007 2010 50		953,6900	0,0201	1,9636	0,9840	329	Diferenças IntraLinhas 2007 2010 50		960,4377	-0,0685	1,9636	0,9454	329

APÊNDICE C – EMPRESAS DA AMOSTRA

Nome	Setor	GC	Nome	Setor	GC	Nome	Setor	GC	Nome	Setor	GC
524 PARTICIP	Financeiro e outros	-	BRAZILIAN SEC	Financeiro e outros	-	CYRELA REALT	Consumo cíclico	NM	GPC PART	Materiais Básicos	-
ABC BRASIL	Financeiro e outros	N2	BRB BANCO	Financeiro e outros	-	DASA	Saúde	-	GRAZZIOTIN	Consumo cíclico	-
ACO ALTONA	Bens industriais	-	BRC SEC	Financeiro e outros	-	DIBENS LEASING SA	Financeiro e outros	-	GRENDENE	Consumo cíclico	NM
AES ELPA	Financeiro e outros	-	BRF SA	Consumo não Cíclico	NM	DIMED	Saúde	-	GUARARAPES	Consumo cíclico	-
AES SUL	Utilidade pública	-	BRPR 55 SEC	Financeiro e outros	-	DIRECIONAL	Consumo cíclico	NM	HABITASUL	Financeiro e outros	-
AES TIETE	Utilidade pública	N2	BRPR 56 SEC	Financeiro e outros	-	DOHLER	Consumo cíclico	-	HAGA S/A	Bens industriais	-
AGCONCESSoES	Financeiro e outros	MB	BV LEAS	Financeiro e outros	-	DROGASIL	Saúde	NM	HELBOR	Consumo Cíclico	NM
AGPART	Financeiro e outros	MB	CABINDA PART	Financeiro e outros	MB	DTCOM	Bens industriais	-	HERCULES	Consumo Cíclico	-
ALEF S/A	Financeiro e outros	MB	CACONDE PART	Financeiro e outros	MB	DURATEX	Materiais Básicos	NM	HOTEIS OTHON	Consumo Cíclico	-
ALFA CONSORC	Financeiro e outros	-	CAMBUCI	Consumo cíclico	-	ECONORTE	Bens industriais	-	HYPERA	Saúde	NM
ALFA FINANC	Financeiro e outros	-	CAPITALPART	Financeiro e outros	MB	ECORODOVIAS	Bens industriais	NM	IDEIASNET	Financeiro e outros	-
ALFA HOLDING	Financeiro e outros	-	CASAN	Utilidade Pública	-	ECOVIAS	Bens industriais	-	IGB S/A	Financeiro e outros	-
ALFA INVEST	Financeiro e outros	-	CCR SA	Bens industriais	NM	ELEKEIROZ	Materiais Básicos	-	IGUATEMI	Financeiro e outros	NM
ALGAR TELECOM S/A	Telecomunicações	-	CEB	Utilidade Pública	-	ELEKTRO	Utilidade pública	-	IND CATAGUAS	Consumo Cíclico	-
ALPERTI	Consumo não cíclico	-	CEDRO	Consumo cíclico	N1	ELETROBRAS	Utilidade pública	N1	INDS ROMI	Bens industriais	NM
MALHA PAULISTA	Bens industriais	NM	CEEE-D	Utilidade Pública	N1	ELETRON	Financeiro e outros	MB	INDUSVAL	Financeiro e outros	N2
ALPARGATAS	Consumo Cíclico	N2	CEEE-GT	Utilidade Pública	N1	ELETROPAR	Utilidade pública	-	INEPAR	Bens industriais	-
AL TERE SEC	Financeiro e outros	-	CEG	Utilidade pública	-	ELETROPAULO	Utilidade pública	NM	INVEPAR	Bens industriais	MB
AMAZONIA	Financeiro e outros	-	CELESC	Utilidade pública	N2	EMAE	Utilidade pública	-	INVEST BEMGE	Financeiro e outros	-
AMPLA ENERG	Utilidade Pública	-	CELGPAR	Utilidade pública	-	EMBRAER	Bens industriais	NM	IOCHP-MAXION	Consumo cíclico	NM
ATOMPAR	Financeiro e outros	-	CELPA	Utilidade pública	-	ENCORPAR	Consumo Cíclico	-	ITAPEBI GER	Utilidade pública	-
AUTOBAN	Bens industriais	-	CELPE	Utilidade pública	-	ENERGIAS BR	Utilidade pública	NM	ITAUSA	Financeiro e outros	N1
AZEVEDO	Bens industriais	-	CELUL IRANI	Materiais Básicos	-	ENERGISA	Utilidade pública	-	ITAUTEC	Tecnologia da informação	-
B2W DIGITAL	Bens industriais	NM	CEMAR	Utilidade pública	MB	ENERSUL	Utilidade pública	-	ITAUNIBANCO	Financeiro e outros	N1
BAHEMA	Bens industriais	-	CEMEPE	Financeiro e outros	-	EQUATORIAL	Utilidade pública	NM	J B DUARTE	Financeiro e outros	-
BANESE	Financeiro e outros	-	CEMIG	Utilidade pública	N1	ESCELSA	Utilidade pública	-	J. MACEDO S/A	Consumo cíclico	-
BANESTES	Financeiro e outros	-	CEMIG DIST	Utilidade pública	-	ESTACIO PART	Consumo cíclico	NM	JBS	Consumo não cíclico	NM
BANPARA	Financeiro e outros	-	CEMIG GER	Utilidade pública	-	ESTRELA	Consumo cíclico	-	JEREISSATI	Financeiro e outros	-
BANRISUL	Financeiro e outros	N1	CESP	Utilidade pública	N1	ETERNIT	Bens industriais	NM	JHSF PART	Consumo cíclico	NM
BARDELLA	Bens industriais	-	CIA HERING	Consumo Cíclico	NM	EUCATEX	Materiais Básicos	N1	JOAO FORTES	Consumo cíclico	-
BATTISTELLA	Financeiro e outros	-	CIMS	Financeiro e outros	-	EVEN	Consumo cíclico	NM	JOSAPAR	Consumo não cíclico	-
BAUMER	Saúde	-	COELBA	Utilidade pública	-	EXCELSIOR	Consumo cíclico	-	KARSTEN	Consumo cíclico	-
BANCO PAN	Financeiro e outros	N1	COELCE	Utilidade pública	-	EZTEC	Consumo cíclico	NM	KEPLER WEBER	Bens industriais	-
BETA SEC	Financeiro e outros	-	COMGAS	Utilidade pública	-	FER C ATLANT	Bens industriais	-	KLABIN S/A	Materiais Básicos	N2
BETAPART	Financeiro e outros	MB	CONC RIO TER	Bens industriais	MB	FER HERINGER	Materiais Básicos	NM	KROTON	Consumo cíclico	NM
BIC MONARK	Consumo Cíclico	-	CONST A LIND	Consumo cíclico	-	FERBASA	Materiais Básicos	N1	LE LIS BLANC	Consumo cíclico	NM
BIOMM	Saúde	-	COPASA	Utilidade Pública	NM	FIBAM	Materiais Básicos	NM	LIGHT S/A	Utilidade Pública	NM
BNDES	Financeiro e outros	MB	COPEL	Utilidade Pública	N1	FIBRIA	Materiais Básicos	NM	LITEL	Materiais Básicos	MB
BOMBRIIL	Consumo Cíclico	-	COR RIBEIRO	Financeiro e outros	-	FORJA TAURUS	Bens industriais	N2	LOCALIZA	Consumo cíclico	NM
BONAIRE PART	Utilidade pública	MB	COSERN	Utilidade Pública	-	FRAS-LE	Bens industriais	N1	LOG-IN	Bens industriais	NM
BR BROKERS	Financeiro e outros	NM	COTEMINAS	Consumo cíclico	-	FUTURETEL	Financeiro e outros	MB	LOJAS AMERIC	Consumo cíclico	N1
BR MALLS PAR	Financeiro e outros	NM	CPFL ENERGIA	Utilidade Pública	-	GAFISA	Consumo cíclico	NM	LOJAS HERING	Financeiro e outros	-
BR PROPERT	Financeiro e outros	NM	CPFL GERACAO	Utilidade Pública	-	GAIA SEC	Financeiro e outros	MB	LOJAS RENNEN	Consumo cíclico	NM
BRADESCO	Financeiro e outros	N1	CPFL PIRATININGA	Utilidade Pública	-	GAMA PART	Financeiro e outros	MB	LONGDIS	Financeiro e outros	MB
BRADESCO LEAS	Financeiro e outros	-	CPFL RENOVAV	Utilidade Pública	NM	GENERALSHOPP	Financeiro e outros	NM	LOPES BRASIL	Financeiro e outros	NM
BRADESPAR	Materiais Básicos	N1	CR2	Consumo cíclico	NM	GER PARANAP	Utilidade Pública	-	LUPATECH	Petróleo, Gás e Bioc	NM
BRASIL	Financeiro e outros	NM	CREMER	Saúde	-	GERDAU	Materiais Básicos	N1	M.DIASBRANCO	Consumo não cíclico	NM
BRASILAGRO	Consumo não Cíclico	NM	CRISTAL	Materiais Básicos	-	GERDAU MET	Materiais Básicos	N2	MAGNESITA SA	Materiais Básicos	NM
BRASKEM	Materiais Básicos	N1	CSU CARDSYST	Bens industriais	NM	GOL	Bens industriais	N2	MANGELS INDL	Materiais Básicos	-
BRAZILIAN FR	Financeiro e outros	-	CYRE COM-CCP	Financeiro e outros	NM	GP INVEST	Financeiro e outros	-	MARCOPOLO	Bens industriais	N2

APÊNDICE D – CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS

	IND_FINAN	ALL	APL	ΔRL	LC	TAM	RISCO	LIQ_MER	GC	AUDI	CONS_CICL	CONS_N_CIC	FINAN	MAT_BAS	REGU	SAUDE	TECN	TELEC	UTIL_PUB	BENS_INDU
IND_FINAN	1.000.000	0.059000	0.056865	-0.124012	-0.075509	-0.340376	-0.034585	-0.027627	-0.092546	-0.136759	0.000926	-0.022214	0.147164	-0.038746	0.063706	-0.010260	-0.011470	-0.016557	-0.053737	0.000612
ALL	0.059000	1.000.000	0.242986	0.134488	0.009975	-0.090048	-0.174925	0.040951	-0.021633	-0.096569	-0.029235	0.056065	-0.082968	-0.055365	0.041633	0.009125	-0.035555	0.006387	-0.002606	0.006387
APL	0.056865	0.242986	1.000.000	0.107162	0.076800	0.071762	-0.004010	0.065737	0.142221	0.021649	-0.013406	-0.040083	0.037581	0.024396	0.027842	-0.096763	0.044106	0.003546	-0.087317	-0.067723
ΔRL	-0.124012	0.134488	0.107162	1.000.000	-0.094065	0.111193	-0.087227	0.070199	0.231120	0.119140	0.112917	0.119234	-0.475586	0.042964	-0.253679	0.148826	0.003856	-0.120159	0.102802	0.029389
LC	-0.075509	0.009975	0.076800	-0.094065	1.000.000	-0.114554	-0.063095	0.029482	-0.082754	0.024029	0.067821	-0.105128	0.120345	0.077241	-0.064027	0.123712	0.023488	-0.050600	-0.162995	-0.072011
TAM	-0.340376	-0.090048	0.071762	0.111193	-0.114554	1.000.000	0.074590	0.315902	0.466083	0.450180	-0.184715	-0.034221	0.027782	0.119893	0.303666	-0.143368	-0.007705	0.106521	0.271285	0.086665
RISCO	-0.034585	-0.174925	-0.004010	-0.087227	-0.063095	0.074590	1.000.000	0.035838	0.026504	0.038048	-0.009377	-0.009920	0.062897	-0.009822	-0.028666	0.026501	0.073612	0.004828	-0.085029	0.135244
LIQ_MER	-0.027627	0.040951	0.065737	0.070199	0.029482	0.315902	0.035838	1.000.000	0.272668	0.097140	0.004821	0.002173	0.001353	0.108707	0.022616	-0.029075	0.011552	-0.011198	-0.029260	-0.016950
GC	-0.092546	-0.021633	0.142221	0.231120	-0.082754	0.466083	0.026504	0.272668	1.000.000	0.404723	-0.058006	0.125856	-0.167914	0.101667	-0.038929	-0.021752	0.059412	0.020776	-0.002882	0.092777
AUDI	-0.136759	-0.096569	0.021649	0.119140	0.024029	0.450180	0.038048	0.097140	0.404723	1.000.000	-0.121367	-0.010329	-0.010383	0.096548	0.100392	0.053788	0.095980	-0.035818	0.080289	0.037645
CONS_CICL	0.000926	-0.029235	-0.013406	0.112917	0.067821	-0.184715	-0.009377	0.004821	-0.058006	-0.121367	1.000.000	-0.110479	-0.225532	-0.190198	-0.252309	-0.098302	-0.059433	-0.068801	-0.240666	-0.068801
CONS_N_CIC	-0.022214	0.056065	-0.040083	0.119234	-0.105128	-0.034221	-0.009920	0.002173	0.125856	-0.010329	-0.110479	1.000.000	-0.106879	-0.090134	-0.158187	-0.046585	-0.028165	-0.032605	-0.114051	-0.032605
FINAN	0.147164	-0.082968	0.037581	-0.475586	0.120345	0.027782	0.062897	0.001353	-0.167914	-0.010383	-0.225532	-0.106879	1.000.000	-0.183999	0.315055	-0.095099	-0.057496	-0.066559	-0.232823	-0.066559
MAT_BAS	-0.038746	-0.055365	0.024396	0.042964	0.077241	0.119893	-0.009822	0.108707	0.101667	0.096548	-0.190198	-0.090134	-0.183999	1.000.000	-0.272329	-0.080200	-0.048488	-0.056131	-0.196347	-0.056131
REGU	0.063706	0.041633	0.027842	-0.253679	-0.064027	0.303666	-0.028666	0.022616	-0.038929	0.100392	-0.252309	-0.158187	0.315055	-0.272329	1.000.000	-0.086346	-0.085097	0.053802	0.614433	-0.098511
SAUDE	-0.010260	0.009125	-0.096763	0.148826	0.123712	-0.143368	0.026501	-0.029075	-0.021752	0.053788	-0.098302	-0.046585	-0.095099	-0.080200	-0.086346	1.000.000	-0.025061	-0.029011	-0.101481	-0.029011
TECN	-0.011470	-0.035555	0.044106	0.003856	0.023488	-0.007705	0.073612	0.011552	0.059412	0.095980	-0.059433	-0.028165	-0.057496	-0.048488	-0.085097	-0.025061	1.000.000	-0.017540	-0.061354	-0.017540
TELEC	-0.016557	0.006387	0.003546	-0.120159	-0.050600	0.106521	0.004828	-0.011198	0.020776	-0.035818	-0.068801	-0.032605	-0.066559	-0.056131	0.053802	-0.029011	-0.017540	1.000.000	-0.071025	-0.020305
UTIL_PUB	-0.053737	-0.002606	-0.087317	0.102802	-0.162995	0.271285	-0.085029	-0.029260	-0.002882	0.080289	-0.240666	-0.114051	-0.232823	-0.196347	0.614433	-0.101481	-0.061354	-0.071025	1.000.000	-0.071025
BENS_INDU	0.000612	0.006387	-0.067723	0.029389	-0.072011	0.086665	0.135244	-0.016950	0.092777	0.037645	-0.068801	-0.032605	-0.066559	-0.056131	-0.098511	-0.029011	-0.017540	-0.020305	-0.071025	1.000.000

APÊNDICE E – COEFICIENTE DE VARIÂNCIA

Variável	Coefficiente de Variância	VIF
IND_FINAN	0.0915	1.284
ΔLL	6.092	1.187
ΔPL	6.119	1.194
ΔRL	8.904	1.579
LC	0.499	1.148
TAM	0.6182	2.444
RISCO	2.394	1.089
LIQ_MER	20.180	1.199
GC	8.455	1.617
AUDI	7.751	1.424
CONS_CICL	15.906	1.905
CONS_N_CICL	35.056	1.295
FINAN	26.178	3.007
MAT_BAS	19.961	1.813
REGU	17.574	3.005
SAUDE	44.380	1.325
TECN	96.631	1.110
TELEC	82.233	1.253
UTIL_PUB	30.931	3.853
BENS_INDU	77.949	1.188

APÊNDICE F – TABULAÇÃO CRUZADA

		Problemas operacionais ^a					Total	
		Falta de conhecimento das IFRS	Falta de domínio da língua inglesa	Falta de profissional qualificado em IFRS	Falta de suporte do SI	Contratação de assessoria		
Pronunciamentos difíceis de serem implementados	CPC 01 Impairment	Contagem	19	12	17	27	10	38
		% em \$Prob_operacionais	52,8%	44,4%	56,7%	62,8%	52,6%	
	CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem	5	6	9	3	2	12
		% em \$Prob_operacionais	13,9%	22,2%	30,0%	7,0%	10,5%	
	CPC 03 DFC	Contagem	4	1	1	6	2	8
		% em \$Prob_operacionais	11,1%	3,7%	3,3%	14,0%	10,5%	
	CPC 04 Ativo Intangível	Contagem	4	4	3	4	2	7
		% em \$Prob_operacionais	11,1%	14,8%	10,0%	9,3%	10,5%	
	CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem	9	6	6	13	7	17
		% em \$Prob_operacionais	25,0%	22,2%	20,0%	30,2%	36,8%	
	CPC 06 Leasing	Contagem	7	4	3	5	3	9
		% em \$Prob_operacionais	19,4%	14,8%	10,0%	11,6%	15,8%	
	CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem	1	2	2	2	2	2
		% em \$Prob_operacionais	2,8%	7,4%	6,7%	4,7%	10,5%	
	CPC 09 DVA	Contagem	4	3	6	4	1	7
		% em \$Prob_operacionais	11,1%	11,1%	20,0%	9,3%	5,3%	
	CPC 10 Pgto baseado em ações	Contagem	5	3	2	6	3	10
		% em \$Prob_operacionais	13,9%	11,1%	6,7%	14,0%	15,8%	
	CPC 12 AVP	Contagem	15	10	12	15	7	24
		% em \$Prob_operacionais	41,7%	37,0%	40,0%	34,9%	36,8%	
	CPC 15 Combinação de negócios	Contagem	4	5	5	8	5	13
		% em \$Prob_operacionais	11,1%	18,5%	16,7%	18,6%	26,3%	
	CPC 16 Estoques	Contagem	9	5	4	9	5	13
		% em \$Prob_operacionais	25,0%	18,5%	13,3%	20,9%	26,3%	
	CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem	0	3	3	5	3	6
		% em \$Prob_operacionais	0,0%	11,1%	10,0%	11,6%	15,8%	
	CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem	0	3	3	3	2	4
		% em \$Prob_operacionais	0,0%	11,1%	10,0%	7,0%	10,5%	
	CPC 22 Informações por segmento	Contagem	4	1	3	4	1	4
		% em \$Prob_operacionais	11,1%	3,7%	10,0%	9,3%	5,3%	
	CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas	Contagem	2	0	2	3	1	3
		% em \$Prob_operacionais	5,6%	0,0%	6,7%	7,0%	5,3%	
	CPC 25 Prov.passivos e ativos contingentes	Contagem	10	2	4	12	4	15
		% em \$Prob_operacionais	27,8%	7,4%	13,3%	27,9%	21,1%	
	CPC 26 Apresentação das DC	Contagem	5	1	4	6	2	6
		% em \$Prob_operacionais	13,9%	3,7%	13,3%	14,0%	10,5%	
	CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem	2	0	2	2	0	2
		% em \$Prob_operacionais	5,6%	0,0%	6,7%	4,7%	0,0%	
	CPC 32 Tributos sobre o Lucro	Contagem	4	3	4	3	2	6
		% em \$Prob_operacionais	11,1%	11,1%	13,3%	7,0%	10,5%	
	CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem	9	6	10	18	8	22
		% em \$Prob_operacionais	25,0%	22,2%	33,3%	41,9%	42,1%	
	CPC 38 e 39 Instrum.financeiros:reconhecimento e mensuração	Contagem	14	11	14	22	10	31
		% em \$Prob_operacionais	38,9%	40,7%	46,7%	51,2%	52,6%	
Total		Contagem	36	27	30	43	19	67

Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

APÊNDICE G – TABULAÇÃO CRUZADA

Tabulação cruzada entre Pronunciamentos CPC difíceis de serem implementados e gênero

			Gênero		Total
			Masculino	Feminino	
Pronunciamentos difíceis de serem implementadosa	CPC 01 Impairment	Contagem	30	8	38
		% em Gênero	57,7%	53,3%	
	CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem	11	1	12
		% em Gênero	21,2%	6,7%	
	CPC 03 DFC	Contagem	6	2	8
		% em Gênero	11,5%	13,3%	
	CPC 04 Ativo Intangível	Contagem	7	0	7
		% em Gênero	13,5%	0,0%	
	CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem	12	5	17
		% em Gênero	23,1%	33,3%	
	CPC 06 Leasing	Contagem	6	3	9
		% em Gênero	11,5%	20,0%	
	CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem	2	0	2
		% em Gênero	3,8%	0,0%	
	CPC 09 DVA	Contagem	5	2	7
		% em Gênero	9,6%	13,3%	
	CPC 10 Pgto baseado em ações	Contagem	8	2	10
		% em Gênero	15,4%	13,3%	
	CPC 12 AVP	Contagem	19	5	24
		% em Gênero	36,5%	33,3%	
	CPC 15 Combinação de negócios	Contagem	11	2	13
		% em Gênero	21,2%	13,3%	
	CPC 16 Estoques	Contagem	8	5	13
		% em Gênero	15,4%	33,3%	
	CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem	5	1	6
		% em Gênero	9,6%	6,7%	
	CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem	4	0	4
		% em Gênero	7,7%	0,0%	
	CPC 22 Informações por segmento	Contagem	3	1	4
		% em Gênero	5,8%	6,7%	
	CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas	Contagem	3	0	3
		% em Gênero	5,8%	0,0%	
	CPC 25 Prov.passivos e ativos contingentes	Contagem	13	2	15
	% em Gênero	25,0%	13,3%		
CPC 26 Apresentação das DC	Contagem	5	1	6	
	% em Gênero	9,6%	6,7%		
CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem	2	0	2	
	% em Gênero	3,8%	0,0%		
CPC 32 Tributos sobre o Lucro	Contagem	6	0	6	
	% em Gênero	11,5%	0,0%		
CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem	18	4	22	
	% em Gênero	34,6%	26,7%		
CPC 38 e 39 Instrum.financeiros:reconhecimento e mensuração	Contagem	26	5	31	
	% em Gênero	50,0%	33,3%		
Total	Contagem	52	15	67	

Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

APÊNDICE H – TABULAÇÃO CRUZADA

		Tempo de atuação				Total
		6 a 10 anos	11 a 15 anos	Mais de 15 anos		
Pronunciamentos difíceis de serem implementados ³	CPC 01 Impairment	Contagem	3	14	21	38
		% em Tempo de atuação	50,0%	51,9%	61,8%	
	CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem	2	3	7	12
		% em Tempo de atuação	33,3%	11,1%	20,6%	
	CPC 03 DFC	Contagem	1	3	4	8
		% em Tempo de atuação	16,7%	11,1%	11,8%	
	CPC 04 Ativo Intangível	Contagem	0	1	6	7
		% em Tempo de atuação	0,0%	3,7%	17,6%	
	CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem	3	8	6	17
		% em Tempo de atuação	50,0%	29,6%	17,6%	
	CPC 06 Leasing	Contagem	1	4	4	9
		% em Tempo de atuação	16,7%	14,8%	11,8%	
	CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem	0	2	0	2
		% em Tempo de atuação	0,0%	7,4%	0,0%	
	CPC 09 DVA	Contagem	0	5	2	7
		% em Tempo de atuação	0,0%	18,5%	5,9%	
	CPC 10 Pgto baseado em ações	Contagem	2	1	7	10
		% em Tempo de atuação	33,3%	3,7%	20,6%	
	CPC 12 AVP	Contagem	3	13	8	24
		% em Tempo de atuação	50,0%	48,1%	23,5%	
	CPC 15 Combinação de negócios	Contagem	3	4	6	13
		% em Tempo de atuação	50,0%	14,8%	17,6%	
	CPC 16 Estoques	Contagem	2	7	4	13
		% em Tempo de atuação	33,3%	25,9%	11,8%	
	CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem	1	3	2	6
		% em Tempo de atuação	16,7%	11,1%	5,9%	
	CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem	0	2	2	4
		% em Tempo de atuação	0,0%	7,4%	5,9%	
	CPC 22 Informações por segmento	Contagem	0	2	2	4
		% em Tempo de atuação	0,0%	7,4%	5,9%	
	CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas	Contagem	0	1	2	3
		% em Tempo de atuação	0,0%	3,7%	5,9%	
	CPC 25 Prov.passivos e ativos contingentes	Contagem	2	4	9	15
		% em Tempo de atuação	33,3%	14,8%	26,5%	
	CPC 26 Apresentação das DC	Contagem	0	3	3	6
		% em Tempo de atuação	0,0%	11,1%	8,8%	
	CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem	0	0	2	2
		% em Tempo de atuação	0,0%	0,0%	5,9%	
	CPC 32 Tributos sobre o Lucro	Contagem	1	1	4	6
		% em Tempo de atuação	16,7%	3,7%	11,8%	
	CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem	2	9	11	22
		% em Tempo de atuação	33,3%	33,3%	32,4%	
	CPC 38 e 39 Instrum.financeiros:reconhecimento e mensuração	Contagem	4	11	16	31
		% em Tempo de atuação	66,7%	40,7%	47,1%	
Total		Contagem	6	27	34	67

Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

APÊNDICE I – TABULAÇÃO CRUZADA

Tabulação cruzada entre Pronunciamentos difíceis de serem implementados e última Formação						
			Última Formação			Total
			Bacharel em Ciências Contábeis	PP em Área Relacionada com a Contábil	Outra Formação	
Pronunciamentos difíceis de serem implementados a	CPC 01 Impairment	Contagem	4	34	0	38
		% em Última Formação	57,1%	57,6%	0,0%	
	CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem	0	12	0	12
		% em Última Formação	0,0%	20,3%	0,0%	
	CPC 03 DFC	Contagem	1	7	0	8
		% em Última Formação	14,3%	11,9%	0,0%	
	CPC 04 Ativo Intangível	Contagem	2	5	0	7
		% em Última Formação	28,6%	8,5%	0,0%	
	CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem	2	15	0	17
		% em Última Formação	28,6%	25,4%	0,0%	
	CPC 06 Leasing	Contagem	0	9	0	9
		% em Última Formação	0,0%	15,3%	0,0%	
	CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem	0	2	0	2
		% em Última Formação	0,0%	3,4%	0,0%	
	CPC 09 DVA	Contagem	0	7	0	7
		% em Última Formação	0,0%	11,9%	0,0%	
	CPC 10 Pgto baseado em ações	Contagem	1	8	1	10
		% em Última Formação	14,3%	13,6%	100,0%	
	CPC 12 AVP	Contagem	0	24	0	24
		% em Última Formação	0,0%	40,7%	0,0%	
	CPC 15 Combinação de negócios	Contagem	2	11	0	13
		% em Última Formação	28,6%	18,6%	0,0%	
	CPC 16 Estoques	Contagem	0	13	0	13
		% em Última Formação	0,0%	22,0%	0,0%	
	CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem	2	4	0	6
		% em Última Formação	28,6%	6,8%	0,0%	
	CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem	2	2	0	4
		% em Última Formação	28,6%	3,4%	0,0%	
	CPC 22 Informações por segmento	Contagem	0	4	0	4
		% em Última Formação	0,0%	6,8%	0,0%	
	CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas	Contagem	0	3	0	3
		% em Última Formação	0,0%	5,1%	0,0%	
	CPC 25 Prov.passivos e ativos contingentes	Contagem	0	15	0	15
	% em Última Formação	0,0%	25,4%	0,0%		
CPC 26 Apresentação das DC	Contagem	0	6	0	6	
	% em Última Formação	0,0%	10,2%	0,0%		
CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem	0	2	0	2	
	% em Última Formação	0,0%	3,4%	0,0%		
CPC 32 Tributos sobre o Lucro	Contagem	0	6	0	6	
	% em Última Formação	0,0%	10,2%	0,0%		
CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem	3	18	1	22	
	% em Última Formação	42,9%	30,5%	100,0%		
CPC 38 e 39 Instrum.financeiros.reconhecimento e mensuração	Contagem	3	27	1	31	
	% em Última Formação	42,9%	45,8%	100,0%		
Total	Contagem	7	59	1	67	

Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

APÊNDICE J – TABULAÇÃO CRUZADA

			Tabulação cruzada entre Pronunciamentos difíceis de serem implementados e área de Atuação		
			Área de Atuação		
			Contador	Auditor	total
Pronunciamentos difíceis de serem implementados	CPC 01 Impairment	Contagem	33	5	38
		% em Área de Atuação	55,0%	71,4%	
	CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem	12	0	12
		% em Área de Atuação	20,0%	0,0%	
	CPC 03 DFC	Contagem	8	0	8
		% em Área de Atuação	13,3%	0,0%	
	CPC 04 Ativo Intangível	Contagem	7	0	7
		% em Área de Atuação	11,7%	0,0%	
	CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem	15	2	17
		% em Área de Atuação	25,0%	28,6%	
	CPC 06 Leasing	Contagem	9	0	9
		% em Área de Atuação	15,0%	0,0%	
	CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem	2	0	2
		% em Área de Atuação	3,3%	0,0%	
	CPC 09 DVA	Contagem	6	1	7
		% em Área de Atuação	10,0%	14,3%	
	CPC 10 Pgto baseado em ações	Contagem	8	2	10
		% em Área de Atuação	13,3%	28,6%	
	CPC 12 AVP	Contagem	23	1	24
		% em Área de Atuação	38,3%	14,3%	
	CPC 15 Combinação de negócios	Contagem	12	1	13
		% em Área de Atuação	20,0%	14,3%	
	CPC 16 Estoques	Contagem	12	1	13
		% em Área de Atuação	20,0%	14,3%	
	CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem	6	0	6
		% em Área de Atuação	10,0%	0,0%	
	CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem	4	0	4
		% em Área de Atuação	6,7%	0,0%	
	CPC 22 Informações por segmento	Contagem	3	1	4
		% em Área de Atuação	5,0%	14,3%	
	CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas	Contagem	2	1	3
		% em Área de Atuação	3,3%	14,3%	
	CPC 25 Prov.passivos e ativos contingentes	Contagem	14	1	15
% em Área de Atuação		23,3%	14,3%		
CPC 26 Apresentação das DC	Contagem	4	2	6	
	% em Área de Atuação	6,7%	28,6%		
CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem	1	1	2	
	% em Área de Atuação	1,7%	14,3%		
CPC 32 Tributos sobre o Lucro	Contagem	5	1	6	
	% em Área de Atuação	8,3%	14,3%		
CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem	18	4	22	
	% em Área de Atuação	30,0%	57,1%		
CPC 38 e 39 Instrum.financeiros:reconhecimento e mensuração	Contagem	27	4	31	
	% em Área de Atuação	45,0%	57,1%		
Total		Contagem	60	7	67

Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

APÊNDICE K – TABULAÇÃO CRUZADA

Tabulação cruzada entre Pronunciamentos difíceis de serem implementados e capacitação sobre IFRS custeada pela empresa					
			Capacitação Emp		Total
			Sim	Não	
Pronunciamentos difíceis de serem implementados ^a	CPC 01 Impairment	Contagem	31	7	38
		% em Capacitação Emp	56,4%	58,3%	
	CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem	10	2	12
		% em Capacitação Emp	18,2%	16,7%	
	CPC 03 DFC	Contagem	7	1	8
		% em Capacitação Emp	12,7%	8,3%	
	CPC 04 Ativo Intangível	Contagem	7	0	7
		% em Capacitação Emp	12,7%	0,0%	
	CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem	13	4	17
		% em Capacitação Emp	23,6%	33,3%	
	CPC 06 Leasing	Contagem	8	1	9
		% em Capacitação Emp	14,5%	8,3%	
	CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem	2	0	2
		% em Capacitação Emp	3,6%	0,0%	
	CPC 09 DVA	Contagem	3	4	7
		% em Capacitação Emp	5,5%	33,3%	
	CPC 10 Pgtto baseado em ações	Contagem	9	1	10
		% em Capacitação Emp	16,4%	8,3%	
	CPC 12 AVP	Contagem	19	5	24
		% em Capacitação Emp	34,5%	41,7%	
	CPC 15 Combinação de negócios	Contagem	13	0	13
		% em Capacitação Emp	23,6%	0,0%	
	CPC 16 Estoques	Contagem	10	3	13
		% em Capacitação Emp	18,2%	25,0%	
	CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem	6	0	6
		% em Capacitação Emp	10,9%	0,0%	
	CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem	4	0	4
		% em Capacitação Emp	7,3%	0,0%	
	CPC 22 Informações por segmento	Contagem	1	3	4
		% em Capacitação Emp	1,8%	25,0%	
	CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas	Contagem	1	2	3
		% em Capacitação Emp	1,8%	16,7%	
	CPC 25 Prov.passivos e ativos contingentes	Contagem	12	3	15
	% em Capacitação Emp	21,8%	25,0%		
CPC 26 Apresentação das DC	Contagem	2	4	6	
	% em Capacitação Emp	3,6%	33,3%		
CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem	0	2	2	
	% em Capacitação Emp	0,0%	16,7%		
CPC 32 Tributos sobre o Lucro	Contagem	4	2	6	
	% em Capacitação Emp	7,3%	16,7%		
CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem	18	4	22	
	% em Capacitação Emp	32,7%	33,3%		
CPC 38 e 39 Instrum.financeiros:reconhecimento e mensuração	Contagem	27	4	31	
	% em Capacitação Emp	49,1%	33,3%		
Total	Contagem	55	12	67	

Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

APÊNDICE L – TABULAÇÃO CRUZADA

			Curso IFRS		Total
			Sim	Não	
Pronunciamentos difíceis de serem implementadosa	CPC 01 Impairment	Contagem	23	15	38
		% em Curso IFRS	54,8%	60,0%	
	CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem	6	6	12
		% em Curso IFRS	14,3%	24,0%	
	CPC 03 DFC	Contagem	6	2	8
		% em Curso IFRS	14,3%	8,0%	
	CPC 04 Ativo Intangível	Contagem	5	2	7
		% em Curso IFRS	11,9%	8,0%	
	CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem	11	6	17
		% em Curso IFRS	26,2%	24,0%	
	CPC 06 Leasing	Contagem	7	2	9
		% em Curso IFRS	16,7%	8,0%	
	CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem	1	1	2
		% em Curso IFRS	2,4%	4,0%	
	CPC 09 DVA	Contagem	4	3	7
		% em Curso IFRS	9,5%	12,0%	
	CPC 10 Pqto baseado em ações	Contagem	3	7	10
		% em Curso IFRS	7,1%	28,0%	
	CPC 12 AVP	Contagem	16	8	24
		% em Curso IFRS	38,1%	32,0%	
	CPC 15 Combinação de negócios	Contagem	5	8	13
		% em Curso IFRS	11,9%	32,0%	
	CPC 16 Estoques	Contagem	8	5	13
		% em Curso IFRS	19,0%	20,0%	
	CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem	3	3	6
		% em Curso IFRS	7,1%	12,0%	
	CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem	3	1	4
	% em Curso IFRS	7,1%	4,0%		
CPC 22 Informações por segmento	Contagem	3	1	4	
	% em Curso IFRS	7,1%	4,0%		
CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas	Contagem	3	0	3	
	% em Curso IFRS	7,1%	0,0%		
CPC 25 Prov.passivos e ativos contingentes	Contagem	11	4	15	
	% em Curso IFRS	26,2%	16,0%		
CPC 26 Apresentação das DC	Contagem	5	1	6	
	% em Curso IFRS	11,9%	4,0%		
CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem	2	0	2	
	% em Curso IFRS	4,8%	0,0%		
CPC 32 Tributos sobre o Lucro	Contagem	6	0	6	
	% em Curso IFRS	14,3%	0,0%		
CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem	11	11	22	
	% em Curso IFRS	26,2%	44,0%		
CPC 38 e 39 Instrum.financeiros:reconhecimento e mensuração	Contagem	18	13	31	
	% em Curso IFRS	42,9%	52,0%		
Total	Contagem	42	25	67	

Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

APÊNDICE M – TABULAÇÃO CRUZADA

		Equipe Contábil			Total	
		Aumentou	Reduziu	Manteve-se		
Pronunciamentos difíceis de serem implementadosa	CPC 01 Impairment	Contagem	11	3	24	38
		% em Equipe Contábil	52,4%	50,0%	60,0%	
	CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem	2	1	9	12
		% em Equipe Contábil	9,5%	16,7%	22,5%	
	CPC 03 DFC	Contagem	3	1	4	8
		% em Equipe Contábil	14,3%	16,7%	10,0%	
	CPC 04 Ativo Intangível	Contagem	0	2	5	7
		% em Equipe Contábil	0,0%	33,3%	12,5%	
	CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem	7	0	10	17
		% em Equipe Contábil	33,3%	0,0%	25,0%	
	CPC 06 Leasing	Contagem	5	1	3	9
		% em Equipe Contábil	23,8%	16,7%	7,5%	
	CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem	0	0	2	2
		% em Equipe Contábil	0,0%	0,0%	5,0%	
	CPC 09 DVA	Contagem	1	0	6	7
		% em Equipe Contábil	4,8%	0,0%	15,0%	
	CPC 10 Pqto baseado em ações	Contagem	2	0	8	10
		% em Equipe Contábil	9,5%	0,0%	20,0%	
	CPC 12 AVP	Contagem	7	1	16	24
		% em Equipe Contábil	33,3%	16,7%	40,0%	
	CPC 15 Combinação de negócios	Contagem	2	1	10	13
		% em Equipe Contábil	9,5%	16,7%	25,0%	
	CPC 16 Estoques	Contagem	5	0	8	13
		% em Equipe Contábil	23,8%	0,0%	20,0%	
	CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem	0	1	5	6
		% em Equipe Contábil	0,0%	16,7%	12,5%	
	CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem	0	1	3	4
		% em Equipe Contábil	0,0%	16,7%	7,5%	
	CPC 22 Informações por segmento	Contagem	1	0	3	4
		% em Equipe Contábil	4,8%	0,0%	7,5%	
	CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas	Contagem	3	0	0	3
		% em Equipe Contábil	14,3%	0,0%	0,0%	
	CPC 25 Prov.passivos e ativos contingentes	Contagem	5	1	9	15
	% em Equipe Contábil	23,8%	16,7%	22,5%		
CPC 26 Apresentação das DC	Contagem	3	0	3	6	
	% em Equipe Contábil	14,3%	0,0%	7,5%		
CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem	2	0	0	2	
	% em Equipe Contábil	9,5%	0,0%	0,0%		
CPC 32 Tributos sobre o Lucro	Contagem	4	1	1	6	
	% em Equipe Contábil	19,0%	16,7%	2,5%		
CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem	7	1	14	22	
	% em Equipe Contábil	33,3%	16,7%	35,0%		
CPC 38 e 39 Instrum.financeiros:reconhecimento e mensuração	Contagem	9	3	19	31	
	% em Equipe Contábil	42,9%	50,0%	47,5%		
Total	Contagem	21	6	40	67	

Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

APÊNDICE N – TABULAÇÃO CRUZADA

			Percepção sobre a preparação da informação contábil				Total
			Piorou	Nem piorou nem melhorou	Melhorou	Melhou muito	
Pronunciamentos difíceis de serem implementados a	CPC 01 Impairment	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	2 33,3%	6 50,0%	14 66,7%	16 57,1%	38
	CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	1 16,7%	3 25,0%	3 14,3%	5 17,9%	12
	CPC 03 DFC	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	0 0,0%	2 16,7%	3 14,3%	3 10,7%	8
	CPC 04 Ativo Intangível	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	2 33,3%	0 0,0%	0 0,0%	5 17,9%	7
	CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	1 16,7%	3 25,0%	6 28,6%	7 25,0%	17
	CPC 06 Leasing	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	1 16,7%	2 16,7%	2 9,5%	4 14,3%	9
	CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 7,1%	2
	CPC 09 DVA	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	1 16,7%	2 16,7%	2 9,5%	2 7,1%	7
	CPC 10 Pqto baseado em ações	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	0 0,0%	2 16,7%	4 19,0%	4 14,3%	10
	CPC 12 AVP	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	2 33,3%	3 25,0%	9 42,9%	10 35,7%	24
	CPC 15 Combinação de negócios	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	1 16,7%	1 8,3%	6 28,6%	5 17,9%	13
	CPC 16 Estoques	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	1 16,7%	1 8,3%	6 28,6%	5 17,9%	13
	CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	1 16,7%	0 0,0%	3 14,3%	2 7,1%	6
	CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	1 16,7%	0 0,0%	1 4,8%	2 7,1%	4
	CPC 22 Informações por segmento	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	0 0,0%	0 0,0%	3 14,3%	1 3,6%	4
	CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	0 0,0%	0 0,0%	2 9,5%	1 3,6%	3
	CPC 25 Prov.passivos e ativos contingentes	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	0 0,0%	1 8,3%	7 33,3%	7 25,0%	15
	CPC 26 Apresentação das DC	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	0 0,0%	0 0,0%	4 19,0%	2 7,1%	6
	CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	0 0,0%	0 0,0%	2 9,5%	0 0,0%	2
	CPC 32 Tributos sobre o Lucro	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	0 0,0%	1 8,3%	3 14,3%	2 7,1%	6
	CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	1 16,7%	3 25,0%	9 42,9%	9 32,1%	22
	CPC 38 e 39 Instrum.financeiros:reconhecimento e	Contagem % em preparação da informação contábil em IFRS	1 16,7%	5 41,7%	13 61,9%	12 42,9%	31
	Total	Contagem	6	12	21	28	67

Porcentagens e totais têm respondentes como base.

a. Grupo

APÊNDICE O – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Variáveis	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Pad.	N
SIM	16.136	10.000	141.000	1.000	18.019	316
IND_FINAN	23.933	0.389	7.189	0.003	404.419	316
ALL	0.509	1.000	1.000	0.000	0.501	316
ΔPL	0.509	1.000	1.000	0.000	0.501	316
ΔRL	0.636	1.000	1.000	0.000	0.482	316
LC	4.822	1.348	474.421	0.000	30.308	316
TAM	14.083	14.544	20.833	0.556	3.036	316
RISCO	1.061	0.950	7.000	0.007	0.764	316
LIQ_MER	0.056	1.68E-05	2.761	0.000	0.229	316
GC	0.513	1.000	1.000	0.000	0.500	316
AUDI	0.604	1.000	1.000	0.000	0.489	316
CONS_CICL	0.196	0.000	1.000	0.000	0.397	316
CONS_N_CIC	0.047	0.000	1.000	0.000	0.213	316
FINAN	0.266	0.000	1.000	0.000	0.442	316
MAT_BAS	0.098	0.000	1.000	0.000	0.2987	316
REGU	0.345	0.000	1.000	0.000	0.476	316
SAUDE	0.028	0.000	1.000	0.000	0.167	316
TECN	0.009	0.000	1.000	0.000	0.097	316
TELEC	0.015	0.000	1.000	0.000	0.125	316
UTIL_PUB	0.164	0.000	1.000	0.000	0.371	316
BENS_INDU	0.019	0.000	1.000	0.000	0.137	316

APÊNDICE P – RESULTADO DA REGRESSÃO

Variável dependente: Similaridade				
Amostra: 1 316 Método: MQO				
Variável	Coefficiente	Erro padrão	Estatística T	Prob.
C	-36.28387	10.58410	-3.428150	0.0008
IND_FINAN	0.300320	0.302558	0.992602	0.3222
ΔLL	-1.361720	2.468335	-0.551676	0.5819
ΔPL	7.588709	2.473716	3.067736	0.0025
ΔRL	-2.600674	2.983976	-0.871547	0.3846
LC	-0.519034	0.706619	-0.734532	0.4636
TAM	3.123802	0.786310	3.972736	0.0001
RISCO	2.477636	1.547452	1.601107	0.1111
LIQMER	-1.478993	4.492292	-0.329229	0.7424
GC	0.738654	2.907862	0.254020	0.7998
AUDI	4.751179	2.784073	1.706557	0.0896
CONS_CICL	1.193014	3.988253	0.299132	0.7652
CONS_N_CICL	-1.680385	5.920883	-0.283807	0.7769
FINAN	-3.612727	5.116508	-0.706092	0.4810
MAT_BAS	-4.396132	4.467869	-0.983944	0.3265
REGU	-0.428434	4.192160	-0.102199	0.9187
SAUDE	5.460275	6.661842	0.819634	0.4135
TECN	-6.531240	9.830130	-0.664410	0.5073
TELEC	9.353754	9.068247	1.031484	0.3037
UTIL_PUB	17.51764	5.561590	3.149753	0.0019
BENS_INDU	14.65994	8.828882	1.660453	0.0986
R ²	0.424766	Durbin-Watson		1.598385
F-statistic	6.645794			
Prob(F-statistic)	0.000000			

APÊNDICE Q – TABULAÇÃO CRUZADA

Tabulação cruzada entre os Pronunciamentos CPC que afetaram a análise econômico-financeira das empresas e as dificuldades na análise econômico-financeira das empresas devido à adoção das IFRS

Pronunciamentos CPC		O desconhecimento das alterações nas informações contábeis devido à adoção das IFRS	As informações contábeis ficaram confusas	
CPC 01 Redução ao valor recuperável do ativo (Impairment)	Contagem	3	1	4
	% em Dificuldade em AEF	50,0%	33,3%	
CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem	3	2	5
	% em Dificuldade em AEF	50,0%	66,7%	
CPC 04 Ativo Intangível	Contagem	2	1	3
	% em Dificuldade em AEF	33,3%	33,3%	
CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem	1	0	1
	% em Dificuldade em AEF	16,7%	0,0%	
CPC 06 Operações de arrendamento mercantil	Contagem	6	2	8
	% em Dificuldade em AEF	100,0%	66,7%	
CPC 07 Subvenção e assist.governamental	Contagem	1	1	2
	% em Dificuldade em AEF	16,7%	33,3%	
CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem	2	2	4
	% em Dificuldade em AEF	33,3%	66,7%	
CPC 10 Pgto baseado em ações	Contagem	3	1	4
	% em Dificuldade em AEF	50,0%	33,3%	
CPC 11 Contrato de seguros	Contagem	2	0	2
	% em Dificuldade em AEF	33,3%	0,0%	
CPC 12 AVP	Contagem	3	2	5
	% em Dificuldade em AEF	50,0%	66,7%	
CPC 15 Combinação de negócios	Contagem	3	1	4
	% em Dificuldade em AEF	50,0%	33,3%	
CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem	1	2	3
	% em Dificuldade em AEF	16,7%	66,7%	
CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem	2	0	2
	% em Dificuldade em AEF	33,3%	0,0%	
CPC 20 Custos de empréstimos	Contagem	1	0	1
	% em Dificuldade em AEF	16,7%	0,0%	
CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem	3	1	4
	% em Dificuldade em AEF	50,0%	33,3%	
CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem	3	0	3
	% em Dificuldade em AEF	50,0%	0,0%	
CPC 38 e 39 Instrum.financeiros:reconhecimento e mensuração	Contagem	2	2	4
	% em Dificuldade em AEF	33,3%	66,7%	
CPC 46 Mensuração a valor justo	Contagem	3	3	6
	% em Dificuldade em AEF	50,0%	100,0%	
CPC 29 Ativo Biológico	Contagem	1	2	3
	% em Dificuldade em AEF	16,7%	66,7%	
CPC 30 Receitas	Contagem	4	3	7
	% em Dificuldade em AEF	66,7%	100,0%	
Total respondentes	Contagem	6	3	9

APÊNDICE R – TABULAÇÃO CRUZADA

Pronunciamentos CPC		A adoção das IFRS tornou as informações das empresas mais confiáveis	Melhoria na análise setorial	
CPC 01 Redução ao valor recuperável do ativo (Impairment)	Contagem	2	2	4
	% em Melhoria na AEF	50,0%	50,0%	
CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem	2	3	5
	% em Melhoria na AEF	50,0%	75,0%	
CPC 04 Ativo Intangível	Contagem	1	2	3
	% em Melhoria na AEF	25,0%	50,0%	
CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem	1	1	2
	% em Melhoria na AEF	25,0%	25,0%	
CPC 06 Operações de arrendamento mercantil	Contagem	4	3	7
	% em Melhoria na AEF	100,0%	75,0%	
CPC 07 Subvenção e assist.governamental	Contagem	0	3	3
	% em Melhoria na AEF	0,0%	75,0%	
CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem	1	3	4
	% em Melhoria na AEF	25,0%	75,0%	
CPC 10 Pgto baseado em ações	Contagem	2	2	4
	% em Melhoria na AEF	50,0%	50,0%	
CPC 11 Contrato de seguros	Contagem	1	2	3
	% em Melhoria na AEF	25,0%	50,0%	
CPC 12 AVP	Contagem	1	2	3
	% em Melhoria na AEF	25,0%	50,0%	
CPC 15 Combinação de negócios	Contagem	2	3	5
	% em Melhoria na AEF	50,0%	75,0%	
CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem	1	2	3
	% em Melhoria na AEF	25,0%	50,0%	
CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem	1	2	3
	% em Melhoria na AEF	25,0%	50,0%	
CPC 20 Custos de empréstimos	Contagem	1	1	2
	% em Melhoria na AEF	25,0%	25,0%	
CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem	2	3	5
	% em Melhoria na AEF	50,0%	75,0%	
CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem	2	2	4
	% em Melhoria na AEF	50,0%	50,0%	
CPC 38 e 39 Instrum.financeiros:reconhecimento e mensuração	Contagem	2	2	4
	% em Melhoria na AEF	50,0%	50,0%	
CPC 46 Mensuração a valor justo	Contagem	2	2	4
	% em Melhoria na AEF	50,0%	50,0%	
CPC 29 Ativo Biológico	Contagem	0	2	2
	% em Melhoria na AEF	0,0%	50,0%	
CPC 30 Receitas	Contagem	2	3	5
	% em Melhoria na AEF	50,0%	75,0%	
	Contagem	4	4	8

APÊNDICE S – TABULAÇÃO CRUZADA

Tabulação cruzada entre os Pronunciamentos CPC que afetaram a análise econômico-financeira das empresas e a opinião do respondente sobre a informação contábil com a adoção das IFRS

Pronunciamentos CPC		Melhorou	Melhorou muito	Total
CPC 01 Redução ao valor recuperável do ativo (Impairment)	Contagem	2	3	5
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	50,0%	50,0%	
CPC 02 Efeitos das mudanças nas txs de câmbio e conv. de DC	Contagem	3	3	6
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	75,0%	50,0%	
CPC 04 Ativo Intangível	Contagem	1	3	4
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	25,0%	50,0%	
CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas	Contagem	1	1	2
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	25,0%	16,7%	
CPC 06 Operações de arrendamento mercantil	Contagem	3	6	9
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	75,0%	100,0%	
CPC 07 Subvenção e assist.governamental	Contagem	2	1	3
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	50,0%	16,7%	
CPC 08 Custos de transação e prêmios de emissão de títulos	Contagem	2	3	5
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	50,0%	50,0%	
CPC 10 Pgto baseado em ações	Contagem	2	3	5
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	50,0%	50,0%	
CPC 11 Contrato de seguros	Contagem	1	2	3
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	25,0%	33,3%	
CPC 12 AVP	Contagem	1	4	5
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	25,0%	66,7%	
CPC 15 Combinação de negócios	Contagem	3	2	5
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	75,0%	33,3%	
CPC 18 Inv.coligada, control., e invest.em conjunto	Contagem	2	2	4
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	50,0%	33,3%	
CPC 19 Negócios em conjunto	Contagem	1	2	3
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	25,0%	33,3%	
CPC 20 Custos de empréstimos	Contagem	1	1	2
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	25,0%	16,7%	
CPC 28 Propriedade para investimento	Contagem	2	3	5
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	50,0%	50,0%	
CPC 33 Benefícios a empregados	Contagem	1	3	4
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	25,0%	50,0%	
CPC 38 e 39 Instrum.financeiros:reconhecimento e mensuração	Contagem	3	2	5
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	75,0%	33,3%	
CPC 46 Mensuração a valor justo	Contagem	3	3	6
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	75,0%	50,0%	
CPC 29 Ativo Biológico	Contagem	2	2	4
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	50,0%	33,3%	
CPC 30 Receitas	Contagem	3	4	7
	% em "a informação contábil com a adoção das IFRS"	75,0%	66,7%	
Contagem		4	6	10